

ATA 253ª PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e vinte, às oito horas, pelo aplicativo google meet, realizou-se a ducentésima quinquagésima terceira Plenária Ordinária do CEAS, coordenada pelo presidente Jaime Alvinho Starke, onde estavam presentes os seguintes Conselheiros Titulares: Isaura dos Santos Lopes - Federação das Comunidades Quilombola de Minas Gerais, Hermellis Messias Tirado Campos - CMAS de Campo Belo, Lucas Estevão Ribeiro da Silva – Conselho Central de Curvelo da SSVP, João Alves Crisóstomo - CMAS de Pirapora, Antônio Hugo Bento - CMAS de Juiz de Fora, Anédia Miranda Farias – Fórum Municipal dos Usuários do SUAS/BH, Gabriela de Almeida Loiola - Fórum Regional dos Trabalhadores do SUAS de Salinas, Patrícia Carvalho Gomes - Conselho Regional de Serviço Social - CRESS-MG, João Victor de Almeida Chaves, Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG, Cynthia de Oliveira Gomes - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA, Cristiano de Andrade - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDESE, Jaime Alvinho Starke – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDESE, Haiandra Pereira de Oliveira – CMAS de Novo Oriente de Minas, Geraldo Amarildo da Silva - Secretaria de Estado de Fazenda – SEF, Sandra de Fátima Veloso Costa Azevedo – CMAS de Montes Claros, Silvia Gracia Oliveira de Souza - Secretaria de Estado de Educação – SEE. Ainda, os seguintes Conselheiros Suplentes: Daniel Santos da Cruz - Movimento Nacional de População em Situação de Rua, Elerson da Silva - Cáritas Brasileira – Regional MG, Laureci Alves de Paula – O Movimento Graal no Brasil, Marcio Caldeira – Associação Profissionalizante do Menor – ASPROM, Domingos Sávio de Araújo – CMAS de BH, Denise Vilela Silva – Conselho Regional de Psicologia – CRP, Luanda do Carmo Queiroga – Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS, Luana Castro Lopes – Secretaria do Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG, Damião Braz (Irajá) - Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste – APOINME, Aloísio Soares de Lima Júnior – Colegiado de Gestores Municipais da Assistência Social do Estado de Minas Gerais – COGEMAS, Márcio Alves Evangelista – CMAS de Itabira, Cláudia Maria Bortot Falabella - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE, Gabriele Sabrina da Silva – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE, Vilma Sá – Secretaria de Estado de Saúde. E, também, os membros da Secretaria Executiva: Adelmira Gomes Cerqueira, Angelo Santos Machado, Carla Nesia Silva Duarte, Consolação Cifani da Conceição, Maria de Paula Ribeiro, Regina Varela Caldeira, Rosalice Tassar de Almeida e Vera Lúcia Rodrigues. Participaram desta plenária como convidados: Ana Paula Vilella – SEDESE (apoiadora), Ana Claudia, Joana Moraes, Amauri Barra, Elder Gabrich e Rosilene da SEDESE. **PRESIDENTE:** Um bom dia, então, a todos e a todas. São 08 horas e 06 minutos. Podemos começar, então, a nossa 253ª Plenária Ordinária do Conselho Estadual de Assistência Social do Estado de Minas Gerais. Desejar a todos vocês um excelente e abençoado dia, que ele seja tão produtivo quanto todos que a gente tem podido ter essa oportunidade de estarmos juntos e que esse dia fique também registrado como um dia de muitas atividades, tanto quanto tivemos no dia de ontem, qual a plenária começou às 8 horas e se encerrou às 19h30, se não me falhe a memória. Mas, desejar a todos um muito bem-vindos. Vamos então passar para o ponto 8h05min, a menção dos presentes. Poderia, por gentileza, Secretária, fazer a menção dos presentes? **CONSOLAÇÃO:** Sim, eu vou fazer por aqui mesmo, porque ainda está se quantificando o quórum.

Então Presidente, a Conselheira Anédia representando o Fórum Municipal dos Usuários do SUAS de Belo Horizonte; o Presidente Jaime representando a SEDESE; Cristiano, representante da SEDESE; Denise, representante do Conselho Regional de Psicologia; Gabriele, representando o SEDESE; Gabriela, representando o Fórum Regional dos Trabalhadores do SUAS – Salinas; Geraldo Amarildo, representante da Secretaria Estadual da Fazenda; Irajá, representando Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Norte e do Nordeste; Luanda, representante do Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS; Haiandra, representando o Conselho Municipal de Novo Oriente de Minas; Márcio Evangelista, representando o Conselho Municipal de Itabira; Patrícia, representando o CRESS, o Conselho Regional de Serviço Social; Sandra, representando o Conselho Municipal de Montes Claros; Sílvia, representando a Secretaria Estadual de Educação. Ainda contamos aqui com a presença de Secretaria Executiva do Conselho Estadual, dos técnicos e pessoal do administrativo, bem como também a convidada, Rosilene, Diretora de Gestão do SUAS da SEDESE. **PRESIDENTE:** Ok. Obrigado, Consolação, pela menção. Então temos apreciação das atas, já temos quórum para poder avançar. **CONSOLAÇÃO:** Eu preciso de um tempinho. Só estou concluindo aqui. Aí eu vou falar com certeza. Temos quórum. Ainda não qualificado, precisaria de mais um Conselheiro chegar, mas nós já temos quórum. Temos 11 pessoas contando com quem está em condição de titular. A Vilma, da Secretaria de Saúde, acabou de chegar. **PRESIDENTE:** Ok. Passamos, então, já temos o quórum e podemos passar para a apreciação das atas 251 e 252 da Plenária Ordinária, e a ata da 29ª Plenária Extraordinária. Em discussão na apreciação? Alguma consideração? Podemos considerar aprovadas as atas 251, 252, e a ata da 29ª Plenária Extraordinária? OK, aprovadas. Justificativa de ausências? Secretária, por gentileza? **CONSOLAÇÃO:** Justificaram ausência a Rosária, da Secretaria de Educação, ela é suplente. Silvestre da Secretaria Estadual da Fazenda, suplente. Hermellis do Conselho Municipal de Campo Belo, por motivos de trabalho. A Natália também, por uma questão de trabalho, ela justificou a ausência, da Federação das APAE's. **PRESIDENTE:** Ok. Vamos, então fazer a apreciação. O próximo ponto seria a apreciação da pauta. A pauta, a Secretária pode até reforçar, foi apresentada, foi encaminhada para todos os Conselheiros. **CONSELHEIRO ANTÔNIO HUGO:** Bom dia, gente. **PRESIDENTE:** Bom dia. **CONSELHEIRO ANTÔNIO HUGO:** Está sem som. **PRESIDENTE:** Eu estou sem som? Não. **CONSELHEIRO ANTÔNIO HUGO:** Eu também estou sem som. **PRESIDENTE:** Não, nós estamos te ouvindo. Nós estamos te ouvindo. Eu só ia pedir, então, que... **CONSELHEIRO ANTÔNIO HUGO:** Já começou? Não, não é? **PRESIDENTE:** Já. Já começou. Eu só ia pedir isso. Eu só ia pedir que, da Secretaria Executiva, que ficasse uma das pessoas responsável por acompanhar no chat as inscrições e que nos alertasse, nos comunicasse as falas. Tudo bem? **CONSOLAÇÃO:** Ok. Então, eu vou pedir à Rosa que faça isso para mim, por favor. Que fique com ela e passe as inscrições. Obrigada. **PRESIDENTE:** Ok. Está bem. O Conselheiro Hugo está conseguindo resolver? Senão a gente pede para a Ana Paula. Por gentileza, Ana, se puderes verificar. **CONSELHEIRO ANTÔNIO HUGO:** Eu estou tentando entrar aqui. Está dando problema aqui, estou desde dez para as oito tentando entrar. Não consegui ainda não. **CONSOLAÇÃO:** O Ângelo está dando esse suporte, Presidente. Eu vou pedir o Ângelo para verificar isso. Obrigado. **PRESIDENTE:** Ok. Podemos, então? Seria a apreciação da pauta. Seria... **CONSOLAÇÃO:** A Luanda inscreveu aqui, eu não sei em que momento, assim, se ela está querendo... **CONSELHEIRA LUANDA:** Bom dia, gente. Eu me inscrevi para a apreciação da pauta. Eu queria incluir um ponto.

PRESIDENTE: Já queres incluir agora ou espera ser validado todos os pontos aqui? **CONSELHEIRA LUANDA:** Ah, sim. Não sei. Aí são vocês que falam. **CONSOLAÇÃO:** Ela tem que apresentar o ponto, Presidente, para a gente incluir. Porque aí aprova a pauta como um todo. **PRESIDENTE:** Ok. Qual seria o ponto, então, Conselheira? **CONSELHEIRA LUANDA:** Eu queria que a gente discutisse o Termo de Doação lançado pela Resolução 26 da SEDESE, Termo de Doação de cestas básicas. **CONSOLAÇÃO:** Resolução o quê? **CONSELHEIRA LUANDA:** Resolução número 26 da SEDESE. **PRESIDENTE:** Pois não? Alguns Conselheiros já estão a par da pauta. Os Conselheiros aprovam a pauta como está ou com considerações? Sem manifestações. **CONSOLAÇÃO:** Tem duas inscrições, a Gabriele e o Lucas. **PRESIDENTE:** Gabriele, por gentileza. **CONSELHEIRA GABRIELE:** Bom dia a todos e a todas. Só porque na pauta a gente deixou, estava previsto o relatório de monitoramento das metas do pacto de aprimoramento da gestão, e aí ontem a gente não conseguiu vencer essa pauta nas comissões, então eu queria só... Se ele for permanecer na pauta, só para a gente dar o encaminhamento, que a gente começou a conversar ontem umas 19 horas, já era tarde. Então, só quanto a esse ponto, para a gente avaliar se ele está mantido e se a manutenção é pelo encaminhamento ou é por apresentação. Obrigada. **PRESIDENTE:** Certo, Gabriele. **CONSOLAÇÃO:** Posso esclarecer? **PRESIDENTE:** Pode. **CONSOLAÇÃO:** Como a gente finalizou ontem, ele está na súmula da reunião de todos. Então a gente vai colocar que ele não vai, e o encaminhamento dado ontem para a comissão. Esses três pontos, primeiros, eles constam da súmula da reunião de ontem, e aí a gente vai falar isso, tá? **PRESIDENTE:** Ok. Obrigada. Conselheiro Lucas? Bom dia. **CONSELHEIRO LUCAS:** Bom dia a todas, bom dia a todos. Presidente. Na verdade, é uma deliberação que a gente deu na última plenária, que foi com relação à Comissão de Ética, com relação à coordenação da Comissão de Ética. Foi até um pedido meu na época para a gente poder já ter sido deliberado com relação à coordenação, mas aí a plenária decidiu para que a gente apresentasse nessa plenária. Então é o retorno mesmo da última plenária. **PRESIDENTE:** Ok. Obrigado, Conselheiro Lucas. Mais alguma inscrição? Podemos aprovar a pauta como ela está? Certo. Não havendo mais manifestações, então fica aprovada a ata. Então, o próximo ponto seria a posse dos Conselheiros. Então, estão integrando ao Conselho Estadual de Assistência Social de Minas a Cláudia Hermínia de Lima e Silva, titular da Secretaria de Estado de Saúde, a Vilma da Silva Sá Costa, suplente da Secretaria Estadual de Saúde, e o Geraldo Amarildo da Silva, que passa à condição de titular da Secretaria de Estado da Fazenda. Eu não sei se eles se encontram? **CONSELHEIRO GERALDO:** Estou aqui sim, Jaime. Geraldo. Eu só gostaria de fazer uma consideração antes da posse, pode ser? **PRESIDENTE:** Claro, por gentileza. **CONSELHEIRO GERALDO:** Eu trouxe o pedido do Silvestre, que não pôde tomar posse hoje, ele até mandou para a Consolação também, porque ele está em outra reunião de outro conselho, que ele participa. Salvo engano ele vai ser substituído lá. E com relação a minha titularidade, ela vai ser temporária. O Secretário de Fazenda já definiu que assim que o Silvestre tomar posse como suplente, ele fará um novo ofício a você alterando essa titularidade, e não sei se vai me substituir, porque já houve um pedido do Subsecretário da Receita Estadual, de quem eu sou assessor, para essa troca. Então ainda está em estudo lá. Só trazendo essa informação para você. Obrigada. Mas o Silvestre é que deve assumir a titularidade em outro momento, assim que ele tomar posse, já que não foi possível na plenária de hoje, tá? Obrigada. **PRESIDENTE:** Ok, Conselheiro Geraldo. Sempre muito participativo das plenárias. Sempre

cumprimentar a representação. A Cláudia Hermínia, ela se encontra? Ou a Vilma. A Vilma, não é?

CONSOLAÇÃO: A Vilma sim. A Cláudia, não. **CONSELHEIRA VILMA:** Eu estou representando a Cláudia hoje porque ela está em outra reunião, e eu não sei se vai dar tempo de ela participar. Mas agradeço a receptividade de todos. Estou muito satisfeita. **PRESIDENTE:** Que bom. Seja bem-vinda, Vilma. Também a Cláudia. A Cláudia já tem participado. Então seja bem-vinda. Muita gente coloca o conselho também à disposição, a Secretaria Executiva. Sejam bem-vindos à plenária. O próximo ponto de pauta seria a prestação de contas do 4º trimestre de 2020. Secretária Executiva, se a gente já pode fazer o relato? Acho que seria interessante. Como geralmente vocês concedem, seria então a coordenadora da Comissão de Orçamento a fazer uma... **CONSOLAÇÃO:** Como a Natália justificou a ausência, a Cláudia Falabella, a adjunta, mas ela não entrou ainda. Aí eu não sei se outro coordenador que estava ontem, Cristiano, quer fazer a leitura, porque ela não entrou ainda. Eu vou projetar a súmula, e aí seria essa apresentação, mas eu acho que precisa dela. **CONSELHEIRO LUCAS:** Consolação, uma questão de ordem. Por questão regimental, quando não tem a presença do coordenador e nem do coordenador adjunto, os Conselheiros, na condição de titulares, escolhem entre si para poder fazer a apresentação ou a coordenação da comissão. **PRESIDENTE:** Ok. Seguindo, então, regimentalmente. Eu não sei se esse processo, até que entre a suplente na mesa. Mas, podemos, então. A Consolação poderia? Ou se escolhe quem poderia ficar responsável. Esse é o primeiro da prestação de contas. Eu estava até pensando que já era no ponto de ontem, que eu acho que eu não me desliguei ainda do ponto de ontem. E é com relação à prestação. **CONSELHEIRO ANTÔNIO HUGO:** Presidente? Desculpe eu entrar na reunião. Agora sim, agora eu consegui entrar na reunião. Agora eu estou te ouvindo e tudo. É que deu um problema aqui no computador, por isso eu não consegui entrar. Perdi até parte do que vocês estavam falando. **PRESIDENTE:** Ah, que bom. Mas conseguiu acompanhar pelo áudio? **CONSELHEIRO ANTÔNIO HUGO:** Isso. Eu só acompanhei pelo áudio, que estava dando, não deu para eu poder perceber nada. Eu queria fazer uma coisa aí na... Queria fazer a pauta desde o início, mas eu não vi. **PRESIDENTE:** Ah, sim. Não, mas aí a gente retorna a pauta ali. Consolação, eu acho que, não sei se o ponto foi... Porque o primeiro ponto que nós decidimos ontem foi a prestação de contas daquele convênio que o Elder apresentou, não foi isso? **CONSOLAÇÃO:** Isso. Isso foi na hora da comissão. É porque como a pauta foi encaminhada, o que pode acontecer, se os Conselheiros concordaram, é a troca só de ordem aqui. **PRESIDENTE:** Não, tudo bem. É porque eu me lembrei que nós tínhamos começado a reunião da comissão ontem pela prestação de contas relativa à execução do convênio. Mas, tranquilo. Como vamos proceder, então, a questão da condução da prestação de contas do 4º trimestre, que foi apresentado ontem? **CONSOLAÇÃO:** A Cláudia está tentando entrar. Aí a gente poderia, os Conselheiros que vão decidir. Se for para gente manter a ordem aqui, ou faz essa inversão que foi apontada pelo Presidente, até que a Cláudia entre. Que eu acho que é importante a presença dela na apresentação. Mas aí... **PRESIDENTE:** O que os Conselheiros acham? **CONSOLAÇÃO:** Poderia inverter, porque ontem, a pauta, inclusive, a gente iniciou por isso, pela questão da prestação. E ela está aqui, primeiro ponto. Se quiser, está aqui também. E aí seria a apresentação pelo Conselheiro Cristiano. **CONSELHEIRO GERALDO:** Pela inversão da pauta. **PRESIDENTE:** Os Conselheiros concordam? **CONSELHEIRO CRISTIANO:** Jaime? Eu queria só fazer uma sugestão. O Lucas até sugeriu, que eu não sei se... Ele deu uma sugestão de escolher entre os Conselheiros da Comissão

de Normas. Se for para eu ler, eu leio também. Não tem problema não. **PRESIDENTE:** Bom, teve manifestação por concordar pela inversão, Conselheiro Lucas? Se tiver de acordo também, aí a gente... Eu me lembrei que nós estávamos seguindo a mesma sequência de ontem, aí quando apareceu, eu falei: "Opa". Então vamos ter uma alteração. Podemos, então, começar pelo mesmo ponto que foi iniciado ontem? Que seria a prestação de contas relativas à execução do convênio 840223/2016, emenda parlamentar de veículos. Então, como manifestação do coordenador da comissão? **CONSELHEIRO ANTÔNIO HUGO:** A pauta já foi aprovada? É isso que eu preciso entender. **PRESIDENTE:** Já, Conselheiro. Já foi. Obrigado. **CONSOLAÇÃO:** Conselheira Cláudia entrou. **CONSELHEIRA CLÁUDIA FALABELLA:** Bom dia, gente. **PRESIDENTE:** Isso. Só que vamos continuar, então, a prestação. O coordenador da comissão. Acho que foi o Cristiano mesmo. Quem foi? Ontem foi o Elder, ou foi a Cláudia também? **CONSOLAÇÃO:** Não, nesse ponto ficou o Cristiano. **PRESIDENTE:** Tá. Conselheiro Cristiano, por gentileza? **CONSELHEIRO CRISTIANO:** Bom dia. Deixa só eu abrir aqui. Então, o primeiro ponto que foi discutido foi sobre essa prestação de contas relativa à execução do convênio da emenda parlamentar. A súmula traz, então, todo o histórico que foi apresentado ontem. Ontem a gente lembrou também que na Comissão de Política, esse tema também foi tratado. O Elder, que é diretor lá na SUBAS participou da reunião da Comissão de Política, e ontem a gente também tratou desse tema com as discussões e com os encaminhamentos que foram apresentados durante a reunião. E aí traz o histórico, a primeira parte traz o histórico, que é um convênio de 2016, firmado lá na época com o Ministério de Desenvolvimento Social – hoje da Cidadania – e o objeto desse convênio era estruturar a rede de serviços da proteção básica de Minas Gerais a partir da aquisição de bens. E aí, em 2017, foi aprovada, então, a resolução dos CEAS, foi feita a discussão à época, em 2017, no CEAS, e aí foi aprovado uma resolução que fala dessa da estruturação da rede, e o objeto voltado para a aquisição de veículos. E essa resolução foi aprovada na Plenária Ordinária do CEAS nessa 219ª, não sei, Plenária Ordinária do CEAS. Esse convênio foi financiado com recursos de uma emenda parlamentar do deputado Adelmo Leão à época. E o Estado, então, como não executa diretamente serviços da proteção básica, decidiu-se, à época, pela aquisição de 15 veículos que seriam disponibilizados para 14 municípios para atendimento de equipes volantes desses municípios. O Elder explicou na reunião da Comissão de Política, e ontem também a gente fez essa discussão, que foi apresentado para a equipe do deputado uma lista, uma análise, um estudo que foi feito dos municípios em Minas Gerais que possuíam equipes volantes para que fosse feita também a escolha dos Municípios seriam contemplados. A assinatura do convênio foi no dia 28 de dezembro de 2016, e aí depois traz aqui as informações que eu já falei sobre a discussão que houve lá na Comissão de Política. E aí foi indicado, então, esses municípios que receberiam os veículos. Os 14 municípios que foram beneficiados foram os municípios de Bocaíuva, Brasília de Minas, Buritis, Camanducaia, Cônego Marinho, Francisco Sá, Itapagipe, Itapeva, Januária, Lassance, Mirabela, Pratinha, São Francisco de Sales e Uberaba, este último recebeu dois veículos. A discussão também foi desse procedimento, que é necessário no CEAS, que faz parte da prestação de contas dessa aquisição que o estado precisa fazer junto ao Ministério com uma declaração do CEAS de que houve o cumprimento do objeto, ou seja, a aquisição destes veículos. Então foi feita toda essa discussão, e aí, na apresentação da discussão, tem essa informação que eu já dei sobre a declaração de cumprimento do objeto, da emenda, mas foram apresentados alguns outros pontos, que é: algumas

propostas, inclusive, sobre essa questão das emendas parlamentares. Que a Comissão de Normas possa tratar sobre a legislação relativa às emendas para que sejam destinados diretamente aos municípios, e aí foi proposta uma resolução orientativa, normativa, de forma também a orientar os parlamentares sobre a questão dessas emendas, para que fossem feitas diretamente aos municípios, do Fundo Nacional para os municípios. Também foi discutida a necessidade de um controle social maior sobre o bem passado. A gente tem uma situação que o Elder relatou, e ontem a gente discutiu, que é o fato de que todos os veículos já foram entregues, menos em um município, que ainda não conseguiu retirar o carro, apesar de ele já ter sido comprado, ele está na Cidade Administrativa aguardando a retirada, porque esse município tem uma pendência de documentação que está sendo resolvida ainda e por isso ele não conseguiu retirar o veículo. Mas o veículo já foi comprado e está aguardando a retirada. E aí, um dos pontos também que foram discutidos tem a ver com esse monitoramento dos conselhos municipais em relação a esses veículos que já foram comprados e já foram destinados aos municípios para que os conselhos municipais possam fazer esse monitoramento e essa fiscalização se esse bem está sendo utilizado conforme previsto para as equipes volantes. Também foi apresentada a discussão sobre o envio de um ofício para o município de Januária, que é esse município que ainda não retirou o veículo, para que ele possa rapidamente solucionar essa pendência que ele tem para ele poder conseguir retirar esse bem que foi comprado. A equipe da Subsecretaria está em contato periódico com o município, orientando, para que ele consiga resolver rapidamente essa pendência de documentação para que ele possa fazer a retirada. Também foi discutido que seria importante levar essa discussão sobre a questão das emendas parlamentares junto ao Conselho Nacional para ampliar essa discussão em âmbito nacional. Aí depois vem aí também sobre a questão da declaração... Oi? **PRESIDENTE:** Está cortando. **CONSELHEIRO CRISTIANO:** Não. **PRESIDENTE:** É que está cortando um pouquinho. Não sei se foi só para mim. **CONSELHEIRO CRISTIANO:** E aí é isso. Então foi feita essa proposta, acho que repetiu aí a questão da Comissão de Normas para tratar sobre essa legislação, e isso ficou como um dos encaminhamentos da condição de normas fazer esse estudo sobre a legislação referente às emendas parlamentares. E esses outros pontos aí, que vem embaixo, que eu já falei, que é sobre o Conselho Municipal de Januária, para regularizar a situação, para acompanhar a regularização da situação junto ao município de Januária, e também um ofício para os demais municípios que receberam veículo para que eles possam fazer o acompanhamento da utilização desse veículo. Então esses foram os pontos que foram encaminhados na discussão de ontem para aprovação na plenária de hoje, que é a emissão de uma declaração do conselho falando sobre esse cumprimento do objeto, e essas propostas, de análise pela Comissão de Normas sobre a legislação sobre emendas parlamentares, ofício para o Conselho Municipal de Januária, e ofício também para os conselhos municipais, os municípios que foram beneficiados. Só lembrando que essa declaração de objeto, pela apresentação que foi feita, o objeto do convênio, que era a aquisição dos veículos, foi realizado, e o estado precisa agora apresentar essa declaração para o Ministério para que possa ser feita a finalização dessa prestação de contas. Então, resumidamente, foi essa a discussão que a gente fez. **CONSOLAÇÃO:** Tem a resolução e a declaração para projetar. Aí vocês veem aí se eu posso já fazer isso. **PRESIDENTE:** Pode. **CONSELHEIRO CRISTIANO:** Quer que leia, Consolação? Ou você mesma lê? **CONSOLAÇÃO:** Você é quem sabe. Se você quiser ler. **CONSELHEIRO CRISTIANO:** Tá bom. Meu

computador está dando uns paus aqui, de vez em quando ele desliga do nada, tá? Então, se der algum problema, eu aviso. “Resolução 697, de 2020, CEAS-MG. Dispõe sobre o cumprimento do objeto do convênio de estruturação da rede de serviços de proteção social básica de Minas Gerais voltado à aquisição de veículos. O Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais, CEAS-MG, no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 13 da Lei Estadual 12.262, de 23 de julho de 1996, pela Lei Orgânica de Assistência Social, LOAS, e pela Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social de 2012, NOB/SUAS/2012, e considerando a Resolução do CEAS Nº 584, de 2017, que dispõe sobre a estruturação da rede de serviços de proteção básica, com o objeto voltado à aquisição de veículos e a deliberação da 253ª plenária, ocorrida no dia 26 de maio de 2020, virtualmente, resolve: Artigo 1º: declarar cumprido o objeto do convênio Nº 840223, de 2016, relativo à estruturação da rede de serviços de proteção social básica de Minas Gerais, voltado à aquisição de 15 veículos. Artigo 2º: esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, 25 de junho de 2020. Jaime Alvino Starke, Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social”.

PRESIDENTE: Ok, Conselheiro Cristiano. Nós temos duas inscrições... **CONSOLAÇÃO:** Agora é a declaração. **PRESIDENTE:** Ah, sim. Então tá, continua. **CONSELHEIRO CRISTIANO:** Pode ler? “Declaração. O Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei 12.262, de 23 de julho de 1996, considerando a do 253ª Plenária Ordinária, ocorrida no dia 25 de junho de 2020, declara que a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais cumpriu o objeto do convênio Nº 840223, de 2016, relativa à estruturação da rede de serviços de proteção básica de Minas Gerais, voltado à aquisição de 15 veículos. Belo Horizonte, 26 de junho de 2020”. É isso. **PRESIDENTE:** É isso? Tem mais alguma, Consolação? Seriam essas duas... **CONSOLAÇÃO:** Não, seriam essas agora para a discussão mesmo. **PRESIDENTE:** Certo. Então nós temos o pedido de inscrição. Primeiro o Conselheiro Hugo. Por gentileza, Conselheiro? À vontade. **CONSELHEIRO ANTÔNIO HUGO:** Que nós havíamos colocado, até em relação, o Cristiano já até falou sobre essa resolução para poder estar disciplinando essas emendas parlamentares. Mas como já está aqui a resolução, eu vou me ater a ela. Primeiro que não foi cumprido em sua totalidade uma vez que todos esses equipamentos não foram entregues os municípios, uma vez que tem um município que está aí com pendências de entrega. Desse modo, fica meio complicado a gente afirmar aqui, agora, e é um documento, de que foi cumprido o objetivo da entrega desse documento, da distribuição desses automóveis, uma vez que tem essa pendência aí com esse município. Eu não sei como a gente vai fazer aqui, mas só estou colocando isso e vou deixar outras pessoas falarem, até mesmo para eu poder entender como que ficaria isso, aí depois eu posso até a voltar a falar novamente. Só isso. **PRESIDENTE:** Obrigado, Conselheiro Hugo, pelas considerações e pela fala. A Conselheira Patrícia, por gentileza. **CONSELHEIRA PATRÍCIA:** Bom dia, Presidente. Bom dia a todas e a todos. Eu queria complementar a proposta de encaminhamento para a Comissão de Normas analisar a temática no sentido de que caso não seja possível normatizar no sentido de ir direto para o município, que a comissão proponha um fluxo para poder estreitar essa interlocução com os conselhos municipais. Era só isso. **PRESIDENTE:** Ok, Conselheira Patrícia. Obrigado pelas considerações. Conselheiro Geraldo, por gentileza. **CONSELHEIRO GERALDO:** Bom dia a todos. Na verdade, a minha dúvida vai em cima dessa questão colocada também pelo Hugo. Eu só fiquei na dúvida com relação ao cumprimento do objeto. Ele está relacionado à aquisição dos bens para

repassa ao município, ou à complementação, inclusive, com a entrega? Esse retorno tem que ser dado, está vinculado ao cumprir a aquisição, independentemente, de ter alguma pendência em relação aos municípios que vão receber. É só isso. Obrigado. **PRESIDENTE:** Obrigado, Conselheiro Geraldo, pelas considerações. Temos a inscrição também do Conselheiro Cristiano. Por gentileza, Cristiano. **CONSELHEIRO CRISTIANO:** É só para tentar esclarecer a dúvida do Hugo. O Elder está inscrito também, ele deve falar a respeito disso. O objeto, tanto da declaração, quanto da resolução, é a estruturação da rede voltado para a aquisição dos 15 veículos. Conforme a gente conversou e discutiu na Comissão de Política e também na plenária conjunta de ontem, os 15 veículos foram comprados. Então, por força maior, a gente teve essa questão que envolve o município de Januária, especificamente, que na época da entrega do veículo, ele apresentava uma pendência de documentação para receber o veículo. Como são bens adquiridos pela administração pública, e também devem ser destinados à administração pública municipal, é necessário que tenha essa regularização, até para poder garantir o uso correto do bem, e todo o procedimento necessário que a administração pública, o poder público precisa ter para poder utilizar um bem, que é um bem público. Então era só para dar essa complementação, que a gente está tratando da aquisição de bens. E quanto à aquisição de bens, isso foi garantido, foi cumprido, que foi a aquisição. O Elder até apresentou todas as notas fiscais, está tudo dentro de um processo, não sei, com todas as notas fiscais e tudo. Era mais para completar isso mesmo, mas eu acho que o Elder deve reforçar isso. Obrigado. **PRESIDENTE:** Obrigado, Conselheiro Cristiano. Então, inscrito também, o convidado Elder. Por gentileza. **CONVIDADO ELDER GABRICH:** Bom dia. Obrigado. Bom dia. É bem isso que o Cristiano já falou. Lembrando que o objeto do convênio é a estruturação da rede de proteção básica a partir da aquisição dos bens. Tanto é que nenhum documento, convenio, plano de trabalho, amarra isso à entrega dos bens ao município X ou ao município Y. Então, o que essa resolução está falando, e também o que a declaração está falando, é que o objeto foi cumprido no sentido de que os bens foram adquiridos. Ela não está afirmando que os bens foram entregues aos municípios. Isso nem faria sentido também, se a gente fosse pensar, porque senão um município não recebe, e aí a gente não consegue nem prestar contas do convênio e, no fim das contas, na pior das hipóteses, os bens tem que ser todos devolvidos. Então, eu até, depois que veio a dúvida do Hugo, eu até reli aqui porque eu fiquei na dúvida se na declaração estava escrito que os bens foram entregues. Mas não foram. De toda forma, caso vocês julguem necessário, pode-se colocar na resolução um parágrafo falando que o município de Januária ainda não recebeu o veículo, porque ele está regularizando a situação, alguma coisa assim. Obrigado. **PRESIDENTE:** Obrigado, convidado Elder. Conselheira Patrícia, ela sugeriu para que mencionasse a presença dos Conselheiros que não entraram na abertura. Eu não sei se... Eu acho que quase todos já deram o seu... Não sei se a Secretária Executivo, a Consolação, se é necessário? Eu acho que todos já aparecem dentro do próprio link. **CONSOLAÇÃO:** Sim, eles já. Mas se quiser, o Domingos Sávio chegou depois, a gente tem, o próprio Hugo já se manifestou, mas já está aqui. O João Crisóstomo, Márcio Caldeira. Márcio Evangelista já tinha falado. É isso. **PRESIDENTE:** O link está ali, na parte... 38 pessoas. **CONSOLAÇÃO:** Aloísio, que eu não tinha mencionado. Mas está aqui. Agora eu falei todos. **PRESIDENTE:** Ok. O próximo inscrito é o Conselheiro Hugo. Por gentileza, Conselheiro. **CONSELHEIRO ANTÔNIO HUGO:** Elder, muito obrigado. Bom dia, tá? Era isso mesmo. É que a minha preocupação é que o objeto pode ter sido da

aquisição, mas existe a depreciação desse equipamento, e ele está parado. Aí, o que foi feito com o município de Januária para auxiliar eles na organização dessa documentação? E como é o nosso CPF que fica também nisso aí, eu gostei da sua ideia de colocar o parágrafo, aí tiraram aqui, não está aqui mais, mas estava até colocando o parágrafo e eu até gostaria de fazer a leitura dele. **CONSOLAÇÃO:** É porque eu estou terminando a escrita, Hugo, só um minutinho. É porque eu estou buscando do jeito que foi colocado a justificativa. **CONSELHEIRO ANTÔNIO HUGO:** Ah, tá. Muito bem, Consolação. Então, colocando esse adendo, ótimo, aí a gente pode até aprovar sem ficar com o pé atrás, de amanhã, no futuro, a gente ser chamado a prestar informação de uma coisa que passou despercebida por nós. Só isso. Ótimo, tá? Gostei. E gostaria que mantivesse esse parágrafo tal qual o Elder colocou aqui para gente. Obrigado. **PRESIDENTE:** Ok, Conselheiro Hugo. O próximo inscrito seria o Conselheiro Sávio. Por gentileza, Conselheiro? **CONSELHEIRO DOMINGOS SÁVIO:** Bom dia a todos. Eu gostaria de fazer uma observação com relação à emenda parlamentar. Atualmente, a emenda parlamentar é uma fonte de recurso muito importante que a gente, a política de assistência social e nós, do movimento da política de assistência social, temos que aproveitar melhor. Antigamente era entendido a emenda parlamentar, e era dessa forma mesmo, alimentar a base eleitoreira. Era assim. E a gente implicava com esse tipo de coisa – e com muita razão. Muitas vezes o conselho, pelo menos o de Belo Horizonte não permitia, não aprovava. Mas hoje, não. É diferente um pouco. A gente pode pleitear esse recurso já dizendo o que queremos. A última reivindicação nossa lá foi com relação a uma deliberação. Para que a deliberação fosse viabilizada, e a deliberação de conferência, a gente fez a solicitação, e foi aprovada, inclusive. Então é dessa forma. A solicitação, reivindicada pelo próprio movimento da política, pelo órgão gestor, ela já vem de acordo com o que o conselho aprova, que são recursos para a (trecho incompreensível) [00:50:46], para a especial, para o controle, etc. Dentro da política de assistência social. Então está dando certo. Se você imaginar, cada deputado federal, e cada senador, eles têm lá 15 milhões para ser gasto em emendas parlamentares, sendo que metade já está comprometido com a área da saúde. E a outra metade é disputa. Então a gente aproveita muito pouco com relação a esse recurso. O volume tem que ser maior. E a gente vê a dificuldade para financiar política, e esse recurso está aí, disponível, desde que a solicitação esteja redondinha para o deputado lá da região, acho que os municípios devem fazer isso mesmo. E com relação às solicitações das entidades, do âmbito da assistência social, devem ser escritas no conselho, e o conselho tem um plano de ação, um relatório de atividades para, nessa hora, estar verificando e prestando conta do recurso. Então eu acho que é muito importante solicitar aos municípios que passam esses pedidos na hora correta e tudo o mais, que acompanhe a solicitação e até o desfecho final, que eu acho que é muito importante para financiar política pública. A gente tem que manter essa relação viva, ativa, com os deputados. E está sendo muito bom. A gente orienta o deputado a aplicar em política pública. E o preâmbulo da explicação, isso é muito importante também. É um contato importante, que entende o que está ocorrendo. Desde 88 a gente banca política pública. Assistência social, a saúde, educação, etc. Então isso é muito importante. Está projetado e assimilado pelos nossos representantes. Ok? **PRESIDENTE:** Ok, Conselheiro Sávio. Obrigado pelas manifestações. Inscrito, o Conselheiro Hugo. Por gentileza, Conselheiro. **CONSELHEIRO ANTÔNIO HUGO:** Não, que a redação, como estava, ela estava boa. Aí depois quando, nessa alteração que está sendo feita aqui, está dando termo, porque antes estava falando que Januária não recebeu, não

ter a documentação em tempo hábil, 2019. Eu falei assim: “Então a gente vai aprovar essa resolução hoje?”, aí vai falar que recebeu posteriormente. Aí não ficaria legal. Aí, conforme está aqui, “O município de Januária ainda não recebeu o veículo por não ter apresentado, até a data da publicação desta resolução, a documentação necessária para a celebração do termo de cessão com a Secretaria do Estado de Desenvolvimento Social”. Aí eu acho legal, que aí está falando que hoje, que nós vamos aprovar essa resolução hoje, e ela continua sem receber por não ter cumprido. Mas aí eu volto a reforçar. A SEDESE deve entrar em contato com o Conselho Municipal de Assistência Social de Januária para auxiliar eles a receberem esse equipamento, porque a depreciação dele, mesmo ele estando parado, ela ocorre. Senão não vai nem adiantar. É um dinheiro público que foi gasto e que está sendo jogado pelo ralo, entendeu? Mas aí, do jeito que está aqui, nesse parágrafo único, eu concordo. **PRESIDENTE:** Ok, Conselheiro. Obrigado pelas considerações. Tem mais uma inscrição do convidado Elder. Por gentileza. **CONVIDADO ELDER GABRICH:** Hugo, essa é uma das nossas maiores preocupações mesmo, porque a gente sabe que carro parado, ele para de funcionar em um momento. A gente tem entrado em contato com eles muito, assim, tanto por telefone, quando por e-mail, e reforçando isso. Inclusive a gente até reforçou que a gente não quer ceder o veículo para outro município, que é até uma preocupação deles no início. Não sei se falar isso foi bom, porque parece que eles ficaram mais tranquilos ainda. Mas a gente sempre entra em contato, e até quando começou a pandemia, uma das declarações que eles estavam devendo era o CAGEC, que até parou de verificar algumas informações para emitir a declaração. Informamos isso para o município, e mesmo assim o município não entrega essa declaração. Então a gente tem feito esse contato, assim, com muita frequência mesmo, mas eu não sei o que está acontecendo que eles não estão conseguindo retornar para gente com esse documento. Então, a depreciação do bem também é uma preocupação nossa, que está sendo repassada a eles. **PRESIDENTE:** Ok, Conselheiro Elder. Obrigado. Inscrição da Conselheira Sandra, por gentileza? **CONSELHEIRA SANDRA:** Bom dia, Conselheiros. Então, com certeza o município de Januária, se ele está tendo problema com a documentação do município, essa questão de receber recurso ou bem, ele não está somente na assistência, o município deve estar tendo problemas em outras Secretarias, com outros termos de parceria. Então é uma questão muito do município. A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social fez o trabalho dela, que foi adquirir os veículos e repassar os veículos aos municípios. Óbvio que qualquer município que não está regular, ele não tem como receber. Então isso eu acho que é uma questão que não tem nem como o CEAS interferir nisso, porque é algo do município, que o município precisa resolver. É só essa contribuição que eu gostaria de dar. Muito obrigada. **PRESIDENTE:** Obrigado, Conselheira Sandra. Obrigado pelas considerações. O Elder pediu inscrição novamente. **CONVIDADO ELDER GABRICH:** Só para responder a Sandra. É exatamente isso, tanto é que a pendência deles nem tem a ver com assistência social, nem tem a ver com algo da SEDESE. Até o último momento que eu fiquei sabendo, era uma questão com outra Secretaria. E quando você está com pendência em uma Secretaria, com uma sessão que seja, você não pode receber nenhuma. Então é exatamente isso que você falou, concordo. **PRESIDENTE:** Temos mais uma inscrição. É a Haiandra. **CONSELHEIRA HAIANDRA PEREIRA:** A minha colocação é a seguinte. Sabendo que vários municípios têm equipes-volantes que às vezes nem tem carro para a equipe, como é o caso de Novo Oriente de Minas, e que nós nos encontramos regular, talvez não seria o caso de colocar um prazo para que o município de Januária

se regularize? Porque talvez eles não tenham, assim, dado tanta relevância para essa questão. E que isso iria ajudar muitos outros municípios que estão regularizados e que tem a necessidade do transporte. **PRESIDENTE:** Ok. Obrigado, Conselheira Haiandra pelas considerações e pela sugestão. Eu acho que isso é uma questão que até deve ser visto bem breve sobre essa situação. Conselheiro Hugo, por gentileza. **CONSELHEIRO ANTÔNIO HUGO:** Não, a Haiandra, não é? já falou o que eu ia falar, perguntar se não tem prazo. Então já estou contemplado. **PRESIDENTE:** Ok. Conselheiros, estando satisfeitos com as informações, os esclarecimentos, podemos colocar em regime de votação os pontos elencados nesse primeiro ponto de pauta? **CONSELHEIRO ANTÔNIO HUGO:** Tem que responder se tem prazo ou não o município. **PRESIDENTE:** Ah, sim. Retorno, então, para o Conselheiro Cristiano, o coordenador. **CONSELHEIRO CRISTIANO:** Eu acho que nesse ponto aí talvez o Elder poderia esclarecer, já que é ele que está cuidando desses procedimentos todos, não sei. Pode ser, Elder? **CONVIDADO ELDER GABRICH:** Pode. Nos documentos não tem prazo não. Porém a gente pode sim definir e, a partir do momento, entender que o município não deseja o veículo, e passar para outro. Porém, eu acho que o outro município tem que ser escolhido com base nos mesmos critérios que se escolheram os anteriores. Acho que isso que tem observado, para que tenha uma lógica nessa entrega. Nós até chegamos a calcular o critério de novo e ver qual município que iria receber o carro. Não me lembro agora, mas a gente pode fazer isso de novo. Com o censo SUAS, atual. Mas podemos, sim. **PRESIDENTE:** Ok. A inscrição da Sandra. Por gentileza. **CONSELHEIRA SANDRA:** Então, é só para contribuir novamente. Olha só. Eu acho que nós temos que separar um pouco isso daí. O que nós estamos votando agora é se concordamos que o objeto foi cumprido. Então, desse ponto de vista, está tranquilo. Cumpriu, fez a compra do veículo, entregou os veículos, e nós temos uma situação específica de um município, que ele está irregular e não recebeu, porque ele não conseguiu se regularizar ainda diante do estado com todas as burocracias que são exigidas. Que são as certidões e tudo o mais. Outra questão é que o veículo está lá, e o município, se ele não regularizar, ele não vai receber. E ele não recebendo, se esse veículo pode ser repassado a outro município, vendo os critérios já, como o Elder disse, já estabelecido. E acho que isso já é outra questão. Eu estou dizendo isso porque às vezes a gente se prende em determinadas formalidades e a gente não consegue avançar com a pauta. E isso me preocupa. Tem um monte de municípios precisando de veículo? Tem. Mas a questão aqui, agora, não é essa. A questão agora é o objeto. Comprou, pagou, entregou. Ponto. Aí talvez pudesse colocar uma observação no documento a ser encaminhado ao Ministério, mas colocando uma observação para nós, na ata, de que, posteriormente, o estado vai verificar essa questão da possibilidade de um prazo para o município realmente receber o bem, e caso ele não regularize, será então repassado dentro dos critérios observados a outro município. Mas essa segunda parte não tem nada a ver com a primeira, que é a aprovação. Obrigada. **PRESIDENTE:** Ok, Conselheira Sandra. Após vem o Conselheiro Hugo. Por gentileza. **CONSELHEIRO ANTÔNIO HUGO:** Então, Sandra. Até gosto que sempre que você fala, você consegue esclarecer, e coloca até ponto que fica muitas vezes, até passa uma não observação da gente. Concordo com você em partes quando você fala, só que eu, enquanto controle social, eu preocupo muito com esses recursos públicos que ficam aí parado. Então, reforçando o que você está falando, e aí, Elder, você que está lá na Comissão de Normas, me parece, ou de orçamento, não sei. Quem for da Comissão de Normas pode pensar naquilo que eu falei, que é uma elaboração de uma

resolução para poder disciplinar essas doações. E nisso aí a gente vai poder colocar que o critério seja esse. É o prazo para que o município se adequar para poder normatizar e conseguir receber esse bem. Não pode é ficar muito tempo parado dentro da SEDESE por causa da depreciação desse equipamento. Então eu acho que o caminho é esse mesmo, que eu já havia falado ontem e que eu reforço aqui hoje, que é a elaboração de uma resolução para que nós tenhamos condições de disciplinar e engessando esses municípios para que eles possam ter mais celeridade na organização da documentação e poder receber esses equipamentos. Só isso. **PRESIDENTE:** Ok. Obrigado pela contribuição, Conselheiro Hugo. O próximo inscrito é o Conselheiro Lucas. **CONSELHEIRO LUCAS:** Na verdade, Presidente, eu queria reafirmar o que a Sandra trouxe, e queria evidenciar um ponto que é trazido na súmula, que é o seguinte. Foi enviado ao gabinete do deputado uma lista de municípios que possuíam equipes volantes, mas não possuíam um veículo exclusivo. E dentro dessa lista, a equipe do deputado indicou quais os municípios receberiam o veículo. Então trata-se de uma decisão estritamente política, e que eu acho que não convém a este conselho questionar essas questões. Então foi um trâmite administrativo que foi feito. Foi encaminhada uma lista, a equipe do deputado, que é o detentor do poder para poder fazer essa emenda parlamentar, escolheu esse município para poder ser feito. E eu reafirmo aquilo que Sandra trouxe. A nossa discussão tem que pairar sobre: foi cumprido ou não foi cumprido o objeto do convênio? Foi cumprido. Agora, essa outra parte da questão de como se deu a escolha do município, de como vai se dar esses trâmites a posteriori, é uma questão que não compete a esse conselho. **PRESIDENTE:** Ok, Conselheiro Lucas. Obrigado pelas considerações e pelos esclarecimentos. E eu passo agora para a inscrição do Conselheiro Sávio. Por gentileza. **CONSELHEIRO LUCAS:** Sávio, o seu microfone está desligado. **CONSELHEIRO DOMINGOS SÁVIO:** Pessoa, desculpa. Realmente estava desligado. Eu acho que a prestação de contas é uma coisa muito importante, como foi dito aí desde o início pelo... Então ela é feita no conselho. Então esse conselho, realmente, o que preocupa é esse carro que não foi entregue. Então esse carro, realmente ele pode estragar, pode apodrecer lá no pátio da SEDESE. Então tem que ser resolvido isso, e é na hora de aprovar a prestação de contas da compra. Então eu acho que a gente aprova a prestação de contas, e recomenda que o município a qual esse último veículo foi destino a resolver a questão em um prazo X. Caso contrário, seria escolhido outro município, e esse município que não recebeu ficaria para a próxima. E aí o critério é o mesmo, viu, Elder? É lógico, o critério é o mesmo. Vê a fila aí pela qual foi estipulado o critério, você tem a escolha dos municípios. É o próximo. Agora, com relação ao deputado escolher, compete com essa ideia de o deputado escolher a ideia de um estudo criterioso de quem mais precisa. Isso poderia ter sido feito também. Eu acho que é isso aí que é o desafio nosso, entendeu? Vocês colocam uma deliberação de conferência, um estudo absolutamente criterioso. Ninguém (áudio ruim). Por mais que o deputado queira influenciar, imagino que se ele influenciar vai ser em um nível muito menor, a chance vai ser menor. Ele quer alimentar a base eleitoreira, lógico. Mas também contribuir com a política, essa é a nossa função. Fazer esse convencimento de que trocar, alimentar a base eleitoreira por bancar a política pública. Esse é um grande desafio que a gente tem que convencer a sociedade a fazer isso. Transformar cesta básica em pagamento em pecúnia. São transformações importantes que a política contempla e ela vai ter que fazendo mesmo. Então é isso. Agora é aprovar, mas tem que estipular esse tempo lá para esse município resolver. Porque o carro, realmente, daqui a pouco ele não liga mais, ele vai virando uma

sucatinha. E a gente não vai ter nem o que fazer com esse carro. É um problema sério. Esse negócio tem que resolver agora, e o conselho, já que ele está prestando conta, essa recomendação em um prazo X, não resolveu, não vou entrar no mérito. Se os outros municípios resolveram e esse aí não resolveu, não entra nisso não. Não resolveu? Então vai ser passado para outro. Que a coisa tem que ser mais dinâmica. Ok. É só. **PRESIDENTE:** Ok, Conselheiro Sávio. Obrigado pelas considerações. Nós temos mais duas inscrições. Seria do Elder e do Hugo, se não me falhe a memória, não sei se tem mais algum. Nós poderemos partir para o encaminhamento. A questão, então, sugiro que seja, até a nível de esclarecimento, Conselheiro Hugo, além da própria resolução, até para garantir a segurança dos Conselheiros, existem outros pontos que foram já mencionadas na própria reunião de ontem. Por exemplo, ofício do CEAS ao Conselho Municipal de Januária. Consolação, só sobe. Isso. Ofício do CEAS ao Conselho Municipal de Januária sobre a situação, solicitando apoio para solucionar a questão para retirada do veículo. Encaminhar Ofício ao Conselho Municipal de Assistência Social, que foram beneficiados com veículos, informando sobre a utilização deles na área da assistência, que a proposta também, que a Comissão de Normas possa tratar sobre a legislação relativa às emendas. Eu acho que tudo isso dá uma segurança bem grande aos Conselheiros, preocupados. E isso também eu acho que acabou sendo reforçado na própria resolução, onde informa que o município não conseguiu retirar ainda por essa questão. Eu não sei se estaria contemplando, e aí a gente passaria... Tem uma inscrição. O Elder falou agora ou o Sávio? Até me perdi. **CONVIDADO ELDER GABRICH:** Foi o Sávio. **PRESIDENTE:** Então é o Elder. **CONVIDADO ELDER GABRICH:** Só reforçar o que já foi falado pela Sandra, (trecho incompreensível) mandou no chat, a gente está discutindo uma declaração de cumprimento de objeto. O objeto é a aquisição dos bens. As demais discussões sobre as emendas parlamentares, sobre esse carro que está lá, elas são importantes, mas eu também entendo que nós estamos nos afastando do objetivo desta discussão e do objetivo deste documento. O documento fala de aquisição de bens, e eu até falei para colocar o parágrafo, mas realmente eu concordo com a Sandra que seria melhor que ele fosse colocado em ata, porque no fim das contas, a resolução tratará de dois assuntos diferentes. Um é o objeto, outra se o município conseguiu ou não receber esse veículo. Se essa entrega estivesse atrasada por causa de algo que a SEDESE não fez, eu entenderia. Mas ela não está atrasada por algo que a SEDESE não fez. Ela está atrasada porque o município não consegue fazer. O que nós vamos fazer no futuro com o carro, é lógico que nós vamos continuar cobrando, são discussões que excedem o que gente está discutindo aqui, agora. E acho que a gente tem que ter foco no documento, é esse documento, e falando o que eu falei ontem: nós não estamos aprovando prestação de contas no conselho. Quem aprova prestação de contas é o Ministério da Cidadania. Nós estamos emitindo uma declaração, que é um documento que faz parte de um processo de prestação de contas, que é muito maior do que isso. Então eu acho que a gente deveria focar nisso justamente para que a reunião possa caminhar. **PRESIDENTE:** Obrigado, Conselheiro Elder, pelas considerações, pela orientação. Conselheiro Hugo. Por gentileza. **CONSELHEIRO ANTÔNIO HUGO:** Então, Elder, Sávio e Sandra estão corretíssimos. O que eu não posso é de furtrar do meu direito de estar externando o meu pensamento, tá? O que eu estou colocando aqui, eu já falei desde o início, que eu não estou contra a aprovação. Já falei que nós vamos aprovar. Mas nós precisamos, enquanto controle social, ter mecanismos para poder disciplinar esse tipo de coisa. Ô, Lucas, é prerrogativa do deputado? É. Aqui em Juiz de Fora, eu, enquanto Presidente de um

conselho, o que nós já fizemos aqui? Nós fizemos uma resolução onde todo político vai encaminhar suas emendas parlamentares para a entidades que ele quiser. O que precisa ser feito é de procurar o controle social para poder saber como está a condição dessa entidade, nesse momento. Se ela estiver regulada em outro conselho, ótimo, ela vai receber. Caso contrário, não, e a gente devolve ao deputado falando para que essa entidade não está regular. E aí ele vai escolher outra entidade. A gente não está tirando o direito dele. E a mesma coisa é o que eu estou propondo aqui e o estado poderia fazer em relação não desse caso, que esse caso já está sanado, mas para que os próximos, que nós tenhamos uma resolução para nós passamos disciplinar, tal qual eu venho colocando aqui, essas emendas parlamentares, seja para entrega de veículos, seja o que for, para esses municípios. Porque o município tem que estar enquadrado e ter prazo. É isso o que eu estou colocando. É só isso. E que conste na ata, pelo amor de Deus. Não estou falando que eu estou... Muito obrigado. E não vou falar mais nada sobre esse tema. **CONSELHEIRA ANÉDIA:** Eu posso me manifestar? Eu posso me manifestar? Oi? Cadê? Sumiu? Eu saí do ar. **PRESIDENTE:** Só um minutinho, Conselheira Anédia. Tem duas inscrições antes da senhora. Pode aguardar um minutinho, por gentileza? **CONSELHEIRA ANÉDIA:** Não, tranquilo. É que eu estou em um sufoco aqui, mas eu queria... Depois eu falo. **PRESIDENTE:** Certo. Obrigada, Conselheira. Conselheira Sandra, por gentileza. Aí a Conselheira Gabriele e encerramos, então, na Conselheira Anédia. E aí eu proponho que façam o modelo de inscrição na própria resolução. Conselheira Sandra. **CONSELHEIRA SANDRA:** Então, eu fiz, inclusive, uma proposta no chat. O que eu penso? Eu penso que esse encaminhamento de prazo para o município regularizar e receber carro ou não, e esse carro ser repassado a outro município, já tinha falado isso anteriormente, ele pode ficar para outro ponto de pauta e ser apresentado na próxima plenária do CEAS. A SEDESE então teria esse tempo para poder verificar os procedimentos legais para esse veículo. Porque não é simplesmente dizer: "Vamos repassar". Tem que ter um contato com o ministério, com o próprio... Eu acho que em respeito ao deputado que fez a proposição da emenda para a aquisição de veículos, acho que teria que fazer uma conversa também. Não sei, porque ele não é mais Deputado, desde 2018, ele encerrou. Aí teria que avaliar essa questão de contato com o deputado. Mas penso que pelo menos um contato com o Ministério para saber os procedimentos legais. E a SEDESE, então, ela fica responsável por isso e traz isso para a gente na próxima reunião. E aí eu penso que esse aparecer, a gente já parte logo para a aprovação. Pelo menos a minha impressão, é o que eu penso. Que a gente já parte para a aprovação, porque nós já fizemos essa discussão ontem, fizemos essa discussão aqui, agora. Parece que tem um consenso entre nós pela aprovação. A única questão toda é a questão do carro parado lá, que também pode deteriorar. Mas fica essa proposta de encaminhamento. Muito obrigada. **PRESIDENTE:** Obrigada, Conselheira Sandra. Conselheira Gabriele, por gentileza. **CONSELHEIRA GABRIELE:** Bom dia novamente. Eu acho que é muito no sentido do que a Sandra falou, e alguns Conselheiros estão pontuando no chat também. Lembrar que essa discussão não iniciou agora, a gente já discutiu esse ponto na Comissão de Políticas, discutimos esses pontos intensamente na reunião de ontem, que foi uma reunião conjunta entre as comissões. Então assim, tentando consensuar o que está todo mundo falando, a gente já tem ali o encaminhamento para o controle social, o ofício do CEAS ao CMAS de Januária sobre a situação. E aí pode colocar nesse encaminhamento aí, que o CEAS, alguma comissão, não sei se é a Comissão de Apoio, continue acompanhando esse processo de doação do último veículo.

Ponto. Porque aí eu acho que a gente vai exercer o papel do controle social, mas a gente não vai fugir do objeto da discussão agora, que é, mais uma vez, a declaração de que a aquisição foi feita. Então, a emenda parlamentar destinada pelo deputado foi utilizada no seu objeto, na integralidade. Obrigado.

PRESIDENTE: Ok, Conselheira Gabriele. Por gentileza, a Conselheira Anédia. À vontade. E encerramos, então, as inscrições na fala da Conselheira Anédia. Aí eu proponho que já se construa ali o texto da resolução, e a gente possa deliberar, então, sobre o tema.

CONSELHEIRA ANÉDIA: Bom dia a todos. Eu só queria reforçar o Senhor Hugo. Eu estou de pleno acordo com ele, e estou vendo que o pessoal está preocupado com o estrago do carro. Eu estou preocupada é que tem muitos lugares precisando dela, então eu acho que o Senhor Hugo está certo de botar um prazo o mais rápido possível. Porque se pediram, é porque precisa; se não foi buscar, é porque não precisa. Então tem que se dar um prazo. Para tudo tem um prazo, um limite. É só isso que eu queria falar, tá? Obrigada.

PRESIDENTE: Ok, Conselheira. Obrigado pelas colocações. Então, vamos só retornar ali para a resolução? Eu acho que a segurança do tema foi bem garantida, Conselheiro Hugo. Eu acho que a sua preocupação é a preocupação de todo o conselho, no sentido até mesmo de agilizar que esses bens não fiquem muito tempo, ou que o município se manifeste. Então, para garantir isso, eu acredito que está bem segura as ações que o CEAS vai tomar a partir do que foi proposto. Eu acho que a gente poderia colocar, então, em regime de votação. Todos estão satisfeitos com as deliberações que foram apresentadas pela Comissão de Orçamento. Então, foi encaminhada à proposta? Já está ali. Acho que tem mais uma linha, Consolação. Sobe mais um pouquinho. Sobe. Não, acho que está descendo. Ali, os encaminhamentos para a plenária. Isso. Agora sim. Então, “Declaração de cumprimento do objeto do convênio. A emenda de estruturação da Rede de Proteção Social Básica de Minas Gerais por meio de aquisição de bens. Proposta que a Comissão de Normas possa tratar sobre a legislação relativa a emendas para que sejam destinados diretamente aos municípios. Uma resolução informativa, e orientativa: orientar os parlamentares sobre as emendas serem feitas diretamente aos municípios. Ofício do CEAS ao Conselho Municipal de Assistência Social de Januária sobre a situação, solicitando apoio para solucionar a questão para retirada de veículo. Encaminhar também para a Comissão de Apoio. Encaminhar ofício do Conselho Municipal de Assistência Social com os municípios que foram beneficiados com os veículos, solicitando informações sobre a utilização deles na área da assistência, conforme objeto. Equipes volantes, se tem beneficiário. Também do estado verificar a questão de um prazo para que o município de Januária regularize a situação”. Aí o CEAS recomenda um prazo, vamos botar um prazo, uma proposta de prazo de 30 dias? “Solicitar à SEDESE verificar os procedimentos legais sobre a possibilidade de destinar o carro a outro município caso o município de Januária não regularize a situação. E que o CEAS continue acompanhando o processo de deliberação”. Se os Conselheiros assim estiverem satisfeitos, podemos colocar em regime de votação? Não havendo manifestação, houve concordância do Conselheiro Hugo também, dos 30 dias. Então eu chamaria a tela da votação. Então agora, a partir da exibição da tela, entraremos em processo de votação. Só em nível de orientação. Por sugestão, a lista da ordem de votação está seguindo a lista do próprio decreto. Se não me falhe a memória foi feita essa correção, não é Secretária Executiva?

CONSOLAÇÃO: Sim. Foi feita a partir da lei de criação do conselho. Nós colocamos a ordem sequencial de quem apresenta na lei de criação do conselho, da composição.

PRESIDENTE: Certo. Então pode só ampliar? Porque eu também não estou... Tem que

ampliar um pouquinho mais. **CONSOLAÇÃO:** Aí quando entra na questão da composição. Por exemplo, usuários. Aí entrou quem foi o primeiro titular, o segundo, tá? Foi respeitado isso também, que a gente usou os dois critérios. **PRESIDENTE:** Tá. Mas só votam os titulares? Como também para o governamental, votam os... Então está. Em regime de votação, aprovação dos encaminhamentos registrados na súmula, resolução e declaração do ponto um, que trata da emenda parlamentar. Só ver o número aqui. Alguém me puxa o número da emenda parlamentar? Qual é o número da emenda parlamentar? **CONSOLAÇÃO:** É o convênio nº 84023, de 2016. **PRESIDENTE:** Ok. Já está lá. Então, em regime de votação, como vota o primeiro representante da SEDESE, que sou eu, Jaime Starke. Aprova. Como vota o segundo representante da SEDESE, Cristiano de Andrade? **CONSELHEIRO CRISTIANO:** Aprovo. **PRESIDENTE:** Como vota o representante da SEPLAG, João Vitor de Almeida? **CONSELHEIRO JOÃO VICTOR:** Aprovo. Aprovado. **PRESIDENTE:** Desculpa, desculpa. É que eu acabei pulando. Desculpa. Como vota a representante da Secretaria de Estado de Educação? **CONSELHEIRA SILVIA:** Aprovo. **PRESIDENTE:** É a Silvia, não é? **CONSELHEIRA SILVIA:** Aprovado. Sim, aprovado. **PRESIDENTE:** Sim. Como vota, então, o representante do SEPLAG, João Vitor de Almeida Chaves? Ele já registrou o voto. Como vota a representante da Secretaria de Estado da Saúde? A Vilma. **CONSELHEIRA VILMA:** Bom dia. Aprovo. **PRESIDENTE:** Como vota a Secretaria de Estado da Fazenda? Conselheiro Geraldo Amarildo. **CONSELHEIRO GERALDO:** Aprovo. **PRESIDENTE:** Como vota o representante da SEAPA? **CONSELHEIRA ANÉDIA** Achei que eu fosse a última a votar. **PRESIDENTE:** Como vota? **CONSELHEIRA CYNTHIA:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Cynthia, pela aprovação. Como vota a representante do COGEMAS? **CONSELHEIRO ALOÍSIO:** Ana Amélia não está presente, Presidente. Então eu voto pela aprovação. **PRESIDENTE:** Conselheiro Aloísio, não é? **CONSELHEIRO ALOÍSIO:** Isso mesmo. **PRESIDENTE:** Isso. Conselheiro Aloísio. Como vota a representação do Conselho Municipal de Assistência Social de Novo Oriente de Minas? Conselheira Haiandra? **CONSELHEIRA HAIANDRA:** Aprovo. **PRESIDENTE:** Como vota o representante do Conselho Municipal de Assistência Social de Montes Claros? A representante Sandra de Fátima Azevedo. **CONSELHEIRA SANDRA:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Como vota o Fórum Municipal dos Usuários do SUAS, de BH? A representante Anédia. **CONSELHEIRA ANÉDIA FARIA:** Aprovo. **PRESIDENTE:** Como vota a Associação Quilombola do SUAS? Aqui está tão pequenininho, mas eu vou voltar aqui porque eu tinha outra lista, mais antiga aqui. Da Associação Quilombola do Suassuí. **CONSELHEIRO DOMINGOS SÁVIO:** Suassuí. **PRESIDENTE:** Suassuí. É que eu estou com uma lista aqui, e não é a mesma que está ali. Então vamos só repetir. Associação Quilombola do Suassuí e Pitangueiras, ASQUIS, Isaura dos Santos Lopes. Conselheira Isaura? Na sua ausência... **CONSOLAÇÃO:** A Isaura colocou no chat pela aprovação. **PRESIDENTE:** Tá certo. Então só registra lá uma observação que foi via chat, tá? Como vota a Federação das APAE's? Justificou a ausência. E a Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais Sudeste Brasileira, a Daiane Arantes Castro. **CONSOLAÇÃO:** Não está presente. **PRESIDENTE:** Ausente? Ok. Então, ausente. Como vota a Federação das Associações Sem Fins Econômicos de Minas Gerais? FASEMIG? A Conselheira Ariadna de Almeida Silva. **CONSELHEIRA ARIADNA:** Eu aprovo. **PRESIDENTE:** Como vota a União das Associações de Pirapora? UNAPIR. Conselheiro João Alves Crisóstomo? **CONSELHEIRO JOÃO CRISÓSTOMO:** Pela aprovação, tá? **PRESIDENTE:** Como vota o Conselho Central de Curvelo? SSVP. Conselheiro Lucas da Silva? **CONSELHEIRO LUCAS:** Pela

aprovação. **PRESIDENTE:** Como vota o Conselho Regional de Serviço Social, CRESS? Conselheira Patrícia? **CONSELHEIRA PATRÍCIA:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Como vota o Fórum Regional dos Trabalhadores no SUAS de Salinas? Conselheira Gabriela de Almeida Loiola? **CONSELHEIRA GABRIELA:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Como vota o Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Belo? Conselheiro Hermellis? **CONSOLAÇÃO:** Justificou a ausência. **PRESIDENTE:** Como vota o Conselho Municipal de Assistência Social de Juiz de Fora? Conselheiro Antônio Hugo Bento? Conselheiro Hugo? Acho que está com o microfone fechado. **CONSELHEIRO ANTÔNIO HUGO:** Estava desligado o meu microfone. Perdão. Eu voto pela aprovação. **PRESIDENTE:** Ok. Você pode, por gentileza, o localizador? Foi aprovado por unanimidade, não é? Então podemos passar para o próximo ponto? O próximo ponto. **CONSOLAÇÃO:** Pergunta, Presidente. Pela súmula, tem o ponto incluído pela Anédia. A gente segue aqui da pauta, dá todas as comissões ontem, ou a gente faz a prestação de contas primeiro? **PRESIDENTE:** O que os Conselheiros preferem? A gente antecipou, seguiu o ponto da pauta da Comissão de Normas. Os Conselheiros preferem que a gente permaneça nessa mesma sequência de ontem? Ou a gente passa para a prestação de contas, que seria o segundo ponto da pauta? Fiquem bem à vontade, só para ver. Até porque como houve essa alteração, não é? **CONSELHEIRO LUCAS:** Presidente, é melhor a gente avançar pela prestação de contas, e a gente tenta vencer ela nesse primeiro momento de reunião. **PRESIDENTE:** Ok, então. Obrigado, Conselheiro. Eu ia perguntar justamente para o Conselheiro Lucas para a gente poder ter uma... Enfim. Então passamos para o segundo ponto de pauta. Conselheira, pode exibir a pauta na tela? O segundo ponto, então, de pauta seria a prestação de contas do quarto trimestre de 2019. Como ontem foi bastante debatido a questão, que nós tivemos uma plenário que começou, se não me falhe a memória foi 14h30. Começamos a tratar do ponto e encerrou às 19h30. E eu peço, então, se na urgência da coordenadora, que é a Natália, da Federação das APAE's, que justificou a sua ausência, e a vice coordenadora, a Cláudia, poderia então, juntamente com a Consolação, fazer apresentação dos encaminhamentos para que a plenária possa, então, se sentir satisfeita, à vontade para poder manifestar. E concluindo, então fazer as deliberações necessárias. Por gentileza, coordenação, à vontade. **CONSELHEIRA CLÁUDIA FALABELLA:** Bom dia, Conselheiros e Conselheiras. Então, eu não estou acostumada a fazer a comissão porque eu ainda tinha sido coordenadora. Então, se não estiver conduzindo da forma correta, por favor vocês me chamem a minha atenção e me ajuda nesse processo, ok? A gente mandou esse detalhamento aqui junto, na súmula, só que essa questão já foi conduzida na apresentação. Então, como a gente diz tudo, ponto a ponto, olhando todas as ações, eu não sei se a gente tem que novamente repetir o que está aqui ou ir direto para aqueles pontos que foram apontados pelos Conselheiros na complementação de informações. Eu já fiz essa alteração na prestação de contas e peguei toda a documentação, as resoluções que foram solicitadas de acordo com os encaminhamentos que foram feitos aqui. Eu ainda estou recebendo, inclusive, por e-mail, comprovantes de devolução do recurso da Fonte 24, feito à época, com os esclarecimentos. Então todo esse material já foi para o conselho. Aí eu não sei se vai abrir a prestação de contas de novo, ou se, aí o conselho recebe toda a documentação, olha se a gente elencou tudo direitinho, informa para os como Conselheiros. E eu não sei, assim, qual é a melhor forma de a gente apresentar, se a gente manda, o conselho rganiza e fala que está ok, ou se a gente abre as alterações, abre a prestação de contas por operações e lê novamente. **CONSOLAÇÃO:** Posso, Presidente? **PRESIDENTE:** Claro, por

gentileza. **CONSOLAÇÃO:** Sugiro, Cláudia, que a gente pegue cada ação e coloque aqui a questão da execução, e aí a gente as observações que algumas dessas ações tiveram. Que é tipo isso, faz o encaminhamento gerado ações por ação, então a gente apresenta aqui, porque todo mundo recebeu, recebeu a súmula também. Então só para a gente registrar em ata, inclusive, eu acho que é interessante falar que é a ação tal, o que foi executado, o valor, a informação aqui, e depois as observações. Se os Conselheiros acharem que isso atende. E depois tem a resolução também que a gente vai apresentar em relação à prestação de contas. **PRESIDENTE:** Tem uma consideração. Essa pauta dos valores e tudo já foram apresentados ontem, também já estão... Não seria já para a questão dos encaminhamentos que foram feitos ontem da comissão? Porque houve... **CONSELHEIRA CLÁUDIA FALABELLA:** É, eu também pensei em focar só no que faltou, porque isso aí já foi apresentado. **PRESIDENTE:** Que já houve uma riqueza muito grande ontem das colaborações. E só para garantir que os encaminhamentos que foram feitos ontem, fossem mencionados e registrados na prestação de contas. Não sei se a Conselheira... **CONSELHEIRA CLÁUDIA FALABELLA:** Aí a ideia era, Consolação, abrir a prestação de contas que eu mandei no e-mail já com as alterações para a gente ler lá no corpo do instrumento, para ver o que faltou, foi aportado, onde deveria, que é no corpo da prestação de contas. **PRESIDENTE:** Ok. **CONSOLAÇÃO:** É para eu abrir a prestação de contas, é isso que você... **CONSELHEIRA CLÁUDIA FALABELLA:** É, eu pensei assim, que aí a gente ia lendo. Esse ponto, por exemplo, a informação foi acrescida aqui na prestação de contas, inclusive para ficar registrado que a informação foi incluída no instrumento. **PRESIDENTE:** Isso. Exatamente. O restante já foi todo trabalhado ontem. Então, só para garantir que os Conselheiros estejam garantidos que todas as contribuições deles foram incluídas. É assim mesmo, Consolação. Aí tem uma parte que fala ali dos encaminhamentos, não é? Deixe eu ver aqui. Agora ficou tudo... Agora voltou. **CONSELHEIRA CLÁUDIA FALABELLA:** Aí, Consolação, a gente pode ir lá na primeira ação da capacitação, que foi o primeiro ponto que a gente achou de dúvida com relação àquela questão da suplementação da Fonte 24. Aí eu coloquei, descendo aí ela ficou em verde. Eu deixei em verde as informações que eu apresentei para a gente poder... Depois a gente passa para preto, mas é só para poder... **CONSOLAÇÃO:** É só uma questão, por favor. Porque quando vai degravar a ata, fica um pouco confuso. Então, para gente estabelecer, assim, “ação tal de capacitação, que teve...”, porque isso é importante no registro da ata, esses primeiros pontos, pelo menos. “Ah, foi previsto isso e tal”, por isso que eu falei da própria execução que foi registrada em ata. Aí depois fala: “Esse teve tal e tal operação”. **CONSELHEIRA CLÁUDIA FALABELLA:** Aí eu preciso da sua ajuda, Consolação, porque eu não consigo aqui, eu fico com medo de abrir a súmula e perder a informação aqui. Eu já fiz isso uma vez e eu perdi toda a apresentação e não consegui ver mais. Então, só para você me ajudar, por favor. Nos pontos da súmula, tipo, na ação, informar o que está na súmula mesmo. Por favor. **CONSOLAÇÃO:** Então vamos lá. Na primeira ação, a ação de capacitação e apoio técnico aos municípios para o aprimoramento do SUAS. Aí foi apresentado o valor da LOA, R\$ 600.047,00, LOA mais crédito, R\$ 1.556.419,85, um valor de suplementação de R\$ 956.372,85. Meta física, 6 mil pessoas qualificadas. E aí tem aqui, o total de acúmulo de pessoas capacitadas no ano foi de 11.339. Do valor do trimestre, do quarto trimestre, foi 9.310. Nessa ação, o conselho apontou as seguintes observações e encaminhamentos: inserir esclarecimentos sobre o ajuste contábil da Fonte 24 a que ela se refere. Anexar cópia de decretos mencionados na justificativa e corrigir erro de digitação de

valores constante no quadro de detalhamento, valores estavam diferentes.? **CONSELHEIRA CLÁUDIA FALABELLA:** Ok. Então, aí o primeiro, na primeira ação de capacitação e apoio. Roda aí por favor, Consolação. Eu tinha dito, eu só peguei a confirmação lá, é aquela questão: a devolução feita à União foi feita por meio de ofício. Eu peguei essa informação, inclusive, eu tinha até um e-mail do Gustavo com essa informação que eu poderia ter, à época, colocado ela toda aqui que eu acho que ia ficar mais esclarecido. O que acontece? A auditoria interna da Secretaria faz uma auditoria nas contas e identifica que existem contas que estão dentro do SIAFI sem lastro financeiro, porque esse financeiro já tinha ocorrido em algum momento, conforme o Léo me explicou, a devolução dos recursos dessas contas foi feita por meio de um ofício encaminhado em 2008. Então, como eu disse, não existe nem entrada e nem saída de recursos nessa transação. Essa questão de empenho e liquidação que consta na prestação de contas é só para fazer um ajuste contábil. Inclusive, eu coloquei a informação aí e eu pedi para ele para me mandar, ele vai me mandar por e-mail, que eu também vou mandar para o conselho para organizar na prestação de contas quando for fazer a impressão para a assinatura do Jaime, o comprovante das transferências desse recursos à União. Então é isso. Melhorei um pouco a informação aí, porque lá só dizia que era referente ao ajuste contábil, como foi, mas eu só coloquei mais esclarecimentos acerca disso para ficar certinho e o entendimento quando for feita a leitura do documento. O outro ponto... Qual é o outro ponto, Consolação? **PRESIDENTE:** Só uma questão. Tá, já foi contemplado pela tua fala, agora. Pode continuar, por gentileza. Vamos fazer, então, a leitura de todos os pontos e fazer a aprovação no final. Correto? Que aí a gente deixa vocês concluírem o processo inteiro. **CONSELHEIRA CLÁUDIA FALABELLA:** Aí, anexar cópia dos decretos. Eu já mandei os decretos todos por e-mail para o conselho, você viu aí, Consolação? **CONSOLAÇÃO:** Eu vou repassar para os Conselheiros, e aí depois a gente recebe o documento, impresso, com tudo isso anexado para a guarda dentro do conselho. **CONSELHEIRA CLÁUDIA FALABELLA:** Ok, obrigado. **CONSOLAÇÃO:** Piso mineiro... **CONSELHEIRA CLÁUDIA FALABELLA:** Essa correção de erro de digitação dos valores, ocorreu na ação do piso. Você projeta aí, por favor, Consolação? Ação do piso mineiro. Foi uma inversão. Onde que tinha que ser digitado 343, eu digitei 434. Aí confronta com uma informação que estava abaixo. No piso fixo. Está vendo? Eu até consertei em verde, mas deixei do lado, que eu invertei, aí pode até apagar isso aí, está até fora da linha. Eu tinha escrito 021.434,90, e na verdade, é 343,90. E também incluí aqui a questão que esse recurso que foi suplementado, que foi um dos pedidos também de (trecho incompreensível), ele foi feito com o remanejamento orçamentário dentro do próprio fundo. Esse recurso foi remanejado da ação 4596, que foi um pedido para colocar também, e mandei também a cópia das resoluções, das suplementações, conforme foi pedido pelo conselho também. **CONSOLAÇÃO:** Que a gente não tinha lido antes, por isso é o pedido da ação. Anexar a cópia, incluir informação do remanejamento que foi colocado. Piso variável. Não teve nenhuma observação, não houve execução. A oferta dos serviços socioassistenciais Casa-Lar. Também não teve nenhuma observação, houve a execução de 98,61%. A implantação e manutenção de serviços regionais de média e alta complexidade tem um encaminhamento de acrescentar justificativa em relação à diferença entre a meta física pactuado no PPAG de (13 CREAS) e o valor realizado de (9 CREAS). **CONSELHEIRA CLÁUDIA FALABELLA:** Isso, Consolação. Aí eu escrevi que houve uma redução na meta física prevista na LOA... **CONSELHEIRA GABRIELE:** Espera aí que está na ação errada. Vocês

estão na Rede Cuidar e estava falando da ação do CREAS. Volta aí, Consolação. **CONSELHEIRA CLÁUDIA FALABELLA:** Não, estava no CREAS. Eu vi. Volta na súmula que a Gabi pediu, Consolação. **CONSELHEIRA GABRIELE:** Ela está na aba do Rede Cuidar. Agora sim ela está na aba do CREAS. **CONSELHEIRA CLÁUDIA FALABELLA:** Ah, tá. Entendi. **CONSOLAÇÃO:** Ah, tá. Da alta e média. Eu que estou na... A lista que estava errada, não é? É aqui. **CONSELHEIRA CLÁUDIA FALABELLA:** A proposta inicial de meta conforme previsto na LOA era a implantação de 13 CREAS Regionais. Considerando o cenário de restrição financeira do estado, a gente conseguiu a implantação de nove. E conforme foi esclarecido na reunião, então a gente colocou aí. Agora é do Rede Cuidar. **CONSOLAÇÃO:** Agora é do Rede Cuidar. Encaminhamento. Incluir justificativa em relação à diferença entre a meta física, pactuada no PPAG, 333 unidades, e o realizado, 115 unidades. Mencionada a pactuação da CIB e a deliberação do CEAS. **CONSELHEIRA CLÁUDIA FALABELLA:** As resoluções da CIB e do CEAS já estava mencionada em baixo, nesse f.1, está vendo? Então ela já está aqui, mas eu recortei lá de novo – Nossa, Consolação, eu não estou conseguindo ler – Houve uma redução da meta física na LOA em razão critérios de partilha conforme resolução CIB 08/2009, e aprovação desses critérios pelo CEAS conforme resolução 677/2019. **CONSOLAÇÃO:** Ok. Da manutenção do conselho, incluir a justificativa de baixa execução, informando que a ação relativa ao apoio aos fóruns estaduais, regionais de trabalhadores e usuários e entidades e URCMAS, ficou prejudicada essa ação pela falta de financeiro. Especificar que a utilização dos 3% de recursos do IGD-E foi utilizada com ações de manutenção do conselho, e especificar os outros usos relativos a ações de controle social. **CONSELHEIRA CLÁUDIA FALABELLA:** Está muito ruim para ler. A ação relativa ao apoio aos fóruns regionais... O número da página está em cima do escrito. Então você lê para mim, Consolação, por favor? **CONSOLAÇÃO:** Claro. A ação relativa ao apoio aos fóruns estaduais, regionais, de trabalhadores usuários entidades e URCMAS, foi inviabilizada por falta de financeiro. Os 3% do IGDs, IGD-E SUAS, foram destinadas ao controle social, considerando que os valores executados nessa ação superam esse percentual, garantindo também a manutenção do conselho. **CONSELHEIRA CLÁUDIA FALABELLA:** Aí eu coloquei IGDs, Consolação, mas se você achar que fica melhor o IGD-E SUAS também, porque aí eu fiz referência aos dois. Está mais embaixo, eu acho, Consolação. **CONSOLAÇÃO:** Esse aqui é você quem lê. **CONSELHEIRA CLÁUDIA FALABELLA:** Antão, aí a gente fez, conforme solicitado pelo conselho. Inserimos umas informações, eu as consegui ontem à noite, entre ontem à noite e agora de manhã. E na análise da aprovação, ela vinha com indicativo de aprovação mediante as complementações que a gente fez. Então é isso. Para a votação, Consolação, eu não sei como a gente fala isso. **CONSOLAÇÃO:** Isso. Volta para o Presidente. **CONSELHEIRA CLÁUDIA FALABELLA:** Então, Presidente. **PRESIDENTE:** Ok. Feitas as considerações e apresentações do que foi colocado na reunião em conjunta na data de ontem, e dessa forma eu até abro o espaço se há alguma consideração dos Conselheiros registradas no chat para que a gente possa colocar. A Conselheira Patrícia se inscreveu. Por gentileza, Conselheira. **CONSELHEIRA PATRÍCIA:** Me desculpem. É porque como eu estou no trabalho presencial agora, nesse momento, eu tive que atender uma demanda, então eu vou perguntar e talvez a Cláudia já tenha falado. Se teve tempo hábil para esclarecer aquela questão dos decretos que ficaram faltando, e também se foi falado sobre a questão dos 3% do IGD, só para poder constar em ata, que não foi utilizado os 3% para pagamento da conferência. Aí é só isso mesmo. Obrigada.

CONSELHEIRA CLÁUDIA FALABELLA: Aí é a justificativa que a gente colocou. Você está conseguindo ver aí, Patrícia? Que a gente aplicou os 3% do IGD no controle social, e que até para além. Isso foi demonstrado na execução do orçamento do conselho, que perpassa para um percentual muito maior do que os 3%. Inclusive mantiveram as ações do conselho durante o exercício de 2019.

CONSELHEIRA PATRÍCIA: Entendi, Cláudia. Obrigada. É só porque eu perdi mesmo em função do trabalho, e aí eu queria saber se tinha sido registrada em ata. Obrigada e desculpa.

CONSELHEIRA CLÁUDIA FALABELLA: E as resoluções também, e os decretos. Tudo bem que ele foi pedido para tudo, e foi tudo encaminhado pelo conselho. A Consolação vai colocar à disposição de vocês.

PRESIDENTE: Ok. Mais alguma inscrição? Não tendo mais inscrição, os Conselheiros estão aptos para fazer o processo de votação? Sem manifestação, então eu abro, peço que abra a planilha de votação. Quanto for aberta, então, entraremos em processo de votação. Em regime de votação, tratando sobre...

CONSELHEIRA GABRIELE: Só, por favor, que eu tenho que colocar aqui o que a gente está votando. Então é a prestação de contas do 4^a trimestre. Aí lê o encaminhamento para mim, por favor, que eu digito.

PRESIDENTE: Secretária Executiva, poderia formatar o encaminhamento? O encaminhamento seria pela...

CONSOLAÇÃO: Encaminhamento indicativo pela aprovação mediante as inserções das justificativas e informações solicitadas pelo conselho.

PRESIDENTE: E inseridas na presente sessão.

CONSOLAÇÃO: Já inseridas no relatório.

PRESIDENTE: Já inseridas, isso. A Conselheira Patrícia pediu para contribuir no encaminhamento. Por gentileza, Conselheira.

CONSELHEIRA PATRÍCIA: Obrigada, Presidente. De repente colocar uma ressalva nessa questão de que foi necessário fazer um ajuste fiscal em função do decreto 540 e 579 para sinalizar, porque, pelo que eu entendi, o ajuste fiscal é para poder solucionar um equívoco do que aconteceu. Talvez em função de problemas na fase de liquidação, empenho e pagamento lá em 1999. Então, de repente, colocar essa ressalva fazendo alusão a esses dois decretos para explicar a necessidade do ajuste contábil.

CONSELHEIRA CLÁUDIA FALABELLA: Na verdade, Patrícia, eu até já coloquei na prestação de contas. Então...

PRESIDENTE: Isso que eu ia...

CONSELHEIRA CLÁUDIA FALABELLA: Ela já foi esclarecida no documento.

PRESIDENTE: É justamente isso. Neste caso a gente faz o encaminhamento, a aprovação mediante exceções já realizadas e propostas. Acho que pode até colocar que já foram realizadas e propostas pela reunião conjunta das plenárias. Acho que já estaria satisfeito. Temos a inscrição Luanda também. Por gentileza, Conselheira.

CONSELHEIRA LUANDA: Bom dia, gente. Peço desculpas, mas a minha internet está muito instável hoje aqui. (áudio ruim) de acontecer. E aí eu perdi uma parte da citação da Cláudia (áudio ruim), então: aquela questão do (áudio ruim) de 1999 (áudio ruim) ser explicado hoje melhor para a gente, para a gente poder (áudio ruim). Como é que ficou?

CONSELHEIRA CLÁUDIA FALABELLA: O que acontece? Conforme eu tinha dito, mas eu confirmei as informações que eu falei. Esse procedimento, houve uma devolução do recurso por meio de um ofício enviado ao Banco do Brasil por um recurso da devolução à União. Aí quando vem as auditorias, que a Secretaria faz auditoria nas contas, identificou que existiam contas dentro do sistema sem lastro financeiro, porque o financeiro já tinha sido transferido. Então, nesse momento, é necessária uma suplementação para gente fazer os procedimentos para ajuste contábil, que são: empenho, liquidação e pagamento. Então, como eu disse isso não acrescenta nem suprime nada ao orçamento do FEAS. É utilizada uma suplementação orçamentária para fazer um ajuste contábil. Não existe transação financeira nesse momento aí. Aí eu dei uma

esclarecida lá na prestação de contas, coloquei no corpo, mas ainda assim, se precisar de mais esclarecimentos, a gente pode melhorar a informação. Eu até projetei ela aí, se quiser voltar para dar uma olhadinha, por isso que eu não nem (trecho incompreensível) ressalva, entendo que é alguma coisa que a gente não conseguiu apresentar. Mas a informação portada na prestação de contas justificando a informação que o conselho pediu. **PRESIDENTE:** Ok. O encaminhamento, então, acho que foi construído ali, a aprovação, considerando que as informações solicitadas na reunião conjunta das comissões, realizada em 25 de junho, já foram inseridas no documento. Essa então seria o encaminhamento, então agora parto para o regime de votação. Então, já vou fazendo a chamada nominal. **CONSELHEIRA PATRÍCIA:** Presidente, questão de ordem. Eu fiz uma proposta para encaminhamento de votação. **CONSELHEIRA GABRIELE:** Gente, não tem uma resolução também? Desculpem por falar fora da ordem, é que eu estou projetando e não consigo visualizar o chat, mas não tem uma resolução? **CONSOLAÇÃO:** Tem. **CONSELHEIRA PATRÍCIA:** Aí eu gostaria de solicitar que a minha proposta fosse colocada em votação também. **PRESIDENTE:** Sim. Deixa só eu resgatar aqui o chat, por gentileza, Secretária. Aqui eu não estou vendo direitinho os chats. “Minha proposta é colocar a ressalva na resolução”. Mas eu acho que a Cláudia até explicou agora, Conselheira Patrícia, que a aprovação com ressalvas é quando não há o atendimento das dúvidas surgidas. Então... **CONSELHEIRA PATRÍCIA:** Presidente, a minha proposta é que no primeiro artigo, e ele também no preâmbulo, coloque: “O Conselho Estadual aprova” e tal. E aí, no segundo artigo, coloca que essa aprovação foi com ressalvas, considerando a necessidade de ajuste contábil. É, é a questão que eu gostaria de colocar para votação, para eu votar mesmo, que tem um voto só. **PRESIDENTE:** Pois é. Eu não sei se... Acho que ontem a Conselheira Cláudia explicou até bem essa questão da resolução com ressalvas. É quando não há, pelo que eu entendi também, não sei se a Cláudia gostaria de complementar. **CONSELHEIRA CLÁUDIA FALABELLA:** É, eu não estou entendendo o motivo da ressalva sendo que a explicação está portada no documento de prestação de contas. Fazer uma ressalva porque teve que fazer um ajuste contábil em um orçamento onde nem tem transação financeira? Eu não sei se isso é... Eu não entendo isso como motivo de ressalva. Isso é necessidade operacional de ajuste contábil do SIAFI, uma questão operacional. Ele foi feito por ajude, e não existiu entrada e nem saída de recursos porque isso foi só para ajuste contábil, eu entendo que tem que ter ressalva. Ressalva porque teve que fazer um ajuste contábil? De Fonte 24, que a gente nem trabalha com Fonte 24? Foi um ajuste que fez em cima de uma auditoria que fez e verificou que tinham duas contas dentro do SIAFI sem lastro financeiro e teve que fazer um ajuste orçamentário em cima disso? Então eu não sei se isso é motivo de ressalva, entendeu? Porque é questão operacional e foi esclarecida na prestação de contas. Então é isso. (Trecho incompreensível). **CONSELHEIRO LUCAS:** Presidente? **PRESIDENTE:** Só um minutinho, Lucas. Eu tenho umas duas inscrições. Pode ser, Lucas? Eu sei que a gente está em regime, eu já estaria abrindo em regime de votação. A questão de ordem foi para a inclusão da questão da Conselheira Patrícia, de incluir a aprovação com ressalvas. E isso, na orientação da comissão ontem... Bom, a plenária é soberana. Mas assim, então eu vou retirar a formação ali do encaminhamento, então vamos nos ater à questão do encaminhamento, tá? Então só no texto do encaminhamento ali, que estava sendo colocado em votação. Onde fala “A aprovação da resolução...”. Deixa só voltar. “Aprovação.” Conselheiro Hugo, enquanto a Secretária Executiva está colocando a informação. **CONSELHEIRO ANTÔNIO HUGO:**

Cláudia, o que eu não entendi é o porquê da não colocação dessa ressalva que a Patrícia está solicitando, uma vez que... Eu entendi o que você fala, que fez esse ajuste contábil para poder se adequar à auditoria e essas coisas todas. Estou entendendo. Mas por que do não fazer, da não colocação dessa ressalva? É isso que eu gostaria que você me explicasse. A Sandra, eu também estou vendo que está inscrita e vai falar. De repente eu vou entender. Que até então eu concordo com o posicionamento da Patrícia, porque eu não vejo nada de mais de colocar, entendeu? Aí eu gostaria que vocês me explicassem isso aí. Só isso. **CONSELHEIRA CLÁUDIA FALABELLA:** Não, eu também, nem é a questão de colocar ressalva não. É supertranquilo com relação a isso. **PRESIDENTE:** Só um minutinho, Conselheira Cláudia. Só um minutinho. Que aí a gente vai fazer assim. **CONSELHEIRA CLÁUDIA FALABELLA:** Ah, tá, na ordem. Ok **PRESIDENTE:** A vice-Presidente Patrícia disse que em regime de votação não cabe novas discussões. É que eu acho que é uma questão até de esclarecimento para deixar a plenária bem satisfeita, por isso eu não abri. Nós estávamos discutindo a questão do encaminhamento. É para que os Conselheiros se sintam bem tranquilos e garantam a participação de todos e a tranquilidade na condução. Então eu coloco a Conselheira Sandra, Conselheiro Lucas, e aí concluí, então, com a Conselheira Cláudia. Conselheira Sandra? **CONSELHEIRA SANDRA:** Então, ontem, na discussão, eu acabei nem querendo interagir não, porque estava muito tranquila a matéria, sabe? O ajuste fiscal, o ajuste contábil é um instrumento da administração pública, e desde que tem o decreto de suplementação, isso aí é muito tranquilo. Eu estou entendendo, a partir do conhecimento que eu tenho, que é desnecessária essa questão da ressalva. Não tem necessidade, ela não cabe aqui. Para mim, a questão foi muito tranquila, e eu continuo acreditando nisso. Teve um decreto para o ajuste contábil, está muito tranquilo, está embasado na legislação, é um instrumento da administração pública. Então, eu volto a falar. Eu acho que às vezes a gente acaba... E assim, eu acho que temos que fazer essas explicações sim, porque tem Conselheiro que não lida diretamente com essa questão da administração pública. Mas aí a gente também tem que ter muito cuidado. Tem uma expressão que eu gosto muito: "Às vezes se atém à formiga, e deixa passar o elefante". Então a gente tem que tomar muito cuidado com algumas questões, tá? É isso. Muito obrigado. **PRESIDENTE:** Obrigado, Conselheira Sandra. Conselheiro Lucas, por gentileza. **CONSELHEIRO LUCAS:** Presidente, eu queria só trazer mesmo a questão de conceituação. Quando a gente faz uma análise de prestação de contas, a gente tem que ter por base que o órgão que é específico mesmo, tem essa característica dentro do nosso ordenamento jurídico brasileiro como um todo, quem tem essa competência primária mesmo é sempre o Tribunal de Contas. Então a gente tem que se espelhar nesses ritos que vem de lá. Então, quando a gente faz uma análise de uma prestação de contas, a ela cabem três tipos de coisas: ser aprovada, ser rejeitada, e ser aprovada com ressalva. Ser aprovada, é ser aprovada na sua íntegra. Ser rejeitada, é ser rejeitada na sua íntegra. Ser aprovada com ressalva significa que a aprovação ocorreu, mas ficou com a observação que evidencia a existência de alguma irregularidade. E pegando o gancho aí na fala que a Sandra trouxe, o ajuste contábil é um instrumento administrativo que pode ser utilizado, e que foi utilizado dentro dessa prestação de contas. Então é importante a gente ter em mente que a aprovação com ressalvas quer dizer que a aprovação ocorreu, mas ficou com uma observação que evidencia alguma irregularidade. Que não é o caso em tela que a gente está analisando. É essa a minha contribuição. **PRESIDENTE:** Ok, Conselheiro Lucas. Bem colocado. Até como ex-gestor, fazer uma

consideração só, tá? De fato. Retornando isso, de fato, quando é aprovação com ressalvas, é que existiu alguma irregularidade e que é passível de novas interpretações. Conselheira Cláudia, se quiseres fazer o seu esclarecimento. Se não, se já, se achas que já foi satisfeito, eu retorno, então, para aquela planilha, onde fala a aprovação, a própria resolução. **CONSOLAÇÃO:** Presidente, posso apresentar, então, já, a resolução? Porque aprova tudo de uma vez. **PRESIDENTE:** Pode sim. **CONSOLAÇÃO:** Vou ler. “Resolução 698, de 2020, aprova o relatório trimestral de atividades de execução orçamentária e financeira do Fundo Estadual de Assistência Social referente ao 4º trimestre de 2019. O Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, conferias pela Lei Estadual 12.262, de 23 de julho de 1996, pela Lei Orgânica de Assistência Social, LOAS, Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Nacional de 2012, NOB/SUAS/2012, considerando a deliberação da sua 253ª Plenária Ordinária ocorrida no dia 26 de junho de 2020. Resolve. Aprovar o relatório de atividade de execução orçamentária e financeira do Fundo Estadual de Assistência Social de Minas Gerais, FEAS-MG, referente ao 4º trimestre apresentado pela Subsecretária de Assistência Social da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, SUBA-SEDESE, conforme planilha em anexo. A resolução entra em vigor na data de sua publicação”. A planilha que a sempre coloca é a QDB, porque ele vem todas as informações consolidadas, então. Ok? QDB do 4º trimestre. **PRESIDENTE:** Ok. Então eu retorno à tela de votação. Então seria a aprovação da resolução, o encaminhamento, a aprovação da Resolução 696. Gabriele? Isso. A aprovação da resolução é 696, não é, Consolação? **CONSOLAÇÃO:** Isso. **PRESIDENTE:** Considerando as informações esclarecidas nas (trecho incompreensível). **CONSOLAÇÃO:** É 698. Desculpa. **PRESIDENTE:** 698. Então está. Então, se a Gabriele puder ampliar, até para poder facilitar que eu também consiga enxergar. Então, em regime de votação, agora. Como vota o primeiro representante da SEDESE, Jaime Starke? Pela aprovação. Como vota o segundo representante titular da SEDESE, Cristiano de Andrade? **CONSELHEIRO CRISTIANO:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Como vota a representação da Secretaria Estadual de Educação, Silvia Gracia? Silvia Sousa? Vou ir direto para os nomes finais, pode ser? Como vota a representação, Silvia Sousa? **CONSELHEIRA SILVIA:** Desculpa, eu cliquei... Estou aqui. Desculpa, eu cliquei errado e caí. Pela aprovação, tá? **PRESIDENTE:** Obrigado, Conselheira. Como vota a representação da SEPLAG, João Vitor Chaves? **CONSELHEIRO JOÃO VICTOR:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Como vota a representação do CEAS, Cláudia Hermínia Silva? Na sua ausência justificada, a Conselheira Vilma Costa. **CONSELHEIRA VILMA:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Como vota a representação da Secretaria de Fazenda, Geraldo Amarildo da Silva? **CONSELHEIRO GERALDO:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Como vota a representação da SEAPA, Cintia Gomes? **CONSELHEIRA CYNTHIA:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Como vota a representação do COGEMAS, Ana Amélia Medeiros? Na sua ausência, o Conselheiro Aloísio Júnior. **CONSELHEIRO ALOÍSIO:** Isso. Pela aprovação, Presidente. **PRESIDENTE:** Obrigado. Como vota a Conselheira Haiandra? A Haiandra acabou de justificar, que ela teve que sair em virtude do falecimento de uma pessoa ligada ao serviço de convivência. Então, a gente externa aqui, mesmo que prestando regime de votação, a gente externa sentimentos a todos os familiares e à colega Conselheira Haiandra. Então eu passarei para o representante do Conselho de Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte, Conselheiro Domingos Sávio. Conselheiro Domingos Sávio? Ele está presente? **CONSOLAÇÃO:** Parece que caiu. **PRESIDENTE:** Ele não está

presente? **CONSOLAÇÃO:** Não, não estou vendo o nome dele aqui. **CONSELHEIRA CLÁUDIA FALABELLA:** Ele estava até agora. **PRESIDENTE:** Ele estava até agora. Eu me lembro que estava até agora. **CONSOLAÇÃO:** Pode ter caído também. **PRESIDENTE:** Não está na sala. Deve ter caído. Se alguém fizer o contato. Como como vota o Conselho Municipal de Assistência Social de Montes Claros, Conselheira Sandra Azevedo? **CONSELHEIRA SANDRA:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Como vota o Fórum Municipal dos Usuários do SUAS de BH, Conselheira Anédia Farias? **CONSELHEIRA ANÉDIA:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Obrigado, Conselheira. Como vota a Associação Quilombola do Suassuí e Pitangueiras, ASQUIS, Conselheira Isaura dos Santos Lopes? **CONSELHEIRA ISAURA:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Como vota... Vou passar direto, que a Natália já justificou. A Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais Sudeste Brasileira, Conselheira Daiane Alves? **CONSOLAÇÃO:** Não está presente. **PRESIDENTE:** Não está presente. Como vota a Federação das Associações Sem Fins Econômicos de Minas Gerais, FASEMIG, Conselheira Ariadna de Almeida Silva? **CONSELHEIRA ARIADNA:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Como vota a União das Associações de Pirapora, UNAPIR, Conselheiro João Alves Crisóstomo? **CONSELHEIRO JOÃO CRISÓSTOMO:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Como vota o Conselho Central de Curvelo, Conselheiro Lucas Silva? **CONSELHEIRO LUCAS:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Como vota o Conselho Regional de Serviço Social, CRESS, Conselheira Patrícia? **CONSELHEIRA PATRÍCIA:** (Áudio ruim) **PRESIDENTE:** Como? **CONSELHEIRA PATRÍCIA:** Abstenção. **PRESIDENTE:** Ah, sim. É que ficou fechado o som. Como vota o Fórum Regional dos Trabalhadores do SUAS de Salinas, Conselheira Gabriela de Almeida Loiola? **CONSELHEIRA GABRIELA:** Eu vou me abster também. **PRESIDENTE:** Abstenção? Como vota a representação do Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Belo? O Hermellis justificou, e nós temos uma vacância? Como vota o Conselho Municipal da Assistência Social de Juiz de Fora, Conselheiro Antônio Hugo Bento? **CONSELHEIRO ANTÔNIO HUGO:** Abstenção. **PRESIDENTE:** Ok. Com 14 votos... É. 14 votos a favor e três abstenções. **CONSELHEIRO CRISTIANO:** Jaime, o Sávio voltou. **PRESIDENTE:** Pois é. O Conselheiro Sávio deve ter tido um problema com a própria internet. **CONSELHEIRO DOMINGOS SÁVIO:** É, mas eu já estou aqui, Presidente. **PRESIDENTE:** Oi? **CONSELHEIRO DOMINGOS SÁVIO:** Eu já estou por aqui. **PRESIDENTE:** Sim, sim. A gente tem que ter um entendimento de que a queda da internet pode acontecer com qualquer Conselheiro. Ainda gostaria de manifestar o seu voto? Porque a Conselheira Haiandra, que é a titular, teve que se retirar por causa de um falecimento de alguém, de uma pessoa próxima, e ela saiu agora há pouco. Então aí seria... **CONSELHEIRO DOMINGOS SÁVIO:** (Trecho incompreensível). **PRESIDENTE:** Isso. O Conselheiro pode se manifestar sobre o seu voto. **CONSELHEIRO DOMINGOS SÁVIO:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Pela aprovação. Então, concluindo a votação do segundo, ficamos com 15 votos a favor e 3 abstenções. Então, fica aprovada a Resolução 690? 690 e... Gente, eu vou ter que ter uns óculos maiores, porque eu não estou quase enxergando. 698, está bem. Gente, eu vou fazer um intervalo de 15 minutinhos, pode ser? Para que a gente possa ir para o banheiro, possa tomar um cafezinho, para a gente retornar. São 10h21. Retornaremos às 10h35. Pode ser? Então a gente aguarda vocês todos para a retomada da continuidade da plenária. Até mais. Olá. Retornando, então. 10h35. Podemos dar sequência a nossa plenária? Por gentileza, a Secretária-executiva pode apresentar a pauta e o qual seria o próximo ponto? Secretária? Oi, Secretária? **CONSELHEIRA**

SANDRA: Eu acho que a Consolação ainda não voltou. **CONSOLAÇÃO:** Desculpa, caiu. É que eu estou... Ficou da projeção. **PRESIDENTE:** Isso. Podemos, então, voltar para a pauta, por gentileza?

CONSOLAÇÃO: A pauta da comissão conjunta, não é? Aí tem dois pontos dela, da reunião de ontem.

PRESIDENTE: Isso. Eu li ali, pela pauta da nossa plenária que tu passasses agora há pouco. Ali fala do Relatório de Monitoramento e Metas do Pacto de Aprimoramento da Gestão Estadual. Eu acho que essa é uma manifestação breve que nós fizemos no final do dia de ontem ainda. Então, só para poder já vencer esse ponto, eu gostaria, então, se a gente poderia fazer assim, já expressar o que foi decidido na reunião de ontem, no encerramento. Por gentileza, coordenadora da comissão?

CONSELHEIRO CRISTIANO: Olá. Sou eu, Jaime? **CONSOLAÇÃO:** Isso. **CONSELHEIRO CRISTIANO:** Você está projetado aí, Consolação? Acho que é mais o informe, a gente dá os encaminhamentos, porque conforme a gente tinha... Na verdade, a gente previu a discussão do relatório do pacto ontem também na reunião conjunta que a gente fez das comissões, mas como houve a inserção de um tema importante durante a reunião, e ainda havia a discussão da prestação de contas que tomou a tarde toda, a gente não conseguiu fazer a discussão. Mas eu queria só registrar aqui que a Comissão de Política, na última realizada, que foi no dia 5 de junho, a pauta do pacto de aprimoramento estava na discussão, e aí como a gente tinha vários outros pontos também para serem discutidos, os Conselheiros participantes da comissão, a gente decidiu, conjuntamente, pela realização de uma reunião, uma nova reunião da Comissão de Política só para tratar do pacto. E aí a gente, eu não me lembro o dia que foi, mas foi em uma quinta-feira, se não me engano no dia 12... Não, em uma sexta-feira, se não me engano no dia 12 de junho, a gente fez uma reunião da Comissão de Política que durou toda a manhã desse dia. A gente começou às 9 e fomos até quase uma hora da tarde. Participaram o Hugo Bento, a Gabriela, a Anédia participou também, já no finalzinho, e a gente teve a justificativa de faltas da Ariadna e do Elerson, que não puderam participar. Mas eu queria deixar registrado aqui porque, esse dia, o Hugo pode completar isso também, e a Gabriela, que está aqui, que estão aqui presentes, mas foi um dia de uma discussão muito rica, a gente ficou só com o pacto, a gente foi passando meta por meta do pacto. Eu tentei ir tirando todas as dúvidas dos Conselheiros sobre as metas do pacto e os resultados que foram indicados lá, de cumprimento ou não cumprimento, ou cumprimento parcial das metas, e foi uma discussão muito rica e necessária. Porque a gente tinha identificado, realmente, a importância de a gente fazer essa discussão na comissão para que os Conselheiros estivessem bem tranquilos e com as dúvidas sanadas para poder fazer a discussão do pacto já na plenária e poder votar com tranquilidade na plenária. Então, como eu falei no início, estava prevista essa discussão nas comissões, na reunião conjunta de ontem, só que não foi possível fazer essa discussão conjunta das comissões. Mas lembrando que antes mesmo dessa reunião da Comissão de Política que tratou somente do pacto, a gente já havia feito a discussão, o início da discussão do pacto na última plenária do CEAS, mas foi de comum acordo de todos, ainda mais como indicativo de que haveria a prorrogação do prazo que o estado tem para enviar a resolução do CEAS que trata do pacto, foi consenso, então, que a gente faria essa discussão nas comissões para que os Conselheiros ficassem mais à vontade. A gente conseguiu fazer essa discussão na Comissão de Política, mas estava aguardando também a reunião conjunta com as demais comissões para que a gente pudesse tratar também com as outras comissões do relatório do pacto. E aí, como foi dito no início, não foi possível fazer isso ontem, na discussão, e aí

ficou com essa pendência de a gente dar os encaminhamentos necessários em relação a essa discussão do pacto nas comissões e na própria plenária. Então eu tentei resumir aqui um pouco, e principalmente reforçar, assim, esse esforço que foi feito na Comissão de Política, de tratar do pacto, e foi uma discussão muito rica que a gente fez nesse dia que a gente discutiu o pacto. Então, resumindo, é isso. **CONSOLAÇÃO:** O encaminhamento para a plenária? **PRESIDENTE:** Só um minutinho. Eu tenho uma inscrição da Gabriele? Por gentileza. **CONSELHEIRA GABRIELE:** Aí, só reforçando isso. Ontem já era bem tarde, assim, todos os Conselheiros ainda estavam na sala, mas daí a Consolação mostrou para a gente no Regimento, que é um ponto comum a todas as comissões, e aí o encaminhamento foi esse, as comissões não trataram devido ao tempo e esse ponto retornará para discussão em reunião conjunta de todas as comissões. E aí só uma sugestão, que é isso, baseado nisso que o Cristiano está falando, que ontem a gente levou mais de cinco horas da reunião para tratar da prestação de contas, que já vinha sendo discutido nas capacitações e teve um tratamento pela Comissão de Orçamento, e ainda assim levou bastante tempo da reunião conjunta. Então, uma sugestão é que, assim como a Comissão de Políticas fez, se as outras Comissões Normas, Apoio, e a Comissão de Financiamento conseguirem discutir esse ponto em suas reuniões semanais, previamente, para poder aprofundar, e a reunião conjunta conseguir ser mais objetiva mesmo, direto nas trocas entre as comissões, eu acho que pode ser uma boa sugestão dessa discussão ser mais eficiente. **PRESIDENTE:** Secretária Executiva? **CONSOLAÇÃO:** Não, foi só para falar que ele só leu o encaminhamento, porque o encaminhamento foi que retornaria em uma reunião conjunta já no próximo mês. Então se é isso mesmo, entendeu? Era só esse encaminhamento. Completando. **CONSELHEIRO CRISTIANO:** Consolação, você me desculpa. Até coloquei no chat. Na hora de ler o encaminhamento, o computador reiniciou aqui do nada e eu não consegui continuar lendo a projeção. **PRESIDENTE:** O que me pareceu é que o Cristiano quis dizer que essa matéria já foi discutida na Comissão de Políticas. E que necessitaria ser discutida ainda na Comissão de Normas, Apoio e Orçamento. E aí a Gabriele trouxe essa informação. Gabriele, não sei se queres contribuir? Que essa matéria já poderia ser encaminhada previamente. **CONSELHEIRA GABRIELE:** É uma sugestão. Como todas as comissões têm que avaliar a matéria, se todas as condições fizerem essa análise prévias, eu acho que a gente chega em uma reunião conjunta no próximo mês mais... **PRESIDENTE:** Eu acho que seria bom, não é? Eu acho que as matérias serem encaminhadas para as comissões, e aí no dia da reunião em conjunto, nós teríamos já os encaminhamentos de cada comissão. Eu acho que é uma matéria grande, a gente sabe, são 24 pontos. Então eu acho que seria até bem interessante. Como seria, então, o encaminhamento, coordenador? **CONSELHEIRO CRISTIANO:** Então a proposta de encaminhamento, esse ponto da discussão do pacto retorne para as Comissões de Normas, Apoio e Orçamento, mas com a sugestão da Gabriele de que as comissões, os Conselheiros, façam a análise anterior para que se chegue já nas comissões com as dúvidas e que possa ser feito o esclarecimento das dúvidas na reunião das comissões, para que a gente chegue na plenária já com essas dúvidas sanadas nas reuniões das comissões, que vão tratar anteriormente desse tema. Para ser levado para a próxima plenária do CEAS. **CONSELHEIRO LUCAS:** Cristiano, uma pergunta. Então seria o encaminhamento para cada comissão em específico, e depois uma reunião com todas as comissões e depois plenária? Só para eu compreender o trâmite. **CONSELHEIRO CRISTIANO:** É, pela proposta que está sendo feita aqui, é que as comissões

analisem, cada comissão faça a análise do pacto, assim como foi feita pela Comissão de Política em separado. Mas está aberto. Eu não sei, assim. Porque a gente teve essa experiência da reunião conjunta ontem, e eu não sei se haveria agenda para uma próxima reunião conjunta. Mas, de qualquer maneira, a discussão interna com cada comissão também é bastante rica. A exemplo do que foi feita na Comissão de Política, assim. É uma reunião menor e que a gente tem a condição ali de sempre convidar alguém da SUBAS para poder participar, para poder esclarecer as dúvidas no momento em que está sendo feita a discussão, o que eu acredito que dessa forma a gente consiga levar para a plenária que as comissões já façam essa análise e já emitam algum parecer. A Comissão de Política fez a análise, mas talvez a tenha que fazer uma conversa para definir um parecer também. Eu acho que seria mais indicado, pegando esse trabalho que as próprias comissões fazem, essa responsabilidade de subsidiar os Conselheiros das plenárias, assim como foi feito com a prestação de contas, que após as discussões, se há um consenso, e as dúvidas foram sanadas, que a própria comissão indique um parecer que vá para a plenária, entendeu? Não sei se ficou claro. **PRESIDENTE:** Obrigado, coordenador Cristiano. A Consolação teve uma inscrição. Por gentileza, Consolação. **CONSOLAÇÃO:** Eu fiquei em dúvida em relação ao encaminhamento, porque geralmente quando a gente fala que a competência da discussão das comissões, a gente faz uma reunião conjunta. Mesmo porque, em separado, pode ser que tenham determinadas questões que a gente não consiga consolidar no final, ou que cada observação pode sair de uma comissão, observação de determinado aspecto, e que em outro, não. E que isso, depois, trazido em plenária, eu acho que poderia ser um pouco confuso. Se a gente saísse com um parecer único. E para isso eu achei interessante, que utilizaríamos um tempo menor. Pelo menos foi o que eu entendi a princípio da proposta da Gabriele, as comissões conversem, como a política fez, antes, e depois faz a reunião conjunta, porque aí fecha nesse parecer conjunto. Antes da plenária. **PRESIDENTE:** Ok, Conselheira. Conselheiro Lucas? **CONSELHEIRO LUCAS:** Não, eu já fui até contemplado na fala da Consolação, nessa sugestão de a gente fazer uma análise na comissão e depois nas comissões em conjunto. Pelo seguinte: a minha preocupação era no seguinte sentido. De cada comissão fazer um parecer. Como que a gente ia chegar em um caminho dentro da plenária, qual o parecer, qual o encaminhamento que a gente daria. Um encaminhamento único, sabe? Então se cada uma nadasse para um lado, a gente não ia chegar a lugar nenhum. Então, a minha preocupação seria nesse sentido. **PRESIDENTE:** Ok, Conselheiro. Obrigado pela fala. A Conselheira Sandra pediu a inscrição. Por gentileza? **CONSELHEIRA SANDRA:** Então, me preocupa se a gente não está multiplicando reuniões novamente, sabe? Porque uma grande questão que foi colocada é de a gente voltar à rotina de reuniões do CEAS, virtuais, mas voltar às rotinas das reuniões do CEAS. Principalmente a questão do tempo, que os Conselheiros estavam colocando, que estavam tendo muitas atividades lá no espaço deles e que o CEAS estava multiplicando reuniões. Então é nesse sentido. É só para tentar contribuir. Talvez seria interessante voltar ao formato da reunião conjunta das comissões para discutir o tema e depois a plenária. Eu sou mais simpática a essa proposta. Obrigada. **PRESIDENTE:** Obrigado, Conselheira. Obrigado pela contribuição. Coordenador Cristiano? Quer fazer um encaminhamento? **CONSELHEIRO CRISTIANO:** Então, pelas falas, o encaminhamento pode ser que as Comissões de Normas, Apoio e Orçamento tratem da matéria, analisem o pacto. Para daí a gente realizar uma reunião conjunta das comissões antes da plenária, porque aí na reunião conjunta das comissões, após, mas é importante que cada um

chegue já com esse estudo feito também para que na reunião conjunta possa ser mais rica a discussão. E aí, depois, levar para a planária. Então, repetindo, que o Daniel está perguntando aqui. Qual é o encaminhamento? Que as Comissões de Normas, Apoio e Orçamento tratem da matéria antes da reunião conjunta das comissões. Então, cada comissão faz a análise, a gente marca uma reunião conjunta das comissões para fazer a análise conjunta do tema. E aí, na sequência, leva o assunto para a plenária. Ficou claro, pessoal? **CONSELHEIRA GABRIELE:** Cristiano, eu acho que não é um ponto que a gente precise votar duas propostas, eu acho que existe um consenso, assim. A reunião conjunta das comissões vai acontecer. Eu acho que é só, então, colocar uma observação para ter uma análise prévia de todos os Conselheiros ao documento, para que a gente não passe, novamente, um dia inteiro de reunião. Foi o que a Sandra falou hoje, a gente não olhar para a formiga e esquecer do elefante. Então se todo mundo fizer uma análise prévia do documento, a gente consegue fazer uma reunião conjunta das comissões mais efetiva. Então não precisa votar duas propostas, eu acho. A sugestão é de uma análise prévia por todos os Conselheiros, assim, como a Comissão de Política já iniciou essa análise prévia. Só isso. **CONSELHEIRO CRISTIANO:** Eu proponho então, Consolação, no ponto 1 ali, é: proposta de análise prévia das Comissões de Normas, Apoio e Orçamento; reunião conjunta das comissões; discussão na plenária. Não sei se contempla. Que aí seriam esses três procedimentos: análise prévia das Comissões de Normas, Apoio e Orçamento; discussão conjunta nas comissões; discussão na plenária. Com os pareceres ou parecer da comissão conjunta. **PRESIDENTE:** OK. Podemos? **CONSELHEIRO CRISTIANO:** Discussão na plenária do parecer da reunião conjunta. Beleza. **PRESIDENTE:** Podemos fazer esse encaminhamento? **CONSELHEIRO DANIEL:** Tem mais duas inscrições, Presidente. **PRESIDENTE:** Deixa-me ver aqui. É Gabriele. **CONSELHEIRA GABRIELA:** Sou eu? **PRESIDENTE:** É que a Gabriele fez a inscrição... **CONSELHEIRA GABRIELA:** É que o meu nome está escrito Gaby, não é? **PRESIDENTE:** Isso, isso. Desculpa. É isso mesmo. **CONSELHEIRA GABRIELE SILVA:** O Cristiano colocou que nós tivemos um dia inteiro fazendo a análise desse documento, mas ainda assim eu concordo com a Sandra. Eu penso que talvez valeria a pena a gente fazer uma discussão mais ampliada com todos, porque, igual, por exemplo, eu mesma tenho muitas fragilidades. Teve momentos em que eu nem sabia o que perguntar, de tanta informação. Então assim, embora tenha sido um momento importante, a gente se apropriou do documento e tudo o mais, mas eu acho que os demais conselheiros têm muito o que acrescentar e eu penso que seria bacana uma discussão mais ampla com todas as comissões. Eu concordo com a Sandra. **PRESIDENTE:** Certo. Obrigado, Conselheira. **CONSELHEIRO CRISTIANO:** Jaime? **PRESIDENTE:** Cristiano, coordenador. Pode falar. **CONSELHEIRO CRISTIANO:** Posso só fazer um comentário em cima do que a Gabi falou? Só para reforçar. Só para a gente... **CONSELHEIRO DANIEL:** Cristiano, só por uma questão de ordem. A Gabriele estava inscrita, e aí o Jaime já passou para a Gabi. Só para não perder. **PRESIDENTE:** É que eu acho que a Gabriele já falou, não é Gabriele? Não sei se... Acho que ela já tinha falado. **CONSELHEIRA GABRIELE:** Eu falei antes da Gabi. É só isso, assim, eu acho que a gente está consensuando de falar as mesmas coisas, a gente só não está sabendo traduzir em um documento. A discussão ampliada na comissão conjunta é um consenso de todos. Eu só pediria, sugeriria, uma análise prévia a todos os Conselheiros desse documento. Que como a Gabriela falou, mesmo a Comissão de Política tendo discutido uma manhã inteira, ainda assim restam dúvidas, então é um

documento extremamente extenso. Se todos os Conselheiros já chegaram com uma leitura, uma análise prévia, a gente vai conseguir esclarecer. Aí todos os Conselheiros vão estar esclarecidos para votar na plenária, mas assim, mediante essa reunião conjunta. **PRESIDENTE:** Ok. Coordenador, seria esse o encaminhamento, coordenador? **CONSELHEIRO CRISTIANO:** Ficou claro, pessoal? Então a análise prévia das Comissões de Normas, Apoio e Orçamento, porque que a Comissão de Política já fez essa análise prévia, inclusive, se reuniu para discutir. Mas as Comissões de Normas, Apoio e Orçamento fariam uma análise prévia. E aí, após isso, reunião conjunta das comissões. Na reunião conjunta, todas as comissões. Após a reunião conjunta das comissões, apresentação na plenária do parecer conjunto. Seria isso. **PRESIDENTE:** Então, pode ser feito esse encaminhamento, então? Se há alguém que se manifeste. Quem estiver de acordo, vou seguir o formato sugerido ontem, não é Conselheiro Lucas? Quem estiver de acordo, permaneça como está. Os contrários. **CONSELHEIRO CRISTIANO:** Presidente. É o Daniel, ele já se inscreveu. **CONSELHEIRO DANIEL:** Eu tive que me inscrever. Você está falando demais, Cristiano. Deixa eu falar. Eu vou te ser bem sincero. A respeito do pacto... Vocês estão me ouvindo? A respeito do pacto, eu vou ser muito sincero. É um defeito meu. Eu não entendi nada dele. Eu não entendi nada. Eu sou muito cético quanto a essa questão, que é um documento muito sério, e vai precisar de muito tempo para conseguir entrar na minha cabeça, porque tem coisas que eu pego com facilidade. Mas aí eu cheguei a ler e reler, e não entendi patavina nenhuma. Mas eu vou me esforçar, só que vai ser difícil. Já deixo claro para a conscientização de todos. **PRESIDENTE:** Ok. Conselheiro Daniel, acredito que sim. Vamos todos fazer esse esforço coletivo para transformar essas tantas ferramentas que, às vezes, são bem complexas mesmo, não são nada nada de muito fácil entendimento, mas eu tenho certeza que as comissões vão conseguir auxiliar para poder entender ou minimizar as dúvidas. Conselheiro Sávio pediu a inscrição. Por gentileza? **CONSELHEIRO DOMINGOS SÁVIO:** Eu acho que essa possibilidade de a comissão tratar do documento é importante, viu, Daniel? E é justamente para isso mesmo, para buscar o entendimento do que vinha a ser esse documento, de prestação de contas, do Pacto de Aprimoramento de Gestão, que venceu. Aliás, esse documento é muito interessante. Ele não existe mais, nem para o Estado, nem para o município, eu acho, inclusive, que foi uma perda. O documento é muito interessante e eu tenho certeza que uma explicação você vai achar também. Eu estou muito preocupado. Só queria fazer um parêntese. Esse ano a gente tem até muito tempo, porque eu acho que as eleições municipais vão ser mais para o final, e a gente não tem conferência, não tem eleição de Conselheiro também. Isso tudo já foi feito ano passado, então eu acho que a gente vai ter muito tempo para discutir. Eu estava querendo ver com vocês a questão da previsão orçamentária, se já tem um documento próximo a ser discutido. Talvez seja um dos documentos mais importantes a serem discutidos aí, porque, nessa perspectiva, você tem que contemplar a deliberação de conferência, tem que estar de acordo com o plano. Então aí sim a gente vai ter bastante trabalho. Então alguém me dê um indicativo de quando a gente vai fazer isso? Porque os municípios já começaram. Já vai ter discussão em julho a respeito de previsão orçamentária. Eu queria saber como é que rola isso no âmbito do Estado. E só. **PRESIDENTE:** Ok, Conselheiro Sávio. Quem fez a inscrição foi a Conselheira Sandra. Por gentileza, Conselheira? **CONSELHEIRA SANDRA:** Então tá. Olha, deixa eu entender aqui. Nós estamos reproduzindo uma (trecho incompreensível) [03:01:25] então, não é? Cada comissão reúne, depois tem reunião das comissões, reunião conjunta das comissões, para depois a

plenária. E eu coloquei, em um primeiro momento, que é essa questão que a gente já tinha falado da reprodução de reuniões. Eu particularmente não teria dificuldade de participar não. Eu, inclusive, nunca nem questioneei a quantidade de reunião. Mas vários colegas, Conselheiros, pontuaram isso daí. E eu quero pegar um exemplo dessa questão agora da prestação de contas do 4º trimestre. Nós tivemos capacitação, depois nós tivemos uma *live* para tirar dúvidas, fizemos a reunião conjunta, e na reunião conjunta nós nos deparamos com um monte de situações. Então, eu ainda continuo insistindo: a reunião tem que ser conjunta, que tiramos as dúvidas juntos, e depois vai para plenária. Obrigada.

PRESIDENTE: Ok. Conselheira Sandra, obrigado pela colaboração. De fato, o conselho proporcionou todos esses momentos de discussão. Isso é muito importante. (Áudio ruim) o Conselheiro Sávio, que pediu uma informação, e a Conselheira Gabriele, então já vai responder. **CONSELHEIRO DANIEL:** Só uma questão de ordem. A Rosalice tinha se inscrito antes da Gabriela, Presidente. **CONSOLAÇÃO:** A

Rosalice é da Secretaria Executiva, Daniel. Ela só está ajudando a contabilizar as inscrições. **PRESIDENTE:** Isso. É ela quem indica quem está inscrito. A Rosalice faz parte da Secretaria Executiva. Encerrando, então, eu acho que (Áudio ruim) e se tiver um encaminhamento (Áudio ruim), e

que está se encaminhando, a gente pode passar para o próximo ponto. Mas, respondendo, então. Gabriele. **CONSELHEIRA GABRIELE:** Eu vou mandar para vocês aí o link. No caso, os prazos do ciclo orçamentário são diferentes mesmo para estado e município. O executivo, no caso da proposta da LOA, Sávio, que é o que você está falando, da LOA do ano que vem, é até 30/09 que o executivo tem para encaminhar ao legislativo. Então, normalmente, essas discussões são feitas em agosto, no conselho. Se eu não me engano. Julho ou agosto, que chega para gente da SEPLAG, a gente leva para o conselho antes de mandar. Aí é mais ou menos isso, agosto. Sobre o encaminhamento, acho

que a gente está perdendo tempo demais com ele, porque foi uma sugestão de análise prévia, que seja pelas comissões ou que seja pelos Conselheiros. Talvez se só mudar o texto do encaminhamento, número um, já contempla todo mundo, e aí a gente fecha esse ponto. **CONSOLAÇÃO:** Posso, Presidente? **PRESIDENTE:** Pode, Consolação. **CONSOLAÇÃO:** É porque eu estou confusa. Eu até coloquei aqui que em um primeiro momento você estava encaminhando para votação. Até falou assim: "Quem permanecer...". Mas nessa hora o Cristiano falou da inscrição do Daniel. Eu não sei se a gente concluiu essa votação, porque senão eu estou entendendo que a Sandra voltou com outro ponto, então seriam duas propostas. Eu preciso de esclarecimento, até para registro. Obrigada, Presidente. **PRESIDENTE:** Cristiano? **CONSELHEIRO CRISTIANO:** Eu estou entendendo que a gente está falando basicamente das mesmas coisas. O ponto 1 que está aí da proposta de análise prévia das Comissões de Normas, Apoio e Orçamento, eu acho que as comissões definem como elas vão fazer isso, eu acho. Porque é preciso ter análise prévia dos Conselheiros e das comissões. O que está certo de reunião que a gente colocou no encaminhamento é a reunião conjunta das comissões. Então assim, se os Conselheiros se sentirem à vontade para fazer a análise prévia e ir tirando as dúvidas dentro das comissões, é importante que eles já cheguem para a reunião conjunta com essa análise prévia realizada. A forma como eles vão fazer, aí sim, eu não sei se a gente define aqui, acha que fica a critério das comissões. Mas é importante destacar que tem que ser feita uma análise prévia, que foi o que a Gabriele falou. Eu estou entendendo assim. **CONSOLAÇÃO:** A Sandra retirou a proposta. **PRESIDENTE:** Isso. Nós temos a inscrição do Daniel, e a gente encaminha, então, esse texto já como consenso. Conselheiro Daniel? **CONSELHEIRO DANIEL:** Obrigada Presidente. Eu

estou aqui pensando o seguinte. Como é um assunto que é muito sério, e as comissões são poucas pessoas, acredito que dá para se fazer essa reunião presencial, que até mesmo vai melhorar e muito o entendimento, do que fazê-la virtual. Então eu deixo aqui uma proposta, essa proposta, que querem vai sair que fazê-la por videochamada, que a gente faça as reuniões das comissões presenciais, mantendo a segurança. E aí, eu acredito que assim vai possibilitar que a gente possa atuar melhor nas comissões, entendeu, e também fazer um entendimento melhor do material. **PRESIDENTE:** Obrigado, Conselheiro Daniel. O Conselheiro Sávio, por gentileza. **CONSELHEIRO DOMINGOS SÁVIO:** Daniel, sinceramente, não vai rolar. Presencial, hoje em dia, eu acho que não convém. Por diversos motivos, e eu acho que nem precisar entrar na pauta isso, por enquanto. A propagação do vírus está cada vez maior, principalmente no estado de Minas Gerais, vocês têm acompanhado as notícias aí. Então eu acho que não é, em absoluto, hora de fazer reunião dessa forma. Eu acho que o que a gente tem de fazer, Daniel, é um esforço maior para que a reunião remota se aproxime de uma presencial. Esse esforço a gente tem que fazer. Tem que reunir todos os dispositivos para que fique semelhante. Igual, realmente você tem razão, nunca vai ser. Mas dá para aproximar e dá para fazer uma boa reunião e dá para fazer um bom entendimento das questões, ok? Só. **PRESIDENTE:** Ok, Conselheiro. Obrigado pela fala. A Conselheira Sandra se inscreveu, encerrando, então. Eu acho que já teve um consenso na questão do encaminhamento. Por gentileza, Conselheira Sandra? **CONSELHEIRA SANDRA:** Gente, me desculpa ter me inscrito novamente, tá? Não é dentro da questão da proposta do relatório de monitoramento do pacto de aprimoramento não. Foi diante da fala do Daniel. Sabe, eu não consigo ver uma pessoa chamando para uma reunião e eu ficar quieta sem poder falar. Isso me angustia muito, sabe? Por quê? Nós estamos vivenciando, talvez eu seja até redundante, porque o Sávio já pontuou. Mas estamos vivendo um momento extremamente sério. Pessoas estão morrendo. Acho que nós temos que ser sensíveis, pelo menos com as famílias dessas pessoas. Propor uma reunião hoje, presencial, em um espaço que a gente não tem como manter distanciamento, ou até mesmo fazer com que as pessoas viagem, peguem ônibus, se desloquem dentro de uma rodoviária, dentro de ônibus. Então assim, eu acho que a gente está esquecendo de toda essa situação que nós estamos passando. Reunião presencial agora, enquanto não passarmos por essa pandemia, termos uma vacina para imunizar a humanidade toda, nós não podemos ser irresponsáveis em pensar em uma questão dessa, sabe? Então assim, hoje, presencial, é a nossa família, a família que nós convivemos com ela. É isso, tá? Desculpa eu ter falado dessa forma, mas é porque eu não consigo, assim. Essas coisas mexem muito com a gente. Muito obrigada. **PRESIDENTE:** Ok, Conselheira. Obrigado pelas colaborações e pelas contribuições. O Conselheiro Daniel pediu inscrição. E aí a gente encerra, tá? Podemos seguir. Eu acho que a gente avançou em alguns pontos, e agora só para nós podermos ter pautas importantes. Todas são importantes, claro, a gente tem que entender que todas são importantes. Pode ser? Conselheiro Daniel. **CONSELHEIRO DANIEL:** Pode falar? Ok. Gente, então. Eu tenho a minha opinião, particular, entendeu? Porque se eu for parar de viver por causa de uma pandemia, acredito que ninguém para. Mas se eu soubesse que eu ia ser tão linchado com palavras ásperas aqui nessa plenária, eu teria ficado calado. Então eu retiro o que eu disse. Só peço um pouquinho mais de leveza nas palavras, porque palavras também magoam. E eu peço decoro. **CONSELHEIRA ANÉDIA:** Eu posso falar? Posso? Anédia. Anédia, é. Pode? **PRESIDENTE:** Pode, pode. **CONSELHEIRA ANÉDIA:** Eu só quero falar para o Daniel que ele

não se sintam, assim, coisa não, que nós estamos em uma democracia. A opinião dele é essa. Eu tenho para dizer o seguinte: essas conferências, para mim, eu estou conseguindo fazer, como o Sávio falou, que dá certo. Dá certo sim. Só que eu estou com muita dificuldade, porque eu estou com um bisneto de quatro anos e eu tenho que ficar dentro de casa atendendo e tudo. Então esse não presencial, quando eu vou para a reunião presencial, eu vou para a reunião e desligo do meu dia a dia, entende? E penso assim, se não é muita gente, não precisar ir tanta gente, a gente já sabe toda a proteção que tem que ter e o distanciamento. Então eu não sei. Eu não descarto o que o Daniel falou, mas também não posso ir contra a medicina, contra todo mundo. Sei que para mim está difícil participar dessas reuniões com tranquilidade. Eu hoje estou com muita, mas muita dor de cabeça, e sozinha com esse bisneto. É atende aqui, faz uma mamadeira ali, aqui, é lá, olha se está caindo, olha se está coisa. Eu estou em um estado de nervo danado. Mas, é isso o que eu tinha para dizer para vocês. Estou acompanhando. Às vezes eu estou com o telefone andando para lá e para cá. Estou tentando sobreviver a essa epidemia no isolamento e, ao mesmo tempo, no sufoco, não é? Tá? Essa é a minha opinião. Daniel, não pensa assim. Não tem o que retirar o que falou. Falou, está falando. Nós somos adultos e temos que compreender uns aos outros. Isso não pode acontecer com a gente. Se um fala, se ofender. Não, gente. É opinião. A minha, a do outro. Não tem que estar se desculpendo tanto assim não. Tá? Concordo com o que todo mundo que falou, eu acho que está todo mundo certo. Tá? Obrigada, gente. **PRESIDENTE:** Ok, Conselheira. Obrigado, Conselheira, pela fala. Vamos, então. O Conselheiro João Crisóstomo pediu a inscrição. **CONSELHEIRO JOÃO CRISÓSTOMO:** Ainda pode falar, não é? Na realidade, eu concordo em partes com o que a Sandra fala, porque tem uma questão de responsabilidade. A gente não é louco também de sair por aí fazendo reunião a todo o custo, mas eu comungo demais com o Daniel. Inclusive ontem, na nossa reunião de sociedade civil, com um ponto muito debatido, pode ter alguns que concordam e outros que discordam do presencial, mas eu coloquei com muita clareza: não me sinto confortável de discutir matéria de prestação de contas, de relatório financeiro do estado em uma reunião via chat, onde a gente vai ficar discutindo. Não dá para ser assim. Penso então que quando a gente tiver uma reunião dessa natureza, que a gente empurre ela lá para frente, nem que a gente fique com uma pendência na prestação de contas do trimestre, mas que tanto a comissão, quanto o plenário, possa reunir presencialmente. Discordo, porque a gente não consegue ter um conhecimento dos números. De repente tem alguns companheiros nossos que tem formação para isso, eles se sentem confortáveis para dar o parecer deles. Agora eu, particularmente, participo da Comissão de Orçamento e Finanças e, às vezes, eu me sinto enrolado porque eu não consigo acompanhar o raciocínio dos demais. Então assim, não é nenhum demérito a gente falar que não conhece e não sabe. O que eu acho é que tem que respeitar o companheiro. Eu sou da mesma tese, comungo com ele. Ainda que o meu voto seja vencido e ainda que alguém vai me chamar de irresponsável. Mas lamentavelmente esse é o meu ponto de vista. Eu defendo que quando for para discutir matéria financeira, aprovação de prestação de contas, e que a gente empurre, então, isso para a hora que a pandemia acabar, e aí a gente discute tudo. Porque o nosso mandato só termina 2021, em novembro. Era só o que eu tinha para falar. **PRESIDENTE:** Ok, Conselheiro João. Obrigado pelas considerações. Inscrito tem o Cristiano. **CONSELHEIRO CRISTIANO:** É, na verdade, é só... Já foi falado muito a respeito dessa discussão, a gente já ia para o encaminhamento. Mas só reforçar que é assim. Todas as falas são muito bem-vindas, ninguém precisa pedir desculpa, mas por

outro lado também a gente tem uma questão que é séria, que é essa que a Sandra e o Sávio aponta, e outros estão apontando aí, que é assim: agora a recomendação é que não seja feito nenhum tipo de reunião presencial. Porque a gente tem Conselheiros no interior, então a gente precisa, nesse momento, ainda mais nesse momento, que a gente está em um momento crucial, de redobrar a nossa atenção. Então assim, a gente tem uma dificuldade, a dona Anédia fala muito bem de quando ela traz essa dificuldade dela, outros Conselheiros já trouxeram a dificuldade de reunião virtual. Mas é o que a gente tem nesse momento. Então assim, a gente entende, sabe da importância das reuniões, que as reuniões presenciais a gente faz de outra forma, consegue ter as reuniões presenciais, fazer de outra forma e consegue ter uma riqueza de discussão maior. Mas a gente precisa ser objetivo também. A gente tem uma realidade, essa é a realidade que está posta. A gente é sensível, todos nós estamos sensíveis a todas as dificuldades que estão acontecendo. Estão acontecendo com todos, de maneira diferente, mas com todos. Eu também tenho as dificuldades, os outros Conselheiros, cada um, na sua vida pessoal, também está enfrentando muitas dificuldades, e a gente está aqui sensível a isso também e colocando essas questões todas. Isso é muito importante. Mas a gente precisa ser objetivo. A gente está conseguindo garantir, com todas as dificuldades e com todos os desafios, a participação com limites que existem, dificuldades que existem, mas a gente está conseguindo fazer isso. É um ponto positivo, eu acho, que a gente não pode perder também. O conselho não está parado. Com toda a dificuldade, com todos os limites, com todos os desafios. Não tem como ser 100% em uma situação como essa, mas a gente está conseguindo, de alguma forma, fazer. Mas entendo e sei dessa dificuldade que todos estão participando. Então era mais trazer essa questão mesmo. É um momento difícil que a gente está passando, e a gente precisa vencer juntos, como a gente tem feito e está fazendo. Muito bem, inclusive, eu acho. Um apoiando o outro, um ouvindo o outro. Então eu acho que isso é fundamental nesse momento, e eu acho que a gente está com toda a dificuldade, mas a gente está indo muito bem, eu acho. Obrigado. **PRESIDENTE:** Ok, Conselheiro Cristiano. Na inscrição, Hugo e Daniel. **CONSELHEIRO ANTÔNIO HUGO:** Então, eu sou solidário ao Daniel, e faço minhas as palavras do João. Porque a nossa dificuldade de participar desse controle social é muito desigual, complicada, porque... Só um exemplo para vocês. O Irajá, ontem ele estava participando da nossa reunião e acabou a internet dele. E ele gostaria de participar aqui. O Irajá está aqui participando com a gente? Então, eu mesmo, para poder estar aqui, ontem eu estava até colocando para eles; eu estava fazendo as contas e eu gastei 37 reais ontem e vou gastar mais em torno de 37 reais hoje só para estar aqui. Quer dizer, nós, enquanto sociedade civil, e no meu caso, ontem nós estávamos até colocando, eu estou desempregado, o João está desempregado, e o Irajá está desempregado. Você entendeu? Então é muito cômodo para as pessoas colocar da forma que coloca, em uma situação diferente. Não dessa desigualdade. Eu acho que nós devemos ter sensibilidade de ouvir o outro e respeitar a fala do outro, porque a gente participa não é porque... Primeiro que a gente gosta, e segundo, a maioria das vezes é pela necessidade, porque todos nós conhecemos como são gritantes as mazelas do Poder Público, seja ele no município, seja ele no estado, seja da União. Nós estamos vendo aí. Basta a gente ver como está esse Auxílio Emergencial. Para você ver, se a assistência social funcionasse de fato, a gente não estava vendo tantas pessoas que já fez esse cadastramento desse Auxílio Emergencial há tanto tempo e até hoje não recebeu nada. Só que nós temos essa pandemia que foi uma coisa que ninguém estava esperando. Mas uma coisa eu concordo. Vou só

reforçar o que o João disse, é que essa parte orçamentária, a gente deixar para discutir isso posteriormente. Porque ela, aqui, é muito complicado para gente que entende pouco dessa parte financeira, a gente deliberar em relação a ela sem a gente estar ali naquela presença, a gente estar olho no olho, conversando com as pessoas. É isso que eu gostaria de colocar, e chamo uma reflexão. Só isso. **PRESIDENTE:** Obrigado, Conselheiro Hugo. Após o Conselheiro Hugo seria o Daniel. **CONSELHEIRO DANIEL:** Então, gente. Eu agradeço o apoio de todos os usuários. Porque eu acredito o seguinte. Independente de governo aceitar ou não, eu tenho o direito à minha fala, eu tenho o direito a dar a minha opinião, e eles desrespeitarem, mesmo que não aceitem. Quando a gente fala de um pacto, fala de uma coisa que é um tema muito importante para o SUAS. Tendo dito isso, quem garante a qualidade do entendimento dos usuários para provar esse pacto, para fazer uma leitura desse pacto. Nisso ninguém pensa. “Ah, é porque estamos vivendo uma pandemia, não dá para ser presencial”. Beleza. Então vamos lá. Há um controle social muito interessante. E a internet? Que se não fosse a Consolação ontem tirar do próprio bolso, eu não estaria com vocês hoje. Eu mandei para o senhor, Presidente, mandei. E pedi para solicitar a internet adicional e não teve para mim. Para a Isaura, que é Conselheira titular, ela só está podendo participar pelo notebook dela digitando, por quê? O pacote de dados que falaram que tinha sido transferido para ela, não chegou nada. A mesma coisa é o João Alves Crisóstomo, que está usando a internet dele e que às vezes cai. E a qualidade social? Que eu trabalho com qualidade social. E acessibilidade. Querem fazer a questão dessas reuniões virtuais? Tranquilo, beleza. Só que vamos ser bem sinceros: tem que ter melhor qualidade de acessibilidade para os usuários também. E não é só o usuário não. O usuário, trabalhar, entidade, é todo mundo. Porque tirar do próprio bolso, que nem aconteceu ontem, do Conselheiro Hugo Bento ter que pagar o próprio almoço para participar da reunião, está ficando complicado. E vai chegar um momento, senhores Conselheiros, que vai ficar tão inadmissível sustar as possibilidades de participação que daqui a pouco vai ter só o Presidente e o vice. E olhe lá. Então eu acho que é importante essa reflexão, essa problematização. Eu pedi a reunião da comissão ser presencial, não falei todas não, é só para o pacto, porque a gente tem a sala da plenária no CEAS, que é um espaço amplo, e que dá para fazer sim a reunião das comissões, de uma forma segura, mantendo o distanciamento. Eu acho que é possível fazer. Agradeço. **PRESIDENTE:** Obrigado, Conselheiro Daniel. Não sei se tem mais alguns, que são a Consolação e a Isaura. **CONSOLAÇÃO:** Posso falar, então, Presidente? Eu queria fazer só alguns esclarecimentos. Primeiro, a informação de que tinha terminado os dados do Conselheiro Daniel, ela foi ontem à noite, e ontem à noite nós, eu, o Presidente, a assessoria dele, a gente tentou, de todas as formas, de fazer a recarga via o governo. Não foi possível ser feito, logicamente, porque é da noite para o dia, a gente não conseguiu ter acesso, inclusive, as superintendências, que eram importantes para isso. Então todo mundo tem que entender também como que funciona, tem um fluxo. Não é da noite para o dia e a gente fala assim: “Agora acabou, como que faz?”. A gente precisa. Então nós estamos, inclusive, aprendendo a programar todas essas questões. Então foi acordado essa recarga para que você pudesse participar, Daniel. Outro esclarecimento é em relação aos demais Conselheiros. Eu conversei com um por um. Aí quando falam que está faltando, eu me sinto até, sabe? Agora quem fica chateada é, inclusive, a Secretaria Executiva. Foram oferecidos os chips, a gente falou o que a gente tinha, os contratos, foi oferecido. Eu encaminhei para o Irajá. Ele tinha me dito, eu tenho aqui, que ele já estava em Pirapora,

e depois ele falou que não conseguiu retornar. E eu falei: “Nossa, Irajá, por que você não me falou?”. Ele falou: “Não se preocupe. Eu vou conseguir participar. Você já fez a parte”. O Hugo, eu perguntei para ele sobre a internet dele. Ele falou que estava bem. Então eu falei: “Ah, então tá. Então está tudo resolvido”. Aí, ontem, ele me pautou isso. Eu falei: “Hugo, então nós vamos já verificar para a próxima plenária o chip para você. Então vai ser encaminhado.”. Então, os Conselheiros que pediram, eu conversei com a Isaura da questão da transferência de dados, porque a Claro lá não pega. Aí a Isaura me disse que ela estaria no centro da comunidade, onde tem wi-fi, e que eu não precisava me preocupar. Então, Conselheiros, eu acho assim, que quando a gente faz previamente toda uma consulta, e pega essa resposta, e depois eu sou surpreendida na plenária com essa solicitação, fica complicado. Porque nós estamos tentando sim, e empenhando para a questão da acessibilidade da internet. E de dar toda essa condição de participação. Então isso não tem descaso. Eu acho que isso é muito sério, sabe, que a gente faz. Então eu só queria registrar e dar os esclarecimentos. Obrigada.

PRESIDENTE: Obrigado, Secretária Executiva Consolação. Conselheira Isaura, por gentileza.

CONSELHEIRA ISAURA: Boa tarde. Eu só gostaria de falar mesmo, porque eu fui citada pelo Conselheiro Daniel aí. Só ressaltar que no meu caso, em específico, a princípio foi sim disponibilizado pacote de dados para a Vivo, via transferência, porque aqui, como a Consolação bem disse, eu não tenho acesso à Claro, que seria o chip disponibilizado e, na primeira reunião, eu usei esse pacote de dados. Para a segunda eu não recebi, não localizei no meu celular esse repasse, e consegui usar aqui o wi-fi através do computador do meu irmão. Como eu consegui reestabelecer o meu computador para poder ter acesso e não ficar dependendo dele para isso, porque ele tem outras demandas, e quase nunca está presente aqui, assim que eu consegui resolver o problema do meu computador, eu mandei mensagem para a Consolação. Se não me engano foi dia 19 desse mês. E falei que no meu caso estava tudo ok. Era só para esclarecer que ela está certa quando fala sobre mim. E só isso mesmo. E que hoje mais cedo eu não usei o microfone por causa da minha voz que estava muito ruim devido à ontem ter ficado muito tempo na reunião e me exposto muito ao frio e isso agravou a minha garganta. Só por isso. Obrigada.

PRESIDENTE: Obrigado, Conselheira Isaura, pela fala. O Conselheiro Hugo pediu a inscrição. Hugo Bento, por gentileza.

CONSELHEIRO ANTÔNIO HUGO: Eu só quero fazer uma colocação. É o seguinte. Quando a Consolação ligou para mim, e de fato ela ligou, ela me perguntou se a minha internet estava bem e eu falei que estava muito bem, obrigado. E continua indo muito bem, obrigado. Tá? Só que quando foi das reuniões que eu participei, anteriormente, eu tinha um tempo que dava para suportar a internet durante todo o mês. Eu tenho que participar 16 horas com a minha internet, mensal, aí eu já não consigo fazer. Por quê? Porque o limite dela, ele não suporta esse tempo todo, e eu tenho outras coisas a fazer. Eu não participo somente do Conselho Estadual de Assistência Social. Eu tenho o Conselho de Segurança Alimentar no meu município, eu tenho o Fórum de Segurança Alimentar, eu tenho um partido político, e tudo me come a internet. Eu não estou aqui me furtando de participar, não estou aqui, assim, como vou dizer? Reclamando dessa participação. Porque eu chamo as pessoas a ter uma sensibilidade, porque nós estamos aqui para dividir riqueza, não miséria. Uma vez que, e eu acho que isso aí, eu não sei. Concordo que é um momento novo que nós nunca tivemos, passamos por isso dessa forma e com esse conhecimento, porque em 1918, quanto teve a pandemia, não tinha internet, não tinha os meios de comunicação, a própria ciência não estava tão evoluída assim. Mas hoje, com toda a evolução da ciência, poderia a gente ter feito uma

coisa bem diferente. É só isso que eu chamo a sensibilização. E, Consolação, não pegue o que nós estamos colocando como uma coisa pessoal a você, porque não é. Você não tem culpa de nada. Você comunicou, você fez a sua parte. O que foi disponibilizado para você, foi o que você nos ofertou. Só que isso aí, para nós, não está contemplando nem um pouco. Então o problema não é a Consolação, é esse sistema que está mandando uma internet para gente participar e que está aquém da nossa realidade. Para você ver, no estado, eu tenho reunião da minha comissão, da Comissão de Política, que no caso eu faço parte da Comissão de Política. E estou tendo duas reuniões no mês. Isso leva tempo, isso tem um custo. E já que se fala tanto, e eu entendo que o dinheiro público é para gastar com o público. Eu lembro que, participando de reuniões de um partido político aqui em Juiz de Fora, eu até debatia isso, a gente disse assim: “Não, o dinheiro público é para gastar com o público”, e realmente está gastando. Está. Altos salários do funcionário, que a gente tem aí uma folha de pagamento, que em 1988, na Constituição, a gente só podia gastar 35% da arrecadação com folha de pagamento, e hoje você está gastando mais de 55%. Está privatizando tudo. E todo dia fica falando para a gente: “Não tem dinheiro”. Não tem dinheiro por quê? Justamente por causa disso. Não está sendo empregado os recursos públicos devidamente. Com aquilo que tem que ser empregado. E a primeira coisa que eu tenho que fazer... Eu, na minha empresa, se eu não tiver matéria-prima para poder fabricar minha garrafa, eu não vou conseguir. E aqui, dentro do Poder Público, a matéria-prima que tem que estar sempre pensando somos nós, é a população, que é para isso que é feita a arrecadação. Nós não estamos aqui porque nós queremos, nós estamos aqui porque tem uma constituição que nos dá o direito, através desse controle social, a estar participando. Daí, quando o Daniel faz a sua colocação, e eu concordo com ele, é justamente por causa disso. Porque infelizmente nós não estamos conseguindo participar não por nossa culpa, mas devido a essa maneira que é feito, engendrada, essa forma de inibir a nossa participação, que vem nos causando transtorno e nos deixando até um pouco chateado. Então, Consolação, mais uma vez. O estado, você está sendo uma excelente pessoa. A meu ver, eu comento até mesmo dentro do conselho de Juiz de Fora, que se todo conselho tivesse uma Secretária como você, que a gente chega, passa informação, nos traz, seria ótimo. Infelizmente não é tão assim. Você não tem culpa de nada, volto a reforçar. O que nós falamos não tem nada a ver com você, e sim com esse sistema que tem nos (trecho incompreensível) [03:36:36] e atrapalhando o desenvolvimento do nosso trabalho. Só isso. Muito obrigado. E me perdoa. Eu não vou falar mais nada aqui hoje. **PRESIDENTE:** Ok, Conselheiro Hugo. Está inscrito o Conselheiro Daniel. **CONSELHEIRO DANIEL:** Então, primeiramente. Eu faço do Hugo as minhas palavras. Porque a Consolação bem sabe, temos uma boa amizade, e em momento algum se eu falei, Consolação, eu deixo gravado: não foi a minha intenção te deixar desconfortável, até mesmo, porque você não é culpada de nada. Você é uma profissional ímpar, que em todo esse tempo tem me auxiliado em várias questões da minha vida. Sabe, é uma pessoa da minha confiança, da minha estima. E quando eu puxo a orelha, eu estou puxando a orelha do governo. Porque isso é uma responsabilidade do governo, não responsabilidade sua. Entendeu? E só para deixar bem claro a todos, quando a gente começou às reuniões virtuais e tudo o mais, eu solicitei uma proposta de verificar a viabilidade do repasse das diárias para os Conselheiros subsidiarem suas internet e sua alimentação. No dia de reunião e no dia da plenária. Aí o governo ficou de dar uma resposta e ninguém falou mais nada. Aí eu puxo essa responsabilidade do governo. Porque é o governo. É

Jaqueline Jucá, Elizabete Jucá, eu não sei o nome dessa moça que eu não gosto muito dela, deixei bem claro na outra reunião que eu nunca fui com a cara dela. Então assim, eu acho que é importante haver uma qualidade, porque internet é uma coisa instável, ninguém garante 100% de atuação e participação. Entendo. Entendi, Consolação. Mas assim, eu acho que pode melhorar um pouco, sabe? Então assim, eu peço desculpas a você, particularmente, enquanto Secretária Executiva, porque como eu falo, até brinco, você é a minha Secretária Executiva particular, eu só emprestei você para o conselho, só isso. Mas está de boa. E deixo claro que quando eu peço uma questão de controle social do governo é para melhorar a qualidade de acessibilidade dos trabalhadores, entidades, porque não está pegando só para o lado do governo não, está pegando para o lado, e mais ainda dos usuários e de todo mundo. É quem está na linha de frente que está passando por isso. De às vezes parar de participar de plenárias porque não tem como sustentar a própria internet mais. Então se faz necessário. Se a gente for parar para pensar, senhores e senhoras Conselheiras, é só para um ponto de reflexão, do jeito que a gente estava antes, não é o mesmo jeito que a gente está agora. Está pior. E só voltando aqui, para encerrar. Eu acho que é possível, eu vou retirar essa minha proposta da reunião ser presencial, porque eu vi que quando eu joguei essa bomba, eu vi que era uma bomba, mas não acha que iria impactar tanto. E acabou impactando. Para um lado positivo e por um lado negativo. Mas foi construtivo, foi muito bacana essa problematização. Para que o governo enxergue que mesmo a gente, enquanto sociedade civil, eu posso me posicionar enquanto sociedade civil, que mesmo a gente aceitando as reuniões virtuais, que a gente não vai abrir mão da retomada das presenciais quando essa se fizer necessário. **PRESIDENTE:** Ok, Conselheiros. Eu acho que a fala já foi bastante interessante. Só ia fazer algumas ponderações. De fato, a gente está vivendo um momento de excepcionalidade, e isso atinge tanto a sociedade civil. Por exemplo, eu estou na minha casa, no meu apartamento, e estou usando também, a internet. E ela cai mesmo. Esses dias caiu e ficamos o dia inteiro fora, eu não pude participar também de uma reunião. A Haiandra também mencionou isso na fala dela, que o problema de internet é um problema que, assim, eu acho que passou a ter uma demanda muito grande, e isso tem dificultado. Para essas questões, o estado fez essa consulta da questão dos gigas, e foi disponibilizado para cada Conselheiro seis gigas. Dois chips ou seis gigas. E até tem aquelas situações, a gente até entende que esse é um contrato que o estado tem, de uma forma imediata, de poder atender os Conselheiros. Eu acho que uma forma existe a situação que a própria Consolação passou, e a Isaura também passou, de uma localidade que não tem cobertura da Claro. E é como eu disse, assim, eu acho que a gente tem que... A questão é maior do que governo ou não governo. Hoje somos todos Conselheiros. A única diferença é que no momento nós estamos representando um seguimento. Ou é sociedade civil ou é governamental. Eu estive já dos dois lados também. Só que é uma questão, assim, que a situação hoje, eu faço uma leitura, é uma situação bem atípica. É uma situação de exceção, é uma situação que a gente entende que várias pautas, aí eu concordo com o Daniel, concordo com o João, concordo com o Hugo, que são pautas difíceis de poder acompanhar virtualmente, e que o melhor, com certeza, e isso pode ter certeza que é o nosso desejo, independente se é governamental ou é sociedade civil, que a gente possa retomar ao mínimo de normalidade possível. Eu, particularmente, eu pude ter uma presença uma vez só com vocês em uma plenária em fevereiro, e eu sinto falta de poder conhecer, de poder trocar ideias. E a gente está limitado da mesma forma também. Eu espero muito. E quando a gente

propõe, garantindo dessa forma, entendendo bem que são formas precárias, que nada substitui o contato pessoal, nada substitui os nossos momentos de poder parar um pouquinho. Mas aqui a situação que está ocorrendo aqui em Minas, e com a questão do aumento, e eu muito me preocupo, porque tem alguns municípios que, por exemplo, que é necessário ônibus, as rodoviárias não estão funcionando, ou estão. Então, nesse momento, ele poderia até provocar uma situação de até exposição. E o que nós mais... Eu acho que é de uma forma geral. O que a gente mais quer zelar é pela vida de todos os Conselheiros, pela segurança dos Conselheiros, para que, juntos, a gente consiga superar esse momento tão difícil. Nós temos a representação, são representações de extrema qualidade, que representam muito bem toda a sociedade, a comunidade, a sociedade civil mineira. Então eu acho que a nossa preocupação, e as preocupações, de uma maneira geral, é justamente com isso. Eu tenho muita fé que nesse momento vai passar, que nós vamos poder, assim, em breve, se Deus quiser, a gente ter uma vacina onde que a Anédia pode retornar com segurança para a sua casa, poder abraçar o seu netinho sem ter aquele medo de "Puxa vida, será que...". Então, esse vírus está circulando, infelizmente está. Eu acho que é um desejo todos nós. E se Deus quiser isso em breve vai acontecer, e a gente poder retomar uma mínima normalidade. Pode ter certeza que é um desejo de todos, e é uma vontade, é uma necessidade. E eu comentava em outra reunião que nós estamos lutando contra algo invisível, que ninguém enxerga, e que pode afetar com muita intensidade umas pessoas, outras, nem tanto, mas é um inimigo muito desconhecido, e a gente tem visto. Essa questão é muito controversa, do que é o melhor, o que é o pior. Mas a gente pensa. Eu paro e penso muito na questão da vida, de cada um de nós. E que, se Deus quiser, em breve a gente vai superar isso aí tudo e poder ter a normalidade de encontro com todos vocês. Desculpa. Acabei falando demais, mas é que... De fato. Eu fico, assim, bem pensativo com todas as considerações, não discordo de nenhuma, são todas muito pertinentes. Eu acho que podemos, então, só concluir aquele pontinho ali que o coordenador Cristiano, se ele se encontra. Eu não sei se ele se encontra, ele precisava sair para alguma questão de médica ou não. Quem seria o Conselheiro? **CONSELHEIRO CRISTIANO:** Estou aqui, Jaime. **PRESIDENTE:** Está bem, então. **CONSELHEIRO CRISTIANO:** É, também estou com problemas aqui na internet, mas estou usando os dados aqui. **PRESIDENTE:** Ok. Então seria só para fazer o encaminhamento, eu acho que é... Não sei se a proposta atende. **CONSELHEIRO CRISTIANO:** Eu considero que sim, que o encaminhamento é esse, que a gente já tinha feito no início, já que o Daniel tirou a proposta dele, de a gente manter as reuniões virtuais das comissões, e a discussão, análise prévia das comissões, discussão e reunião conjunta, e apresentação na planária. **PRESIDENTE:** Então tá. Seria esse o encaminhamento? Então fica encaminhado para que seja feita essa discussão. Qual seria o próximo ponto, Secretária Executiva? **CONSOLAÇÃO:** O ponto que discutimos ontem na reunião conjunta, que a Anédia nos trouxe. Aí eu não sei se ela quer colocar, e a gente apresenta os encaminhamentos, já apresenta direto os encaminhamentos, não sei como. **PRESIDENTE:** A Conselheira Patrícia colocou que são 11h51. Não sei se ela sugere que seria melhor dar um intervalo para o almoço e, após, retornar com essa pauta? Conselheira Anédia? Eu acho que foi a proponente. O que a senhora sugere, Conselheira? **CONSELHEIRA ANÉDIA:** Podia repetir para mim o que é para eu sugerir? **PRESIDENTE:** Sim, sim, claro. Como a próxima pauta é a pauta que a senhora apresentou na comissão, aí a Conselheira Patrícia perguntou se não seria melhor almoçar antes para depois retornar para a sua pauta.

CONSELHEIRA ANÉDIA: Tudo bem. **PRESIDENTE:** Ou nós fazemos o intervalo às 12h30. Continuarmos agora e faríamos o intervalo às 12h30. O que a senhora acha? **CONSELHEIRA ANÉDIA FARIA:** Por mim pode ser agora e pode ser depois. Os outros aí é que tem que decidir se estão com fome. Eu deixo para você decidirem. Por mim, tanto faz. **PRESIDENTE:** Obrigado, Conselheira. **CONSELHEIRO DANIEL:** Solicitei inscrição, Presidente. Posso falar? **PRESIDENTE:** Fale, Daniel. Pois não. **CONSELHEIRO DANIEL:** Então. Gente, eu vou pedir um pouquinho a compreensão de todos, porque assim, muitos estão em casa, mas muitos estão trabalhando agora, entendeu? E eu acredito que pode até impossibilitar que a pessoa possa sair para o almoço agora, e na hora que ela estiver em almoço, a gente estar em reunião. Então seria assim, a gente verificar um horário que seja de acordo para todos, para não prejudicar aquela pessoa ali que está trabalhando e está deixando de trabalhar para participar da nossa plenária, que é muito séria, entendeu? Então vou pedir só essa compreensão de todos para gente firmar um horário que seja melhor para todos, porque a gente tem que parar um pouco de pensar somente na gente, no próprio eu, e pensar no próximo um pouquinho também. “Poxa, e o outro? Será que ele pode tal horário?”. Sabe? Mas assim, é só uma proposta, é só uma questão de conscientização. Eu sei que todos têm as suas complexidades, entendeu, e se faz necessário. Só que eu acho que seria interessante a gente viabilizar um horário que seria melhor para todo mundo. Não ir só jogado “Ah, vamos almoçar agora.” e ponto. Não. Vamos pensar um pouquinho nos outros que estão trabalhando agora. **PRESIDENTE:** Conselheiro Daniel, foi justamente isso que eu estou fazendo agora, de ouvir a Conselheira proponente, que foi da pauta, a Conselheira Anédia, e aí, a partir dali, a gente decidir, então, se continuamos. Mas pelo que eu estou vendo, não sei se a Patrícia pediu a inscrição, que é tranquilo. São 11h53. O intervalo do almoço seria marcado das 12h15 às 13h15. Se nós (áudio ruim), então a gente retorna às 13h00. Pode ser? Então não teríamos grandes alterações, a gente anteciparia os 15 minutos. Quer dizer, nós sairíamos agora e retornaríamos às 13 horas, que aí já estaria dentro do próprio cronograma. Poderia ser assim? E essa pauta do almoço está 12h15. Nós encerraríamos agora e, em vez de retornar às 13h15, nós retornaríamos às 13h,00. Pode ser? Aí daria o mesmo horário de intervalo como está na pauta. Está bem? Então eu que isso é natural de acordo, o pessoal está manifestando que estão de acordo. Então encerramos a reunião na parte da manhã, desejo para todos um ótimo e (trecho incompreensível) [03:53:38] almoço para todos, e às 13 horas, então, retornamos com o segundo ponto da pauta, as pautas na parte da tarde. Muito obrigado e até mais. **CONSELHEIRO DANIEL:** Boa tarde. E assim que acabar o horário de almoço, eu retomo para a reunião, para economizar internet. **Presidente:** Podemos então... **CONSELHEIRO DANIEL:** Oh Jaime, oh Jaime. **PRESIDENTE:** Oi? **CONSELHEIRO DANIEL:** É o Daniel, do Movimento da POP de Rua. Eu gostaria de solicitar, antes de retomar os trabalhos, se for possível, uma pequena retratação da minha parte. **PRESIDENTE:** Sim, sim, fique à vontade, pode falar. **CONSELHEIRO DANIEL:** Então, senhoras e senhores Conselheiros, presidência, vice-presidência, eu refleti nessa 1 hora que eu estava em horária de almoço – de jejum, não é? Horário de almoço não, horário de jejum – e eu enxerguei que eu fui muito infeliz em minhas colocações, eu magoei pessoas que eu estimo muito, machuquei com minhas palavras, mesmo eu sabendo que não eram maléficas, mas só a nível construtivo, mas eu não pensei em algum momento que minhas palavras poderiam ferir. Eu sei que eu sou muito grosso, muito ogro em palavras, porque eu não sou bom de palavras técnicas, mas acho que o mínimo que eu posso pedir é desculpa. E

garantir que eu vou estar fazendo de tudo para poder estar me policiando, eu tenho apoio ainda de alguns Conselheiros ainda, espero poder ter o apoio de todos, e eu peço desculpas, inclusive, ao senhor Presidente, que está recém chegando e já houve uma palavra grosseira da minha parte, acho que é muito impetuoso da minha parte. Então essa minha retratação é a todos os envolvidos na minha fala anterior inicialmente de manhã, estou aqui humildemente pedindo desculpas e pedindo mais uma oportunidade de atuar com vocês na construção de um SUAS mais coletivo, mais acessível. É como eu entendo. Infelizmente... Graças a Deus, nessa pandemia não existe mais uma subdivisão de governo e sociedade civil, somos todos seres humanos para vencer uma pandemia, eu acho que isso que é legal da nossa luta. Então gostaria de pedir desculpas a todos pelas minhas palavras rudes, a todos que fazem parte do governo, trabalhadores, entidades, Secretaria Executiva e os usuários também, que muitas das vezes eu posso querer, eu fico tão emocionado de querer representar os usuários, que eu acabo me atropelando em falas. É minha retratação. Daniel, Movimento da População de Rua. **PRESIDENTE:** Ok, Daniel. Eu acho que em nome de toda Secretaria, a gente sabe que os momentos assim que todos estamos passando, são momentos que, às vezes, nos afloram, e muitas vezes a gente acaba falando até algo que de repente possa ter magoado uma pessoa ou outra, enfim. Eu, da minha parte, não tenho problema, eu só ia fazer um reconhecimento assim do trabalho todo da Consolação, enquanto Secretaria Executiva, como uma militante, como uma batalhadora, com certeza ela não mede esforços para poder garantir as mínimas condições para que todos possam participar. É uma pessoa que em dia de plenária, ela manda mensagem 6h da manhã. Eu estou só externando algo que vem do foro íntimo, não é Consolação? Mas é algo que ontem de noite, encerrando uma plenária grande, ela continuou preocupada, nós ainda tentamos ver a questão da recarga, hoje de manhã bem cedo. Então é uma pessoa, assim, que o Estado de Minas tem que ter muito orgulho, e todos nós, aí eu falo em nome de todos os Conselheiros. Independente se é governamental ou sociedade civil, todos nós estamos nos reaprendendo nesse momento. Todos nós estamos passando por momentos de limitações, é aquela fala que eu tive hoje de manhã. Então nós só temos sim que mantermos bem claro que essas plenárias, essas plenárias é um espaço de contribuição voluntária, de todos cedem seu espaço, seu tempo, e que se alguma coisa dá errado, alguma coisa não dá certo, pode ter certeza, independente se for governo ou sociedade civil, não há intenção. Com certeza é sempre uma intenção que a coisa dê certo. E percalços, problemas, eles sempre acontecem, não é? Então eu peço, assim, que todos, embora a gente não está presencial, as palavras que a gente ouve e que são gravadas, e que são transmitidas pela rede social, acho que a rede social pelo Youtube, elas são válidas, são importantes. Então, por isso que a gente se esforça para que, embora às vezes os ambientes não são os melhores, mas pode ter certeza que há um esforço muito grande de todos para que a gente possa garantir. E da mesma forma como esse momento está acontecendo, quando a presidência está com o governamental, o mesmo empenho nós estaríamos também, independente, não há uma distinção hoje de segmento, há uma intenção muito grande que o conselho, que nós possamos todos juntos, é um esforço em conjunto para poder superar, é um momento muito difícil para todos, é um momento de afastamento de pessoas que não podem visitar pessoas, e isso com certeza aflora os nossos sentimentos, a gente fica mais sensível, da mesma forma a gente entende, mas a gente sempre pede que todos tenham, assim, bastante entendimento, que muitas vezes governar uma plenária da importância que é o CEAS, não é uma

tarefa nem um pouco fácil, pode ter certeza que não. Não é um processo que a gente liga as 8h, é um processo que tem que ser construído com bastante antecedência, e é um processo, assim, que demanda toda nossa importância, de toda nossa responsabilidade. E, assim, obrigado sempre pela oportunidade de poder estar falando. Não sei se a Consolação gostaria de usar o espaço inicial também. Fica à vontade, Consolação. **CONSOLAÇÃO:** Presidente, eu acho que o senhor colocou bem, eu acho que, sempre que estive no conselho, quer dizer, desde que ele existe eu sempre falo isso, o conselho, ele tem que ser conselho uno, a gente orienta os municípios assim, governo e sociedade civil juntos, porque assim a gente consegue garantir no estado a política de assistência social. Divergências a gente tem em todos os lugares, de opinião, inclusive, na própria casa da gente, com quem a gente sempre conviveu. Então nesses ambientes também divergências vão ocorrer, mas com maturidade, com respeito, a gente vai construir o melhor caminho para a Assistência Social em Minas Gerais. Então é esse contínuo, por isso que a gente tem orgulho de Minas ser uma referência em relação ao controle social. Eu acho que é isso, e não é um controle social da sociedade civil, é um controle social do governo, controle social do conselho, que é essa formação. Então isso é muito importante, e aí valorizando cada um que está aí, cada representação. Nossa lei, inclusive, ela permite isso, uma participação de conselhos municipais, então traz um pouco até do tanto do município para que possa estar trazendo esse debate aqui coletivo. Então, esse conselho, ele é muito importante. E muito bom, que permite inclusive isso, as pessoas chegarem, como o Daniel, como outros, como você, Presidente, as pessoas chegarem como a Anédia fez ontem, e colocar o seu coração aberto aquilo que estão sentindo. É um conselho humano também, que permite isso, então ele tem a parte dele técnica, ele tem a parte que vai fazer todos esses encaminhamentos, mas ele também é o que acolhe, que acolhe ser humano, acolhe a gente que está nesse momento vivendo os desafios que não são simplesmente de reunião, mas os desafios até emocionais que a gente vive em um momento como esse, de incertezas, inseguranças, cada um passando por esse mesmo problema, mas de uma forma diferente dentro das condições que têm, uns mais e outros menos. É isso, assim. Eu torço muito para que tudo aqui dê certo, as deliberações, e que a gente cada dia nessa condição do Presidente, estou gostando muito disso, de unir, de trazer esse conselho para que a gente possa reforçar o SUAS em Minas e o controle social em Minas Gerais. Obrigada. **PRESIDENTE:** Obrigado, Consolação, Secretária Executiva. Então, podemos então partir para o segundo ponto da pauta? Que foi um encaminhamento que surgiu a pedido da nossa Conselheira Anédia, que trouxe alguns relatos, e podemos então começar a abordagem por esses encaminhamentos. Foi feito uma, não sei a Consolação gostaria de fazer uma leitura de como que se chegou até esse processo? O que você sugere, Consolação, que a gente faça? **CONSOLAÇÃO:** Eu queria perguntar à Anédia se ela quer falar, ou se a gente faz um resumo do que ela trouxe ontem, para que a gente apresente os encaminhamentos. Aí eu gostaria de consultar, Presidente, a Conselheira Anédia. **PRESIDENTE:** Conselheira Anédia, por gentileza. **CONSELHEIRA ANÉDIA:** Ok, obrigada. Gostei muito das suas palavras, vou começar te elogiando, porque eu gostei muito das suas palavras. Sou uma admiradora, Consolação, sua, do seu trabalho, nossa, é um exemplo para todo mundo, seu empenho, tudo. Só tenho que elogiar vocês. Estou gostando muito do nosso Presidente aí, a postura dele, tá? O Jaime, dizer que não é avó, é bisavó. É mais de 70, tá? **PRESIDENTE:** Que ótimo, bisavó, parabéns. **CONSELHEIRA ANÉDIA:** Por isso que é cansativo. **PRESIDENTE:** Parabéns. **CONSELHEIRA**

ANÉDIA: O que eu falei ontem, eu acho desgastante eu ter que falar de novo, não é? Eu acho que se ler tudo que ocorreu, eu acho que fica melhor fazer apresentação. Já falei tudo ontem. Vocês não acham? Consolação você que me... **CONSOLAÇÃO:** Tudo bem, eu posso fazer um resumo e... **CONSELHEIRA ANÉDIA:** É, já está falado, não é? Obrigada. **CONSOLAÇÃO:** A nossa Conselheira, Anédia... Desculpa, Presidente. Posso? **PRESIDENTE:** Claro, claro, fique à vontade, Consolação, fique à vontade. **CONSOLAÇÃO:** Obrigada. Nossa Conselheira Anédia trouxe uma questão muito importante ontem em relação à representação que ela faz dos usuários dentro do conselho estadual. Então ela trouxe uma situação para a gente, que ela esteve em uma reunião do CRAS lá de Venda Nova, uma reunião, e aí foi informado que estava sendo discutido sobre a abertura do CRAS, porque o atendimento está sendo à distância, e ela colocou que nessa discussão em conjunto com os trabalhadores, gestor e o próprio usuário, e ela estava lá com essa representação, ela se sentiu pouco atendida nas demandas do usuário, a escuta do que ela estava colocando, que quem assumiu um pouco mais essa fala foram os próprios trabalhadores naquele momento, e que então permanece fechado, foi ali discutido para que ficasse fechado o atendimento do CRAS em Venda Nova. E aí ela coloca da importância do equipamento para os usuários, colocou como que está sendo difícil ter acesso aos próprios benefícios, falou da qualidade daquilo que tem chegado, inclusive, aos usuários da cesta básica, que não contempla tudo aquilo que realmente é de necessidade, da dificuldade que o usuário está tendo, inclusive, financeira, porque ele que é o mais afetado em relação à pandemia, não só na sua questão profissional, muitos perderam emprego, essa relação nesse momento. Ela fala do programa também, Fica Vivo, que é o do governo estadual, sobre o fechamento dele, que é muito importante também. Então ela coloca que esse fechamento, que o CRAS poderia, ela diz que ficou a noite inteira fazendo um planejamento e apresentou esse planejamento, de uma possível abertura do CRAS. E ela planejou e falou de todos os pontos mesmo, como que poderia, do agendamento prévio para o atendimento, para não se formar filas; que teria como estar atendendo cada um nesse horário específico, usando todo equipamento de segurança, que, inclusive, nas mesas de atendimento poderiam ser colocados até vidros para não ter esse contato, a questão do contágio; a própria questão da limpeza; o uso de álcool em gel, de máscara, de testeira, medir a temperatura das pessoas. Então ela colocou que existem milhões de coisas que poderiam facilitar esse atendimento, e que ele fosse presencial. E aí, que outros serviços até acontecem, outras pessoas estão trabalhando, então, porque, se o serviço da assistência social, ele é fundamental, ele está junto aí com a saúde, então por quê que ele não estaria funcionando? E, de novo, então falou disso do Fica Vivo e da (áudio ruim) e é isso. Isso seria de cobrar essa questão e pedir a união do conselho para que se manifestasse em relação a essa abertura. O Conselheiro Daniel também se pronunciou falando das dificuldades, das filas em Belo Horizonte em relação aos albergues, e falou que, inclusive, das condições sanitárias de alguns, que são, não são muito boas. E ele fala também da dificuldade dessas pessoas em acessar o serviço, que muitas ficam, às vezes, não tendo aonde dormir por causa da falta de condição de acesso, que é o medo de levar o vírus para dentro, de quem está dentro, inclusive, ter a condição de sair também. Então, ele levantou isso, e que muitos trabalhadores de grupo risco, inclusive, estão trabalhando no Centro POP. Então que ele também não entende, alguns trabalham, outros não, porquê que não poderia ser isso. E solicita também essa abertura imediata do CRAS. Então houve toda uma discussão, vários pontos foram levantados por todos os Conselheiros, vocês receberam a súmula da

reunião, tem tudo isso detalhado. Antes de entrar nos encaminhamentos, me reporto de novo à Anédia e ao próprio Daniel, se eles querem colocar alguma coisa da apresentação do ponto que foi colocado por vocês. **CONSELHEIRO DANIEL:** Eu não preciso, porque você já me contemplou em tudo. **CONSELHEIRA ANÉDIA:** Consolação, você já falou tudo. É isso mesmo, o que eu falei ontem foi isso. Se quiser que eu desenhe o meu projeto para abrir o CRAS, eu desenho, e eu quero deixar bem claro que não estou desfazendo de ninguém, botando em ninguém em risco. A abertura do CRAS é tão importante quanto o SUS, o Centro de Referência de Assistência Social, ele é tão importante quanto o SUS, Sistema Único de Saúde. Um é da saúde, o outro é do social. Então é isso que eu tenho para reforçar o que eu falei ontem. Obrigada, Conceição. **CONSOLAÇÃO:** Ok. Aí então vou ler agora os encaminhamentos. Depois da discussão, foram tirados os seguintes encaminhamentos: 1 – Ofício, encaminhar ofício ao Conselho Municipal de Belo Horizonte e ao gestor, informando desse fato e solicitando esclarecimento em relação, inclusive, a essa escuta do usuário, dessa dificuldade da escuta do usuário; a possibilidade da abertura dos equipamentos do CRAS e, ainda, informar, falou falar, inclusive, da cesta básica também, que o Daniel apontou que a cesta básica fornecida a ele estava vencida. E ele não conseguiu trocar, sendo ainda colocado na situação constrangedora quando tentou fazer a troca da cesta básica. Então foi falado sobre isso. 2 – Ofício à Secretaria Estadual de Justiça e Segurança Pública, solicitando esclarecimento sobre o “Fica Vivo”, e manifestando a favor de sua manutenção. 3 – Levantamento sobre o funcionamento dos equipamentos dos municípios. Então a gente falou que vai fazer isso, vai associar isso, inclusive, a um questionário que vai ser apresentado hoje também na plenária para deliberação relativa à Comissão de Apoio. O FETSUAS se manifestou por meio da nossa Conselheira Luanda, que pautará essa conversa na reunião do Fórum e também irá conversar com o Fórum Municipal de Trabalhadores de BH, que é muito importante a escuta do usuário. 5 – Intensificar o encaminhamento de orientações aos municípios sobre a importância do serviço da Assistência Social e divulgar novamente as orientações da SEDESE. 6 – O ponto 6 tem dois encaminhamentos, então só vou ler o 7 e volto para o 6. 7 – Que o CEAS possa verificar junto aos conselhos municipais onde há denúncias sobre o não atendimento dos usuários. O 6, ele tem dois encaminhamentos, que não houve consenso, então trouxe também para a plenária: 1 – solicitação à SEDESE que faça uma análise da viabilidade financeira de concessão de auxílio emergencial, considerando a lei que autoriza abertura de crédito suplementar no valor de até 64 milhões para o Auxílio Emergencial, e considerando a possibilidade de que o estado não utilizou todo esse valor no Bolsa Merenda, visto que esse benefício possui três fontes, o Ministério Público, Merenda Escolar e do FEM, para ser apresentada à Comissão de Orçamento. Ainda, se for levantado esse saldo, esse recurso, ainda que seja apresentada proposta sobre o auxílio caso o Bolsa Merenda não esteja utilizando todo o recurso da suplementação. Proposta 2 – Que ao invés de ser um ofício à SEDESE, seja encaminhado essa informação à Comissão de Norma, para somar à análise que a Comissão já está fazendo desta lei. Então, ao invés de ser mandado ofício à SEDESE, encaminha à Comissão de Norma, ela faz análise e soma isso para a análise e depois dá os encaminhamentos, isso, inclusive, seria o ofício encaminhado à SEDESE. É isso. Se eu não contemplei todo mundo, aí volta a você, Presidente. **PRESIDENTE:** Ok, obrigado, Consolação, pelas palavras, tá? Eu tenho uma inscrição da Gabriele. Por gentileza, Gabriele. **CONSELHEIRO CRISTIANO:** Parece que tem o Daniel antes. **CONSELHEIRA GABRIELE:** Isso, acho que o Daniel pediu antes, ele falou que está dando

interferência, ele não está conseguindo acompanhar. **PRESIDENTE:** Isso. Daniel, por gentileza. **CONSELHEIRO DANIEL:** Tudo bem. Gabi, vai ser rapidinho, tá bom? É o seguinte, e se for possível, assim, mudar, se for possível, esse negócio de “Bolsa Merenda”, porque é um estereótipo em um tema que você coloca a família em situação vexatória, sabe? Eu acho que, porque não pode falar um “Auxílio Alimentação”, “Auxílio Escolar”? Mas, “Bolsa Merenda”, você está estereotipando, você está colocando aquela família que está em vulnerabilidade em uma situação vexatória em uma sociedade que já exclui, entende? Seria só esse ponto só, que eu esqueci de falar. Entendi. Não, mas tranquilo, agradeço. **CONSELHEIRA GABRIELE:** Sou a próxima, Jaime? **PRESIDENTE:** Ok. Seria a Gabriele. Isso mesmo, pode falar, Gabriele, por gentileza. **CONSELHEIRA GABRIELE:** Só, assim, com relação, os pontos, os encaminhamentos foram discutidos na reunião conjunta das comissões ontem, mas esse ponto 6 a gente não chegou a um consenso, então por isso essas duas propostas. Também não sei se me fiz clara ontem durante a conversa, mas o ponto foi no sentido de que, assim, a gente conversou muito isso, inclusive, na Comissão de Normas, o encaminhamento que foi dado à Comissão foi de uma análise da lei, deixa eu pegar o número para eu não falar errado, porque tem duas leis com o número muito parecido, a lei número 23.632, que foi publicada em 2 de abril de 2020. A Comissão de Normas, ela não estava analisando, como foi dito ontem, somente a questão da função da unidade orçamentária. A Secretária, funcionária da Secretaria Executiva que acompanha a Comissão de Normas, que é a Rosalice, ela fez para a gente todo um apanhado de toda discussão que aconteceu na última plenária, e a Comissão de Normas começou a discutir ponto por ponto então para esclarecimento de todas as questões com relação à lei, inclusive, assim, a gente está fazendo uma análise da lei 23.632 comparada com a lei 26.631, com o decreto 47.915, que é o que trata do Bolsa Merenda, e fazendo uma análise muito cautelosa justamente para trazer um encaminhamento mais enorpado, mais tecnicamente pautado, justificado, juridicamente embasado para a plenária. Então a minha sugestão foi no sentido de que essa discussão continue sendo feita no âmbito da Comissão de Normas, porque foi uma deliberação de plenária. Então, antes de, a minha posição, assim, para todos os temas, é: antes de um encaminhamento externo, que a gente faça os consensos internos dentro do conselho, então que a gente embase esse encaminhamento. Se a gente for propor um ofício, que a gente já traga o texto do ofício para ser mostrada em plenária. Eu acho mais transparente, eu acho que fica mais alinhado entre todos os Conselheiros. É esse o meu posicionamento. **PRESIDENTE:** Ok, Gabriele. Obrigado pelas tuas considerações. Inscrição do Conselheiro Sávio. Por gentileza. **CONSELHEIRO DOMINGOS SÁVIO:** Primeiro que, eu, como trabalhador da política de assistência social em Belo Horizonte, eu fico, eu fico muito satisfeito com Belo Horizonte com essa reivindicação da Anédia e do Daniel, porque a gente preza muito a fala do usuário, não é? A gente utiliza nas reuniões de comissão local, que a gente está fazendo ultimamente de forma remota, porque não tem outro jeito, e engraçado, a gente teve uma surpresa muito grande. A gente costumava fazer reunião local da assistência para justamente tratar da crítica ao serviço ao qual a pessoa pertence, a gente faz isso para melhorar o serviço. A gente percebe que se o usuário falar sobre o serviço, a gente anota e vai melhorando o serviço. Então a princípio as pessoas tinham medo disso “Ah, vai criticar, não sei o quê” (áudio ruim). Nada isso. Você só qualifica o serviço ouvindo a pessoa que usufrui do mesmo. Então a gente faz isso muito. Então, e outra coisa também, o que eu falei no início aqui, o trabalho remoto, Anédia, nunca é igual ao trabalho presencial, isso eu te garanto, eu sei disso. O que a gente

tenta fazer é estabelecer dispositivos para que ele se aproxime do presencial nesse momento. E aí (áudio ruim) desenvolveu orientações técnicas para funcionamento de proteção especial, orientações técnicas para o funcionamento da proteção básica, orientações técnicas para o funcionamento da (trecho incompreensível) regional onde não existe CRAS, orientações técnicas para funcionamento da CORAS e da (trecho incompreensível) no contexto, tudo no contexto da pandemia; orientações técnicas para concessão de benefícios (trecho incompreensível) e orientações técnicas para desenvolvimento dos serviços para população de rua. Então uma série de orientações técnicas com cuidado de tentar fazer o que reza a lei, de forma remota. Então essa escuta, não sei se vai estar no documento que não está havendo escuta, isso aí eu acho que nem precisaria ter, a escuta está proposta aqui. Eu não vou ficar lendo as orientações técnicas, porque essa da proteção especial são 16 folhas, então fica complicado, não é? Vendo detalhe por detalhe, e essa coisa tem funcionado dessa forma. Então a gente vai receber isso lá, naturalmente eu acho que a correspondência aí é uma denúncia, não é isso? Isso é denúncia, são duas coisas, primeiro é essa tentativa de antecipar a abertura do CRAS, não é isso? Isso daí não é uma denúncia, não é? A gente acha também. A gente está preocupado com isso e você pode ter certeza, viu, Anédia? O CRAS, ele vai voltar a ser presencial, não existe essa ideia de desenvolver serviço que não seja presencial. Nada que teve na conversa na parte da manhã, nada substitui o olho no olho, nada substitui o diálogo, nada substitui a energia da presença das pessoas. Isso aí é bobagem, não substitui mesmo. Ainda mais em processo decisório que trata os conselhos de formas gerais, são deliberativos, é dessa forma mesmo que tem que funcionar, pessoal. Mas o que a gente está propondo aqui é que a gente funcione dessa forma de forma provisória. Uma epidemia igual está acontecendo aqui é de 100 em 100 anos. Então a gente está em uma situação super provisória. E então, eu acho que a gente tem feito bonito, mas não quer dizer que vai permanecer dessa forma. A questão presencial, o diálogo das pessoas, essa coisa mais humana, isso aí é com certeza. E já tem se pensado em discutir. Agora é o auge também, não é gente? Agora nós estamos chegando no auge da epidemia. Os casos de morte não diminuem, você vê que tem umas três semanas que está na faixa de 1.200, é uma coisa horrorosa, que espanta muita gente. Então a gente não chegou ainda, e você sabe muito bem que sem um mando mais geral, a nível de governo federal, a coisa fica muito mais difícil, muito mais difícil, não tem uma liderança coordenando o trabalho. Então essa coisa pode até ficar pior. Mas tomara que não e que possa melhorar daqui para frente. Então, eu acho interessante, porque a gente vai prestar, o conselho, ele analisa todas as denúncias, caso tenha alguma denúncia de mal atendimento ou de não consideração, também mas imagina uma reunião de 80, é complicado também, tem que levar isso em conta, e de forma remota, então é complicado. Mas está fazendo, todas as reuniões de comissões locais, elas começaram a se reunir de forma remota e o que nos assusta é o número de pessoas que participam. A gente sabe muito bem que os 35 milhões de brasileiros mais pobres, do montante de 220 milhões que é a população do Brasil, 10% dessa população não tem a internet, e soma-se a isso o fato de que, mesmo que tenha, não sabe ler e, mesmo que tenha, não quer mexer. Então aí dá um volume maior. Então nem todas as pessoas estão presentes nessas reuniões de (trecho incompreensível) [05:34:33] locais. Mas me assusta o número. O tanto. Por exemplo, eu tenho lá uma relação de 50 famílias em toda Belo Horizonte, que vão fazer vistoria, e que as casas estão em situação bem precária, de conservação e tal, e as famílias, a gente acompanhando as famílias que resistem em deixar essas

casas para ir para abrigo, alguma coisa, e convive lá muitas vezes com rachadura, alguma coisa assim, e a gente monitora de perto, a URBEL faz algumas reformas, etc., todas tem telefone, o impressionante como todas essas famílias, o que me assustou também. Achei que não, mas todas elas têm telefone, mas a gente sabe que parte vai ser preciso ser tratado, um contingente significativo de usuários estão fora dessas reuniões por não, pelos motivos aqui que eu já disse. Então acho que é isso. A gente convive muito bem com a crítica, convive muito bem com a denúncia, não tem problema. A gente tem a certeza absoluta que a qualificação do serviço em Belo Horizonte tem se qualificado, e é justamente por isso, é uma gestão absolutamente democrática, não só do ponto de vista do funcionamento de um controle social, como instâncias de controle, como as comissões locais, mas a própria gestão, desenvolve muito bem dentro da própria gestão, estão diversos atores que (áudio ruim) [05:36:07], de forma comum, estejam presentes. E Belo Horizonte tem desenvolvido muito por causa disso. Educação (trecho incompreensível) [05:36:18] educação permanente, você leva a universidade para dentro da gestão. A mesa de gestão de trabalho, você tem trabalhadores do campo privado, do campo público, discutindo a gestão. Então, essa gestão democrática que se molda daqui para frente, ela, ela vai ser muito positiva, inclusive, ano passado, vamos propor isso aqui também na hora correta, eu falei em previsão orçamentária. A previsão orçamentária de Belo Horizonte foi tratada, mesmo antes de chegar no conselho, com a diretoria do Conselho. Isso é muito importante, você levar as deliberações da conferência, o que viu, o que é para contemplar. Então, na hora que chega, o governo tem aquela preocupação de aprovar na íntegra, aí fica muito complicado. Mas, se é elaborado junto, o plano municipal já foi dessa forma. Então a gestão democrática é isso. Tem a crítica, mas ela é muito bem-vinda, e ela vem para qualificar. É isso. **PRESIDENTE:** Ok, Conselheiro Sávio, obrigado pela sua manifestação, pelas suas palavras. A Conselheira Luanda, por gentileza. **CONSELHEIRA LUANDA:** Boa tarde então, pessoal. Eu gostaria então de parabenizar mesmo aos usuários ontem terem pontuado, colocado seu ponto de vista, refletido aqui (trecho incompreensível) [05:37:48] mesmo de todos os usuários de Belo Horizonte, e de a gente pensar também que está no nível estadual, podem ter outros municípios também passando para o algo parecido. Então, e aí os encaminhamentos ontem, foi muito legal a nossa discussão. E agora eu venho também fazer uma defesa da proposta do auxílio emergencial, de estudo dessa viabilidade, muito no sentido de não discordar do que a Gabriele pontuou aqui também, da Comissão de Normas, mas de entender que são, além de serem duas coisas distintas, de a gente estar vivendo realmente esse momento que todo mundo já disse, momento muito complicado, momento que exige soluções mais rápidas para as questões, então, de que a gente possa pensar mais rapidamente, o estado não demorar muito a dar um retorno que a população precisa. E aí, pensando nisso, a gente já pensa que se for feito esse processo de trazer já um estudo de viabilidade, apresentar para a gente já em uma próxima plenária, ou em uma data que a gente estabelecer aqui, a gente vai ganhar tempo, porque, como bem disse ontem a Sandra, quem tem fome, tem pressa. E nós precisamos aí, inclusive, enquanto Conselheiros, propor e cobrar do estado uma ação nesse sentido também. Me tocou muito quando a Dona Anédia ontem relatou a trajetória de alguns usuários tendo que buscar alimentos já no lixo do sacolão para poder tentar resgatar alguma coisa ali que desse para utilizar. Então, que a gente precisa ter pressa nisso, nós não podemos, nós não podemos deixar esse momento passar. E nesse sentido é que eu faço muito a defesa da proposta 2. **PRESIDENTE:** Conselheira Luanda, conseguiu concluir? Eu não sei se...

CONSELHEIRA LUANDA: A minha internet está muito ruim, mas eu consegui concluir sim, acabei.

PRESIDENTE: Tá bom. Obrigado, Conselheira. A palavra com o Conselheiro Hugo, por gentileza.

CONSELHEIRO ANTÔNIO HUGO: Então, a minha fala estava em cima do que o Daniel estava colocando, que eu já havia até falado a respeito, que é do combate ao preconceito, à discriminação. Inclusive, ontem nós estávamos lá na nossa reunião da sociedade civil, e foi até falado que foi elaborado pela Secretaria de Educação. Eu pediria para que quando eles fossem fazer esse tipo de coisa, daí que eu vou pedir até a alteração, a modificação desse nome “Bolsa Merenda”, que eles se ativessem para a lei 12.288 de 20 de julho, de 2010, que é o estatuto da igualdade racial. E uma das formas de a gente combater a discriminação, não somente contra os negros, a população pobre, todo aquele que tem acesso, que tem que ter acesso a algum programa de governo, eu pediria que se fosse possível que fizesse um estudo e mostrasse, que eu tenho certeza que vão chegar lá, mudasse esse nome de “Bolsa Merenda” para “Apoio Estudantil”, porque, com isso, não vai estar discriminando, não vai estar rotulando ninguém, você entendeu? Essa que, esse que é o meu pedido e é isso que eu estou aqui solicitando. Ademais a gente está aí com esse pessoal, até mesmo porque a Dona Anédia, ela foi muito feliz, tanto ela quanto o Daniel, em trazer essa proposta de discussão aqui para a gente ontem.

PRESIDENTE: Ok, Conselheiro Hugo. Próximo inscrito é o Conselheiro Márcio. Por gentileza,

Conselheiro. **CONSELHEIRO MÁRCIO CALDEIRA:** Boa tarde, Conselheiros. Primeiro eu gostaria, assim, de justificar a minha quase ausência de todas as discussões ontem, tanto da sociedade civil, quanto também das comissões, em função de demandas de trabalho e demandas de família também me impediram de acompanhar e de estar construindo juntos toda essa discussão que já foi feita ontem pelas comissões. Mas o meu ponto específico aqui que eu gostaria de estar abordando, nossa Conselheira Gabriele já iniciou a discussão, é do ponto de vista já ter dentro da comissão sim um encaminhamento sobre a leitura da lei conforme foi deliberado na última plenária. Eu peço, assim, muito desculpas a todos por não ter ontem participado dessa discussão e trazendo este ponto de vista aqui, mas eu acho que é muito importante a gente tomar muito encaminhamentos, e que realmente a gente possa ter pernas para poder estar conseguindo dar respostas. A Comissão de Normas, ela recente agora, ela teve mais duas Conselheiras que fazem parte agora da Comissão. Então a gente, assim, está com uma demanda muito elevada, e realmente eu gostaria até de fazer um apelo aqui aos Conselheiros que não estão atuando nas comissões, que se puderem nos ajudar e compor nossa comissão, seria muito importante. Mas, do ponto de vista específico da leitura da lei 23.632, a comissão, ela tem se debruçado, que a gente realmente gostaria de estar trazendo aqui, era uma leitura extremamente técnica de todo processo que foi solicitado à Comissão. E eu não sei se o encaminhamento que está sendo colocado aqui, se ele já atropela ainda esse procedimento, tá? Me desculpem se eu estou fazendo alguma consideração até mesmo contrária ao que está sendo colocado aqui, mas eu fico muito temeroso em relação a gente atropelar determinados caminhos, que já estão sendo construídos, em função da nossa precariedade de organização para que a gente possa dar resultados efetivos aqui para o conselho. A Comissão de Normas, ela tem se reunido de uma forma frequente, mas que tem tido muitas dificuldades do ponto de vista de extensão de tempo de dedicação de todos os Conselheiros. E essa matéria que está sendo colocada aqui é uma matéria extremamente robusta, que vai realmente solicitar e demandar da comissão um tempo para que a gente possa trazer resultado efetivo aqui para o conselho, tá? Eu fico assim muito impreciso ou

indefinido com relação a essa necessidade de uma avaliação, nesse momento, de viabilidade financeira para concessão do auxílio emergencial conforme está sendo colocado aqui. Eu não tenho uma leitura formada sobre isso, tá? E eu não sei como a comissão conseguiu dar uma resposta rápida para o Conselho em uma próxima plenária. Esse é meu ponto de reflexão que eu gostaria de trazer aqui. **PRESIDENTE:** Ok, Conselheiro Márcio. Obrigado pelas colocações. Inscrito próximo é o Conselheiro Daniel. **CONSELHEIRO DANIEL:** Então, gente, só para não atropelar muito as informações, eu estou passando por um problema aqui de microfonia e eu não estou conseguindo entender nada que ninguém está falando. Eu já desativei, já desliguei, já reiniciei várias vezes e continua do mesmo jeito. Eu peço apoio do suporte técnico, por favor. **PRESIDENTE:** Ok, Conselheiro. Peço para quem está, Ana, não é? Que pudesse auxiliar o Conselheiro Daniel. Inscrito logo após o Daniel seria o Cristiano. Por gentileza, Conselheiro Cristiano. **CONSELHEIRO CRISTIANO:** Bom, boa tarde a todas e a todos de novo. Eu queria só reforçar as falas que foram ditas ali em relação à questão do auxílio emergencial, de que eu acho que seria importante que essa discussão também fosse para a Comissão de Normas, que apesar das dificuldades que o Márcio ponderou, mas já tem feito uma análise técnica e jurídica bastante relevante, pelo que a gente tem acompanhado nos relatos. Ao mesmo tempo, claro, eu também entendo essa questão emergencial que foi colocada ontem, que foi colocada hoje, da questão da necessidade de urgência do tema, mas, aí eu queria só lembrar que a gente já fez essa discussão também, mas é só um lembrete, de que já existe esse auxílio que tem sido repassado, chamado de Bolsa Merenda, mas que é voltado para as famílias extremamente pobres que possuem crianças matriculadas nas escolas estaduais. Já foi iniciada essa ação, ela está em execução, e lembrar que são 380 mil pessoas a previsão de atendimento. Então já existe uma ação em andamento, ela está em andamento, ou seja, não quer dizer que não tem nada acontecendo. Só reforçar o fato de que já está em andamento uma ação, é uma ação robusta, são 380 mil pessoas. É lógico que não é o total de número de pessoas que deveriam ser beneficiadas, a gente sabe, mas é o que foi possível a partir de todo esse esforço que foi feito para atendimento, principalmente, das famílias mais pobres e que têm crianças matriculadas nas escolas estaduais. Então é só para também deixar isso para não ficar, eu sei que não é intenção, as pessoas, a gente tem discutido isso daqui, todos sabem do alcance desse auxílio, e que eu acho que a intenção claramente, é lógico, buscar uma ampliação disso, mas é só para a gente não perder de vista também o que está sendo feito, porque eu entendo que em situações de emergência, como essa que a gente está fazendo aqui, eu já passei por várias na gestão estadual, e eu entendo que a situação de emergência, ela não pode fazer também – isso é uma reflexão que eu estou fazendo, tá, pessoal? – ela não pode fazer com que a gente perca de vista as coisas que também estão acontecendo que são positivas. É lógico que a gente sabe do tamanho do problema é que deveria ser feito muito mais, mas a gente precisa também reconhecer o esforço que tem sido feito. Então, o Sávio falou um pouco aí a respeito de Belo Horizonte, da prefeitura e das prefeituras de um modo geral no estado, apesar de todos os problemas, denúncias que a gente tem, que vem recebendo de tudo que vem acontecendo, é preciso também a gente reconhecer o enorme trabalho que vem sendo feito também pelos trabalhadores que continuam lá executando as suas, atuando mesmo que não totalmente, presencialmente, pelas gestões e por todos que estão também de alguma forma fazendo as coisas acontecerem, da maneira como é possível, mas não é o suficiente, claro que não é, é preciso fazer

muito mais, porque o problema é muito grande. Mas é só para a gente também reconhecer que a gente não tem um cenário de terra arrasada aonde nada está acontecendo. A gente tem ações que estão acontecendo, e eu acho que a intenção desse conselho, logicamente, é aprimorar essas ações e, na possibilidade, ampliar. Então eu entendo isso também, mas era só para deixar isso registrado.

PRESIDENTE: Ok, Conselheiro Cristiano. Obrigado pelas colocações. A próxima inscrita é a Conselheira Patrícia. Por gentileza, Patrícia.

CONSELHEIRA PATRÍCIA: Bom, primeiramente eu queria parabenizar novamente o estado por essa iniciativa do Bolsa Merenda, a lei 12.632 foi até de iniciativa do governo do estado, mas eu queria, como essa proposta que surgiu ontem a partir da fala da Dona Anédia, a quem eu parabeno hoje novamente, aproveito para registrar em ata isso. A partir da fala dela de que o pobre cada vez fica mais pobre, e daquela fala emocionante também em relação aí às pessoas estarem em uma necessidade tão grande, de precisarem de pegar os alimentos que estão sendo descartados pelos sacolões, essas coisas, que a gente pensou nessa proposta aí de ver se ainda conseguiria algum recurso do Fundo de Erradicação da Miséria, do FEM, para a população mais vulnerável. Então, para situar essa proposta, alguns Conselheiros não participaram da discussão nas comissões ontem, pontuando, deixando bem claro que são coisas diferentes. Assim, uma coisa é o que a Comissão de Normas está analisando, e outra coisa é essa proposta. Mas quando a gente coloca estudo de viabilidade financeira, às vezes quem não participou da discussão pode ficar um pouco sem entender. Nada mais é do que enviar um ofício para a SEDESE solicitando uma informação a mais sobre os valores, e isso vai agregar tanto para a Comissão de Normas, quanto para a Comissão de Financiamento, para o CEAS como um todo para entender o panorama financeiro. O CEAS recebeu um ofício recente na semana passada, da SEDESE, com informações do termo lá com o Ministério Público, o plano de trabalho que foi apresentado. Então, só para agregar mais informações, o Bolsa Merenda, o valor global do contrato é de 74 milhões. E aí o Ministério Público está aportando R\$ 30.800.000,00. A Merenda Escolar, no ofício, está que seria R\$ 30,00 aproximadamente, para 385 mil alunos. Então, calculando por alto, daria na faixa de 11.5 milhões. Então, o FEM, o que foi, o que teria sido utilizado do FEM estaria aí na ordem de 30 milhões. E aí, considerando que a lei 23.632, ela autoriza abertura de crédito suplementar com recursos provenientes do superávit do FEM, do Fundo de Erradicação da Miséria, teoricamente a gente poderia ter em torno ainda de 34 milhões. Então, resumidamente, qual que é a proposta de encaminhamento? Enviar um ofício para a SEDESE solicitando informação de qual, dentro desse valor global de 74 milhões, quanto está sendo pago pelo MP, na verdade, a SEDESE já informou, 30.800.000. Qual o valor que está sendo utilizado da merenda escolar. Se esse cálculo meu aí está certo, se é na faixa de 11 milhões mesmo, ou não, e qual que é o valor que está sendo utilizado do FEM. Porque, vamos supor, se a SEDESE fala assim para a gente: “Ah, a gente está utilizando aí 40 milhões do FEM”, aí é a discussão futura para ser levada para a Comissão de Normas, novamente para o CEAS. Se a SEDESE estiver utilizando só 40 milhões, por exemplo, do FEM, a autorização é para abertura de crédito suplementar de 64 milhões, então ainda teria 24 milhões? Aí a gente vai para um outro nível de conversa com base nessa informação de valores. “Ah, com esses 24 milhões daria para poder fazer auxílio emergencial para X coisas?”, aí que a gente vai para uma outra discussão. Mas, então, só deixando bem claro essa proposta, que não esbarra, não coincide com o que a Comissão de Normas já está fazendo. A proposta é: solicitar informação dos valores do Fundo de Erradicação da Miséria, do

FEM, dentro dos 64 milhões, quanto de fato está sendo utilizado para pagamento do Bolsa Merenda. Eu espero ter sido clara, assim, desculpem se me alonguei. Obrigada. **CONSELHEIRO CRISTIANO:** Pessoal, parece que a ligação do Jaime acabou caindo, ele colocou no chat lá. Acho que o próximo inscrito, não sei se é a Conselheira Patrícia. **CONSELHEIRA PATRÍCIA:** Isso, agora eu estou vendo, ele falou que caiu a ligação, eu vi que ficou calado aqui, eu fiquei até pensando se vocês estavam me escutando. Então, o próximo inscrito é o Conselheiro Hugo. **CONSELHEIRO ANTÔNIO HUGO:** Então, eu só, ontem eu havia até falado, até gostei, porque eu não estava entendendo como que a Patrícia estava colocando, e lembro que eu até falei que gostei muito depois que a Sandra falou consegui entender. E diante disso, eu não só reforço essa proposta da Patrícia, tá? E comungando com as ideias, com a palavra da Sandra ontem, eu percebi e vejo que, assim, ao a gente encaminhar essa proposta para a comissão, somente em setembro que a gente vai ter condições de estar falando alguma coisa. Aí vai atrapalhar muito, porque as pessoas que estão necessitando desse auxílio, elas não podem ficar esperando. Quem tem fome, tem pressa. Então, diante disso, eu quero poder contar com a sensibilidade de todos os Conselheiros, uma vez que a proposta não é conflitante com a que a Comissão está realizando, o trabalho da comissão, que a gente aprova essa proposta da Patrícia, até mesmo para a gente poder estar de fato verdadeiramente atendendo a quem mais necessita da Assistência Social. É só isso que eu tinha para falar. **PRESIDENTE:** Acho que agora consegui retornar. Conselheira Sandra, por gentileza. Eu acho que é. Pela ordem, Conselheiro Hugo e agora Conselheira Sandra, por gentileza. **CONSELHEIRA SANDRA:** Boa tarde. Então, a solicitação de inscrição é somente para referendar essa proposta da Patrícia, e em uma sequência penso que talvez posterior, pensarmos juntos de como solicitar o estado, ou o Jaime solicitar direto ao estado, realmente as ações que estão sendo feitas para, principalmente, para a população em situação de extrema pobreza. Coloco isso por quê? O Bolsa Merenda, ele não atinge toda essa população. O Cadastro Único, a gente consegue fazer esse recorte dessas famílias, e o Bolsa Merenda do estado, ele não consegue atingir todo mundo. Nós aqui fizemos uma distribuição de cesta para, juntamente com a Educação, para os meninos da rede municipal, e a gente também percebeu que não atingiu toda essa população, e aí nós temos um público, que é esse pessoal, que é esse público da extrema pobreza e que a gente, às vezes a gente não consegue atingir. E aí, os equipamentos, na verdade, os CRAS lá na ponta, eles trazem essas informações para a gente, porque o profissional, ele tem esse contato com essas famílias, ele sabe quem são essas pessoas. Então, eu penso que no momento a gente tem também que estar de uma certa forma, assim, cobrando também do estado essa sua contrapartida nesse processo. Porque, assim, o governo federal, de uma certa forma, tem feito, os municípios mesmo com todas as dificuldades – eu não estou dizendo que só município tem dificuldade, o estado também com certeza tem, mas muitos municípios a arrecadação caiu mais de 50%, mas também mesmo com as arrecadações caindo e tudo, nós temos que pensar, porque quem tem que pensar política pública, e essa questão da segurança alimentar, ela tem que ser encarada de uma forma, uma política pública, e não como um favor para a população. É o Estado. É o Estado, é o município, e, enquanto governo federal. Então eu penso que a gente precisa realmente fazer essa discussão e, para mim, essa discussão, ela é urgente. Porque o quadro que se desenha hoje é: muitas pessoas desempregadas. Essa situação, ela vai agravar depois que esse Auxílio Emergencial posto pelo governo federal, ele extinguir. E depois também que as pessoas que têm direito à seguro

desemprego também, começar também ao seguro desemprego acabar. E aí? Isso quem tem direito a isso. Porque nós temos uma população que é uma população invisível. E que não tem acesso, não tem como acessar esses benefícios. Então é isso, muito obrigada. **PRESIDENTE:** Ok, Conselheira Sandra. Não havendo mais inscrições, eu retornaria à Secretária Executiva que está fazendo uma...

CONSELHEIRA PATRÍCIA: Presidente... **PRESIDENTE:** Eu sei que ela está fazendo a edição de uma... Oi? Quem está falando? **CONSELHEIRA PATRÍCIA:** Eu não me inscrevi, mas é só para prestar um auxílio para a Consolação, porque ela me perguntou aqui no chat se mudou a redação da proposta. Aí eu não sei se ela visualizou, que eu respondi que eu entendo que o estudo da viabilidade financeira é nesse sentido, "Sobrou recurso do FEM para auxílio emergencial?" Aí eu postei uma proposta de redação para ver se atende, não sei se ela viu, porque de repente não precisa digitar, pode ser que utilize um pouco essa proposta de redação que eu digitei no chat, que talvez a Consolação não tenha visto. **PRESIDENTE:** Ah, sim, ah sim. **CONSOLAÇÃO:** Eu estou tentando digitar essa proposta aqui para todo mundo ver. Aí não sei se seria isso ou só ler no chat mesmo. Aí vocês que sabem. **CONSELHEIRA PATRÍCIA:** Eu posso te mandar no Zap, porque aqui corta. Se você quiser, eu mando no Zap, para você copiar e colar. **CONSOLAÇÃO:** Ok. E Presidente, o Hugo está pedindo aqui no chat a substituição, eu coloquei a proposta dele aqui, porque isso já está na lei, aí ele está pedindo uma alteração de nome, eu coloquei como uma das propostas também que saíram aqui da plenária para ver se entra no todo da deliberação. **PRESIDENTE:** O Conselheiro Hugo pediu inscrição. Por gentileza, Conselheiro. **CONSELHEIRO ANTÔNIO HUGO:** A Consolação já explicou, é que eu não vi aqui, tá? Aí por isso que eu estou vendo agora que está aqui inserido, aí pode deixar. Era isso que eu iria estar lembrando. **PRESIDENTE:** Ok, Conselheiro. Obrigado pela participação. Já consegui, vocês estão concluindo ainda, não é? **CONSOLAÇÃO:** Eu vou demorar um pouquinho, Presidente. Aí eu não sei se ia aguardar ou ia votando os demais itens, aguardando essa proposta, para depois, só enquanto eu consigo... Porque ela me mandou, vou mandar por e-mail e salvar aqui, porque eu estou projetando do computador. **PRESIDENTE:** Ok. Enquanto a Consolação já recebeu a minuta da proposta, eu não sei se a Gabriele, ela gostaria de minutar também, que seriam as duas propostas que seriam então encaminhadas. Poderias fazer isso também, Gabriele? Por gentileza. **CONSELHEIRA GABRIELE:** Já tinha um texto aí. **PRESIDENTE:** Tem uma solicitação também do Lucas, do Conselheiro Lucas. Então, é que tem muito texto agora. Tem muitos textos ali, precisa fazer uma compilação então dos textos válidos, o que vai ser para poder ser apurado. **CONSOLAÇÃO:** Vou colocar em amarelo. **PRESIDENTE:** Tem uma inscrição, inscrição não, uma sugestão – poderia ser assim, Lucas? – que gostaria de ouvir a Cláudia sobre essa perspectiva de orçamento, enquanto a Consolação proporciona os ajustes. Não sei se a Conselheira Cláudia gostaria de se manifestar ou...

CONSELHEIRA CLÁUDIA FALABELLA: Estou aqui. Bom, Jaime, aí é uma questão muito... **PRESIDENTE:** Ou pode ser que a matéria às vezes... **CONSELHEIRA CLÁUDIA FALABELLA:** É, eu acho que, na minha opinião, eu concordo com a avaliação da Comissão de Normas primeiro. Mesmo porque essa questão de sobra, até para a gente tentar alguma coisa a gente tem que ter fundamento, e as coisas, como estão sendo colocadas, conta disso, conta daquilo, para mim não ficou muito claro, até mesmo para servir de orientação para a gente tomar uma decisão e fazer uma análise. Se essa for a decisão mesmo, a gente vai ver o que vai fazer. Mas, até para fazer uma análise de viabilidade financeira, a gente tem que ter coisas concretas. Então eu acho que a contribuição da Comissão de

Normas na leitura e na análise da lei vai fortalecer muito até mesmo para a gente tomar essa decisão de partir para uma negociação financeira, porque a gente ainda não pode se dizer de sobra de um recurso que chegou com uma finalidade e essa finalidade ainda está andando. A questão do Bolsa Merenda não acabou, a gente não sabe por quanto tempo que ela vai perdurar, então a gente não tem como. Mas, assim, uma coisa bem fundamentada e bem esclarecida, serve de base para a gente tentar fazer, olhar essa viabilidade financeira. Então mesmo é um ofício bem fundamentado, é muito importante para essa tomada de decisão e essa análise. **CONSELHEIRO LUCAS:** Presidente, eu fiz esse pedido para a Cláudia, porque a gente sabe que orçamento é bem mais complicado. Como diz o outro, o buraco é mais embaixo. Então, essa questão de, como foi um crédito especial para algo que não havia previsão na lei orçamentária, eu acho que o buraco é mais embaixo ainda. Então, a minha preocupação está nesse sentido, de como que a gente...? Porque a gente está fazendo um cálculo agora, de um programa que ainda está ativo, como você mesmo trouxe, Cláudia, e a gente não sabe nem se vai ter recurso também para poder executar, por qual período a gente vai precisar executar esse programa. Então acho que falar de sobra de valores, eu acho que é um pouquinho arriscado. É nesse sentido, por isso que eu pedi a sua contribuição, Cláudia. **CONSELHEIRA CLÁUDIA FALABELLA:** Mas é bem pertinente mesmo. Até então não existe sobra porque o programa está correndo, ainda tem previsões de atendimento, a gente não sabe quanto tempo vai demorar essa situação. E ainda com cenário de restrição, onde está tendo um esforço enorme para conseguir atender a quem necessita. Então é bem prudente mesmo essa colocação sua de a gente... Por isso que eu acho importante a análise da Comissão, mas já aguardando isso mesmo, até mesmo para ter umas coisas mais concretas para a gente partir para essa análise. **CONSELHEIRO LUCAS:** Porque, por exemplo, se a gente pede uma informação da SEDESE de quanto que já foi gasto até o momento, e a gente propõe que o restante que ainda tem para poder ser utilizado nesse programa, seja utilizado de outra forma, a gente está desassistindo de um lado. **CONSELHEIRA CLÁUDIA FALABELLA:** É porque não acabou ainda. Nem o que se propôs ainda não foi concluído, não é? **CONSELHEIRO LUCAS:** É. Ou seja, a gente tampa a cabeça e descobre o pé. É. Me veio isso aqui agora, sabe? Então, eu tenho... Vamos ver as outras contribuições também dos outros Conselheiros, o quê que a gente... **CONSELHEIRA CLÁUDIA FALABELLA:** Uhum, entendo. **PRESIDENTE:** Eu só gostaria de resgatar, assim, que essa proposta não é a única, existem os tópicos acima, que a Consolação já passou. Eu não sei, como existe esse ponto só para poder ser apreciado, a gente considera os demais já vencidos, ou, por encaminhamentos individuais também? **CONSOLAÇÃO:** Sugiro em bloco mesmo, Presidente, considerando que não houve destaque para os demais, apenas uma inclusão aqui de mais um do Conselheiro Hugo. Então poderia ser em bloco esses demais, e a gente vota em especial esse tópico 6. **CONSELHEIRA GABRIELE:** Consolação, só quanto à proposta 2, estava escrito aí na súmula de ontem, conforme deliberação da 192ª Plenária. Então, só esclarecer isso, assim, a gente só quer continuar uma deliberação de plenária que já foi realizada. **PRESIDENTE:** Bom, então, seriam as duas propostas. Seria, pode subir só um pouquinho, Consolação? A primeira proposta seria, agora correu demais. **CONSOLAÇÃO:** Quer que eu leia as outras? É porquê eu não estou entendendo o encaminhamento, Presidente. **PRESIDENTE:** As outras, é porque é como você falou, em bloco seria se todos já tivessem sido, se todas já tivessem sido vencidas. Como tem esse ponto aqui para deliberação, então nós temos que sanar esse para, em bloco, votar então. **CONSELHEIRA**

PATRÍCIA: Presidente, questão de ordem. Presidente, me desculpa, questão de ordem. É que o Conselheiro Hugo havia se inscrito no chat e aí a palavra foi passada para o Lucas e para a Cláudia, e aí ele está perguntando aqui no chat onde estão as inscrições das falas. **CONSELHEIRO ANTÔNIO HUGO:** Não, agora já perdi até o raciocínio. **PRESIDENTE:** Estou pegando a lista exata. Até estou girando aqui. Obrigado, Conselheira Patrícia. Desculpa, Conselheiro Hugo. Por gentileza, pode... **CONSELHEIRO ANTÔNIO HUGO:** Eu já perdi até o raciocínio, porque ficou falando Lucas e a Sandra, aí eu não entendi muito bem, porque a gente tem que seguir a inscrição. Aí deixa a Consolação estar falando aí, vamos ver. Se acontecer mais alguma que vier na minha mente, eu falo. **PRESIDENTE:** Ok, Conselheiro Hugo. Obrigado e desculpa por não ter conseguido perceber ali, de estar olhando a tela. Mas tem mais algum inscrito? Não. Bom, então a proposta de encaminhamento desse tópico 6 seriam as duas. A primeira proposta, eu posso ler, eu vou ler as propostas então. “Considerando a deliberação da presente plenária” – provavelmente seja. – “do Conselho Estadual da Assistência Social, solicita-se que a SEDESE envie a este Conselho informações sobre a viabilidade financeira de concessão de auxílio emergencial a ser destinado para pessoas em situação de vulnerabilidade, em conformidade com a lei estadual 23.632, considerando que a referida lei autoriza abertura de crédito suplementar de até 64 milhões para o auxílio emergencial, com recurso proveniente do superávit do Fundo de Erradicação da Miséria (FEM). Conforme consta nos ofícios e informações prestadas pela SEDESE, o Bolsa Merenda é executado com recurso proveniente do Ministério Público, Merenda Escolar e FEM. Dessa forma, solicita-se informação de qual valor do FEM foi utilizado (ou qual o montante está previsto para ser utilizado) para pagamento do Bolsa Merenda, e qual montante de aporte de recurso proveniente da Merenda Escolar.” A segunda proposta seria: “Encaminhar essas informações à Comissão de Normas para somar à análise que estão fazendo da lei, conforme deliberação.” Eu acho que também temos que mencionar lá a mesma lei, não é Consolação? “Conforme deliberação da 252ª Plenária Ordinária, continuação da discussão na Comissão, antes dos encaminhamentos externos.” A Consolação está concluindo ali. **CONSOLAÇÃO:** Não, foi só uma palavra, Presidente. A importância da continuação da discussão na Comissão antes dos encaminhamentos externos, que faltou isso. **PRESIDENTE:** Importância da, falta um “da”. Da continuação... “Importância da continuação da discussão na Comissão antes dos encaminhamentos externos.” Então, eu, vamos então abrir então a tela de votação, aí eu proponho que se construa o tópico de deliberação. **CONSELHEIRO ANTÔNIO HUGO:** Não, Presidente, só, eu fiz inscrição aí. Por favor. **PRESIDENTE:** Conselheiro Hugo. **CONSELHEIRO ANTÔNIO HUGO:** Primeiro para poder separar aqui o primeiro do segundo, tá? Tem como separar, para a gente poder entender melhor? E a segunda colocação é que vem falando que, pelo que está no segundo, está falando que a Comissão não estudou. Foi uma proposta que foi traga ontem em reunião de Comissão. Nas comissões. Todas as comissões tiveram, participou da reunião, então eu não, se deixar que está, vai ficar parecendo que a comissão não teve acesso à proposta, e ela teve, tá? E continuo reforçando, a sensibilidade dos conselhos para a proposta 1, tá? Porque ela de fato, ela vai fazer com que nós, que a gente exerça de fato o nosso direito do Controle Social, uma vez que está solicitando informações à SEDESE de como foi gasto esse recurso até a presente data, tá? Era só isso que eu queria estar colocando. E aí o outro, eu já, eu concordo com a Consolação, que ela fala que vai votar separado o que eu propus. **PRESIDENTE:** Eu não sei se os Conselheiros estão devidamente orientados e estão com clareza. Ou

precisa ser construído uma inscrição melhor para alguma correção em alguma das propostas? Então vamos construir então na tela de votação o encaminhamento. Alguém pode exibir a tela da votação?

CONSELHEIRA GABRIELE: É porque está lento aqui o computador. **PRESIDENTE:** Ah, tá.

CONSELHEIRA GABRIELE: Está dando para ver? É porque a Consolação está fazendo o encaminhamento lá e aí eu estou projetando a planilha aqui. Então, se vocês puderem me ditar... A matéria é o encaminhamento 6? Encaminhamento de número 6? **CONSOLAÇÃO:** Proposta de número 6. E ela atende duas formas de encaminhamento da proposta. **CONSELHEIRA GABRIELE:** Nós vamos votar o encaminhamento qual primeiro? **CONSOLAÇÃO:** O primeiro. **CONSELHEIRA GABRIELE:** Encaminhamento 1. Quer que escreva aqui alguma coisa ou pode deixar só "encaminhamento 1"? **CONSOLAÇÃO:** Pode, se todo mundo concordar, acho que a gente pode resumir, encaminhamento 1 vai ser: "O envio de ofício à SEDESE." Porque a matéria em si, a gente falou que é a mesma, vai para a comissão ou para a SEDESE. Então o encaminhamento de ofício à SEDESE, que solicita as informações. E do 2 a gente fala: "Encaminhamento das informações à Comissão de Normas", se concordarem que a gente resuma. **PRESIDENTE:** Estão todos satisfeitos? Conselheiro Hugo pediu a inscrição. **CONSELHEIRO ANTÔNIO HUGO:** Não, é só deixar encaminhamento 1 e encaminhamento 2, que a pessoa já, para poder estar entendendo que vai estar ali a proposta na sua totalidade. **PRESIDENTE:** Conselheiro Hugo, posso até lhe responder, é que a gente, no momento que aprovar ou rejeitar a proposta 1, automaticamente a proposta 2, ela estará, ou vice-versa, estará aprovada. Então se for aprovado, até para ficar bem claro para os Conselheiros, para ficar bem à vontade, o encaminhamento de ofício à SEDESE, o ofício proposto pela Conselheira Patrícia, seria o encaminhamento de ofício à SEDESE, essa seria a proposta 1. Sendo rejeitado ou aprovado, vamos citar como exemplo, a situação que for realizada nessa votação, ela vai aprovar ou reprovar a proposta 2, que seria de encaminhamento do tema para a Comissão de Normas. Então, a aprovação do ofício como está proposto, encaminhamento para a SEDESE, não encaminhará o ofício para a Comissão de Normas, correto? Estão todos satisfeitos? **CONSELHEIRO ANTÔNIO HUGO:** Embora o Presidente esteja defendendo proposta, o encaminhamento, encaminhamento é a gente votar. **PRESIDENTE:** Não. Pelo contrário, Conselheiro Hugo. Não estou defendendo, até mesmo porque a proposta está sendo colocada tão qual foi colocada pela ordem. Eu acho que a gente tem até procurado não tencionar nem para um lado e nem para o outro, acho que é uma coisa que a gente leva com bastante seriedade para que a gente não venha a cometer nenhum problema. A Conselheira Patrícia, não sei se ela pediu alguma inscrição, ou não? **CONSELHEIRA PATRÍCIA:** Sim, sim. É porque picou um pouquinho no final da sua fala, eu fiquei um pouquinho sem entender. Porque essa proposta 1 é para solicitar informação para a SEDESE, mas aí poderia, a resposta poderia ir para a Comissão de Normas também, não sei se isso ficou claro. Não sei se era disso que você estava perguntando, entendeu? Porque eu fiquei sem entender, porque picou. **PRESIDENTE:** A aprovação do texto como foi proposto lá anterior seria o ofício, encaminhamento do ofício à SEDESE. E, naturalmente, a SEDESE responde, e aí os trâmites que o Conselho faz já não é... E a proposta 2 seria do encaminhamento da matéria diretamente para a Comissão de Normas, que já foi deliberado. Então, no momento que a gente colocar em votação, se for encaminhado o ofício à SEDESE, então se for aprovado vai ser encaminhado esse texto para a SEDESE. Se for reprovado, vai ser encaminhado esse mesmo conteúdo para a Comissão de Normas, para poder ser feita a discussão, para somar

junto com a Comissão de Normas. Poderia ser assim? Estão todos satisfeitos? **CONSELHEIRO ANTÔNIO HUGO:** Não, eu já havia defendido de que (áudio ruim) [06:26:14] é proposta 1 ou proposta 2, foi isso que eu havia colocado que seria o encaminhamento. Ninguém falou o contrário. Se não falou o contrário, eu entendo que está aprovado desse jeito. Eu acho que deveria ser encaminhado assim. **PRESIDENTE:** Sim, sim, é que a Conselheira Patrícia, ela fez uma fala ali. Mas então estamos satisfeitos? Podemos colocar então em regime de votação? Nesse momento então eu chamo o Conselheiro da SEDESE, o Jaime, o Jaime reprova. Conselheiro da SEDESE, Cristiano de Andrade? **CONSELHEIRO CRISTIANO:** Reprova. **PRESIDENTE:** Conselheira da Secretaria de Educação, Silvia Gracia Souza. Conselheira Silvia Gracia Souza? A suplente justificou sua ausência. Não sei se ela está presente na sala. **CONSOLAÇÃO:** Ela está presente na sala. **PRESIDENTE:** Quem está presente na sala é a Sílvia? A Rosalia, ela justificou sua ausência. **CONSELHEIRA SILVIA:** Gente, desculpa, é que está travando, a internet está ruim. Desculpa aqui. Também reprovo aí, tá? **PRESIDENTE:** Conselheiro representando a SEPLAG, Conselheiro João Victor Chaves. **CONSELHEIRO JOÃO VICTOR:** Reprova. **PRESIDENTE:** Representando a SES, a Cláudia Hermínia, ela não estava presente (áudio ruim) a Vilma? **CONSELHEIRA VILMA:** Vou me abster. **PRESIDENTE:** Pode repetir? **CONSELHEIRA VILMA:** Abstenção. **PRESIDENTE:** Abstenção. Representando a Secretaria da Fazenda, Geraldo Amarildo da Silva? **CONSELHEIRO GERALDO:** Reprovado. **PRESIDENTE:** Representando a Secretaria de Saúde, ah não, já foi. É que é muito pequenininho, gente. Eu estou quase dentro da tela. Representando a SEAPA, a Cynthia de Oliveira Gomes. **CONSELHEIRA CYNTHIA:** Opção 1 reprovada. **PRESIDENTE:** Representando o COGEMAS, Conselheira Ana Amélia, ela está ausente, e o representante do COGEMAS, o Conselheiro suplente, Aloísio Júnior? **CONSELHEIRO ALOÍSIO:** Pela aprovação, Presidente. **PRESIDENTE:** (Áudio ruim) não sei se ela conseguiu retornar. Não. Então eu passo para o Conselheiro suplente, Domingos Sávio de Araújo. **CONSELHEIRO DOMINGOS SÁVIO:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Representando o Conselho de Montes Claros, Conselheira Sandra Azevedo. **CONSELHEIRA SANDRA:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Representando o Fórum Municipal dos Usuários do SUAS de BH, Conselheira Anédia. **CONSELHEIRA ANÉDIA:** Pela aprovação, não é? Eu que fiz essa proposta e estou sem saber se eu falo sim ou não. Eu quero que aprove ela. Me ajuda aí. **PRESIDENTE:** É isso mesmo. **CONSELHEIRA ANÉDIA:** Fábio? Fábio, me ajuda aí. Tudo que eu atendo o menino, eu atendo lá, é aquilo que eu falei para vocês, eu perco alguma coisa. **CONSELHEIRA GABRIELE:** Eu registrei aprovação aqui, ó, que ela falou. **CONSELHEIRA ANÉDIA:** Tá bom. **PRESIDENTE:** Representando a Associação Quilombola de Suassuí e Pitangueiras, Conselheira Isaura. **CONSOLAÇÃO:** Ela não está na sala. Ela não está na sala. **PRESIDENTE:** Não está na sala? **CONSOLAÇÃO:** Não. **PRESIDENTE:** Então poderia chamar o Conselheiro do Movimento Nacional de População de Rua, Conselheiro Daniel. Conselheiro Daniel? Ele encontra-se na sala? **CONSOLAÇÃO:** Sim. **CONSELHEIRO ANTÔNIO HUGO:** Mas ele está com problema na internet dele, deve até ter colocado aqui, não é? **PRESIDENTE:** Alguém está conseguindo contato com ele, se ele está na sala? Eu vou passar então, já que ele está na sala, que ele pode também estar passando por alguma dificuldade de internet, vou passar então para o próximo, aí quando ele entrar, se ele conseguir entrar, ele até o final a gente registra, está certo? Representando a Federação das APAE's, a Natália, justificou sua ausência, e aí chamo a Agência

Adventista de Desenvolvimento de Recursos Assistenciais Sudeste Brasileira, Conselheira Dayane Alves. **CONSOLAÇÃO:** Ausente. **PRESIDENTE:** Ausente. Representando a Federação das Associações Sem Fins Econômicos de Minas Gerais, FASEMIG, a Conselheira Ariadna de Almeida Silva. Conselheira Ariadna de Almeida Silva? **CONSOLAÇÃO:** Ausente. **PRESIDENTE:** Representando à Cáritas Brasileira Regionais, Conselheiro Élerson da Silva? **CONSELHEIRO ÉLERSON:** Pela aprovação, Presidente. **PRESIDENTE:** Representando a União das Associações de Pirapora – UNAPIR – Conselheiro João Alves Crisóstomo? **CONSELHEIRO JOÃO CRISÓSTOMO:** Pela aprovação, Presidente. **PRESIDENTE:** Representando o Conselho Central de Curvelo, Conselheiro Lucas Silva? **CONSELHEIRO LUCAS:** Pela reprovação. **PRESIDENTE:** Representando o Conselho Regional de Serviço Social, CREAS, Conselheira Patrícia Gomes. **CONSELHEIRA PATRÍCIA:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Representando o Fórum Regional dos Trabalhadores do SUAS de Salinas, Conselheira Gabriela de Almeida Loiola. Gabriela se encontra aqui na sala? **CONSOLAÇÃO:** Está na sala. **CONSELHEIRA LUANDA:** A Gabriela falou aqui que está, o microfone dela não está abrindo, vou pedir ela para digitar no site a resposta, no chat. **CONSOLAÇÃO:** A Gabriela é pela aprovação, ela registrou aqui no chat. **PRESIDENTE:** Ok, pela aprovação. Representando o Conselho Municipal da Assistência Social de Campo Belo, Conselheiro Hermellis Campos justificou a ausência, e a vacância da indicação. Representando o Conselho Municipal de Assistência Social de Juiz de Fora, Conselheiro Antônio Hugo Bento. **CONSELHEIRO ANTÔNIO HUGO:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Ok. Podemos passar agora, bom, não sei se o Conselheiro Daniel voltou, senão, eu totalizo aí agora. Bom, então está ausente. Então, eu peço a totalização. Encerrado então o processo de votação, agora só para as totalizações. **CONSELHEIRA GABRIELE:** 8, não, desculpa, 9 votos, não é isso? Reprova, 7 votos, e uma abstenção. **CONSELHEIRO DANIEL:** Pronto, Jaime. É que meu celular estava travando. **PRESIDENTE:** Ah, sim, sim. Agora nós já encerramos, mas obrigado, Conselheiro Daniel. Finalizou então? Deixa-me só conferir. **CONSELHEIRA GABRIELE:** Quer que eu repita, Jaime? Foram 9 aprovações, 7 reprovações, uma abstenção. Então foi aprovado o encaminhamento 1. **PRESIDENTE:** Isso, aprovado o encaminhamento 1, certo? Agora voltamos então para o bloco da proposta. Que são aqueles tópicos ali. Então agora podemos fazer o encaminhamento em bloco. Eu vejo se a gente faz o encaminhamento em bloco ou faz votação novamente? Eu acho que pode ser feito o encaminhamento, não é? **CONSOLAÇÃO:** Eu acho que sim, parece que houve um consenso, fazer igual o Lucas, quem concorda, permaneça... **PRESIDENTE:** Podemos então levar para a questão do encaminhamento? **CONSELHEIRO LUCAS:** Presidente, antes de adentrar nessa outra votação de bloco, só uma dúvida mesmo, como esse ponto da questão do ofício saiu de dentro da reunião em conjunto das comissões, a construção do ofício também vai ser pelas comissões em reunião conjunta? Como que vai se dar a formulação desse ofício? **PRESIDENTE:** Eu gostaria também de... Como que será feito a construção. **CONSOLAÇÃO:** Posso esclarecer? **PRESIDENTE:** A Patrícia pediu uma inscrição. **CONSELHEIRA PATRÍCIA:** A sugestão é que utilize como base esse texto que já foi lido para aprovação, porque ele já tem todos os elementos, praticamente. **PRESIDENTE:** Consolação? **CONSOLAÇÃO:** Isso. Geralmente os ofícios que são deliberados em plenária, esses encaminhamentos, a Secretaria Executiva faz com toda a orientação que é dada, aí a gente já passa para o Presidente a assinatura e faz o encaminhamento, a gente encaminha, inclusive, com cópia para

a vice-Presidente. **PRESIDENTE:** Conselheiro Hugo? **CONSELHEIRO ANTÔNIO HUGO:** Então, Presidente, quando eu falei para poder, na hora da votação, a gente falar a proposta 1 ou a proposta 2, foi justamente sobre isso. Aí o corpo da proposta 1 já está ali. Tenho certeza, pela capacidade da Consolação, que ela vai pegar o texto aqui, vai transformar ele em um ofício para o senhor poder estar assinando para poder estar fazendo o encaminhamento. Os dizeres já estão aqui. **PRESIDENTE:** Ok, Conselheiro. Eu agora também me inscrevi como Conselheiro também. Eu sempre, durante toda a trajetória, não desmerecendo nenhuma pessoa, a capacidade de produção de ofícios ou não, mas um ofício, geralmente ele é construído e aprovado o teor do ofício. Eu, por toda questão até mesmo de respeito a cada própria individualidade, a construção, os tópicos quando são aprovados, eles são aprovados sem o teor. A matéria, ela é válida, o teor, a matéria discutida é importante, o teor da matéria, ela é o que transcreve toda a sensação ou tudo que se tenta demonstrar do que foi deliberado. Então eu digo sempre assim que eu sou uma pessoa bem, trabalho nisso já há bastante tempo, e a questão sempre do teor dos ofícios, eles são muito importantes a sua aprovação. Isso eu não falo porque eu estou hoje nessa condição como Presidente, eu falo para todos que vão ocupar, assim como muitos são Presidentes também de conselhos municipais, então também pode ter e terá outros Presidentes. Porque sempre se parte do princípio da questão de ter o ofício, de aprovar o ofício que está sendo escrito em nome da plenária. Então sempre levo muito a sério essa questão para que seja, assim, devidamente apreciado. Porque, afinal de contas, a plenária aprova o tema. O tema, sem discussão de tema, o tema já foi, agora, o teor, sempre ele deve ser, deve ter o conhecimento, deve ter o aval para que não venha a quem está ocupando hoje, mas a quem pode estar ocupando qualquer cargo mais adiante. Conselheira inscrita, Conselheira Gabriele. **CONSELHEIRA GABRIELE:** Oh Consolação, vou te pedir só para dar uma, só para a gente conseguir enxergar, porque agora a gente vai votar, ou a gente vai só decidir se encaminhamos o bloco inteiro das outras, dos outros encaminhamentos, não é isso? Aí é do 1 ao... Só a gente esclarecer quais os encaminhamentos que a gente está votando, que eu entendo que o único novo, na verdade, assim, foi discutido ontem, mas não estava na súmula, foi a questão que o Conselheiro Hugo trouxe. Sobre o nome do projeto. Aí a gente vai votar o 8 separado e do 1 ao 7 agora? Ou a gente vai votar do 1 ao 8? Só esse esclarecimento antes da gente encaminhar, se já não encaminhou, porque eu também fiquei um pouco perdida. **PRESIDENTE:** Conselheiro Hugo, por gentileza. **CONSELHEIRO ANTÔNIO HUGO:** Oh Presidente, nós ainda estamos falando em relação ao ofício, pelo menos pelo que o senhor estava colocando. É isso mesmo? Só para eu poder entender. Ou se já é para poder estar votando em bloco do 1 ao 6, e mais o 1 ao 7 e o 8º, do jeito que a Gabriele colocou. Porque se for como a Gabriele está colocando, no bloco, aí eu não tenho que falar nada. Agora, se for em relação ao ofício, eu só quero dizer que eu concordo plenamente com o que o senhor está colocando, só que o senhor precisa entender que nós estamos em uma reunião virtual, porque eu cansei de ver, a gente está debatendo aí no CEAS, nas nossas reuniões presenciais, a gente discute, aprova, aí a Consolação, com toda sua equipe, vai lá, elabora ofício, traz e mostra para a gente, você está entendendo? Hoje nós não temos condições, elas não têm condições de estar fazendo esse ofício para estar apresentando aqui para a gente aprovar. É por isso que eu estou colocando que, como já está aqui, a gente deliberar para que a Consolação faça em cima do que está aprovado nessa proposta 1, e encaminha para o senhor. Nós, enquanto sociedade civil, a gente está dando um voto de confiança a ela. O senhor está entendendo?

Eu acho que poderia ser desse jeito, e o teor está todo ele ali, e a gente está confiando no senhor também. Eu acho que o caminho é esse, tá bom? **PRESIDENTE:** Não, sem sombra de dúvida, Conselheiro. Da mesma forma como eu falei, que não é por estar aqui nessa situação, isso pode ser para qualquer Conselheiro que venha a ocupar. Então, passamos então, aqui só foi feita uma resposta, Conselheiro Hugo, porque o Conselheiro Lucas pediu essa informação na sua fala. Então, continuando então de onde paramos. A Secretária Executiva então vai fazer. Consolação faz o encaminhamento da Minuta. A proposta da Secretária, faz o encaminhamento da minuta e apresenta à Mesa Diretora para apreciação. Com relação aos blocos, acho que agora, deixa eu ver aqui, seria esse bloco dos encaminhamentos. Encaminhamentos dos ofícios. **CONSOLAÇÃO:** 1 ao 5, 7 e 8. **PRESIDENTE:** 1 ao 5, o 6 já foi, não é? **CONSOLAÇÃO:** Isto. **PRESIDENTE:** E pode tirar lá propostas. **CONSOLAÇÃO:** 1 ao 5. **PRESIDENTE:** Tirar aquela “propostas” ali. O ponto vai permanecer. Está certo. **CONSOLAÇÃO:** É por causa da memória, eu vou deixar como memória. **PRESIDENTE:** Seria então o encaminhamento em bloco. Tem uma inscrição do Daniel. Por gentileza, Daniel. **CONSELHEIRO DANIEL DA CRUZ:** Então, só para esclarecer, a Secretaria Executiva que se dará, que ela é responsável... Vocês estão me ouvindo? Vocês estão me ouvindo? **PRESIDENTE:** Sim, estamos sim. **CONSELHEIRO DANIEL:** Ah, tá. Então é só para deixar claro, porque não ficou um tanto claro. Eu sei que o ofício vai ser feito pela Secretaria, mas, assim, a pergunta do Lucas, ela foi bem assim positiva... **PRESIDENTE:** Está um pouquinho cortando, mas pode... **CONSELHEIRO DANIEL:** Oi? É porque está dando essa interferência, não sei o que está acontecendo. Estão me ouvindo melhor agora? **CONSELHEIRO DOMINGOS SÁVIO:** Eu estou te ouvindo bem. **CONSELHEIRO DANIEL:** Tá. Só para eu entender, a preparação do ofício, quando o Lucas pergunta é se será somente a Secretaria Executiva a fazer, ou as comissões também vão fazer os ofícios e estarem fazendo os seus encaminhamentos também? Essa é minha pergunta. Conseguiu me entender? **PRESIDENTE:** Conselheiro Lucas encaminhou isso, Daniel (inaudível). **CONSELHEIRO DANIEL:** É porque, assim, quando ele coloca se além da Secretaria Executiva, as comissões também estarão ficando responsáveis pelo envio dos ofícios também, e é isso que eu entendi quando na fala dele, entendeu? **CONSELHEIRO LUCAS:** Daniel, se me permite, Presidente, na verdade, a minha pergunta foi, porque na outra plenária a gente falou sobre um ofício para a Assembleia Legislativa, foi um pedido dentro da Comissão de Orçamento e a própria comissão discutiu esse ofício – não tenho certeza dos trâmites – mas acredito que tenha discutido esse ofício e tenha encaminhado diretamente. Então como foi algo que foi discutido entre todas as comissões em conjunto, é por isso que me veio a pergunta. Foi a primeira reunião em conjunto de todas as comissões e por isso que me veio a dúvida. **PRESIDENTE:** Ok. Conselheiro Sávio se inscreveu, por gentileza. **CONSELHEIRO DOMINGOS SÁVIO:** Pessoal, sobre esse assunto, a responsabilidade é da Diretoria do Conselho. Em que pese a maioria das vezes é o Secretário Executivo mesmo que rascunha ou que faz, mas ali antes de mandar o Presidente ou a Vice dão uma olhada nos ofícios, porque é muita responsabilidade. Quem tem a responsabilidade primeira, a responsabilidade política primeira pelo conselho. Então seria o Presidente e o vice-Presidente. Não quer dizer que eles vão fazer. A Secretária Executiva, ela tem, ela já faz isso há mais tempo, então, na verdade, é a diretoria, através do Presidente. A comissão, eu acredito que não, direto da comissão para alguma instância, somente a Assembleia Legislativa, não. **PRESIDENTE:** Conselheiro Hugo, por gentileza. **CONSELHEIRO ANTÔNIO HUGO:** Lucas e Daniel, o

regimento interno desses conselhos, eles são praticamente o mesmo. O Conselho Municipal aqui de Juiz de Fora, ele pegou uma cópia do conselho, do regimento interno do Conselho Estadual, para poder estar fazendo o seu. Naquela proposta, Lucas, nós deliberamos que o ofício seria feito junto da Secretaria e juntamente com a comissão. Hoje aqui nós só deliberamos para poder estar realizando, estar mandando a proposta do jeito que estava aqui no item 1, conforme foi aprovado a 1. Se fosse a 2, seria a 2. Aí o quê que nós fizemos? Nós já deliberamos para que a Secretaria Executiva elabore esse ofício dentro do teor que está aqui no item 1 e, posteriormente, antes de ser enviado, ela vai apresentar, me parece, que a Mesa Diretoria do Conselho Estadual está reunindo, ela vai apresentar isso à Mesa Diretora, o Presidente vai estar lendo. Eu, quando eu falei que o Presidente vai ler, que a gente confia nele, é força de expressão, mas ele e eu, que sou Presidente aqui de Juiz de Fora do conselho, nós sabemos que esses ofícios vão para essa Mesa Diretora, que ali tem sociedade civil e governo, onde vai ser lida, ela vai apresentar: "Olha aqui, foi feito o ofício tal qual foi solicitado dentro da proposta 1 que vocês solicitaram", o Presidente vai ler, as pessoas vão concordar e o Presidente vai assina e encaminha. Então hoje aqui não cabe comissão querer ajudar a Mesa Diretora a elaborar o ofício, porque não foi aprovado isso. O Sávio falou muito bem, tá? É isso que eu queria estar colocando. **CONSELHEIRO ÉLERSON:** Posso falar? Presidente? **CONSELHEIRO ANTÔNIO HUGO:** Eu já terminei. **PRESIDENTE:** Oi? Desculpa, eu estava falando com o microfone fechado. Seria, pela ordem seria a Consolação agora. Depois o Élerson. **CONSOLAÇÃO:** Só esclarecendo que o ofício é comum a Secretaria Executiva, então essa é a praxe nossa, responsável por todas as minutas, vocês recebem isso, algum tipo de análise prévia, técnica, de toda a matéria, a gente faz isso, já é o costume. E aí a gente encaminha, é lógico, tudo para a responsabilidade do conselho é do Presidente aqui, do que chega, sai, passa por ele. Nesse caso do ofício, quando ele sai da plenária, tem um texto mais robusto, a gente passa também por uma construção coletiva da Mesa Diretora. Então a gente está passando tudo e, assim que ela aprova, o encaminhamento quem dá é a Secretaria Executiva, ela que é a responsável por encaminhar, receber e encaminhar também as correspondências, ok? Há ofícios que são oriundos de comissão, quando a comissão se reúne especificamente, mas também vai ter esse trâmite: sai da comissão, passa pela Secretaria Executiva e passa para o Presidente para assinatura, e depois o encaminhamento volta à Secretaria Executiva. É isso, Presidente. **PRESIDENTE:** Ok. Conselheiro Élerson, por gentileza. **CONSELHEIRO ÉLERSON:** Não, não vou estender minha fala não, porque acho que já foi colocado pelos outros Conselheiros. Era só para reiterar isso mesmo, porque nós, o Conselheiro Hugo já salientou o quanto tem nos demandado essas reuniões virtuais. Porque elas se estendem, acontecem a todo tempo. Então se nós também tirarmos esses encaminhamentos dos ofícios deliberados serem construídos e também entrarem como pauta, eu acho que a gente vai estar fazendo trabalho duplicado. Na Comissão de Política, por exemplo, há muitos ofícios que precisam ser enviados por conta de denúncias e pedidos de esclarecimentos para conselhos municipais, e a Secretaria Executiva, juntamente com a presidência, faz. Então porque a gente não pode criar uma norma para um encaminhamento, para um fluxo, e não ter essa mesma norma para outros fluxos. Então se a gente começar, se a plenária deliberar que todo ofício tem que ser referendado posteriormente, todo ofício emanado pelo CEAS, das comissões, teria que passar por aqui. Eu acho que isso não é o caminho. **PRESIDENTE:** Conselheiro Sávio, tem inscrição? **CONSELHEIRO DOMINGOS SÁVIO:** Não, não me inscrevi não. Se foi, foi sem querer.

PRESIDENTE: Ok. Então, faremos então o encaminhamento em bloco? Só para poder...

CONSOLAÇÃO: Isso. **PRESIDENTE:** É isso? **CONSOLAÇÃO:** Isso. Proposta de 1 a 5, Presidente.

PRESIDENTE: São encaminhamentos sem precisar de... **CONSOLAÇÃO:** Encaminhamentos consensuados. Então a gente tem o número de 1 a 5. **PRESIDENTE:** Certo, proposta de 1 a 5.

CONSOLAÇÃO: Depois 7, e o 8, que foi incluído aqui. **PRESIDENTE:** A matéria do 8 precisa ser deliberada? **CONSOLAÇÃO:** Sim, está no bloco, porque não houve questionamento e nem destaque para as demais propostas, então por isso que apresentei, a não ser que alguém peça destaque e peça votação separada de alguma proposta. Por não concordar ou por ter algum acréscimo. Como não houve mais nenhum destaque em relação a elas, por isso que eu estou sugerindo o voto em bloco, porque não houve destaque. **PRESIDENTE:** Certo. Tem uma inscrição do Conselheiro Cristiano. Por gentileza, Cristiano. **CONSELHEIRO CRISTIANO:** Boa tarde, pessoal. Eu não entendi, esse ponto 8, mas, assim, eu entendi a fala do Hugo, entendi a proposta que ele está apresentando, mas eu não entendi, assim, qual que é a destinação, assim. Envio de ofício? É sugestão para que o governo faça uma análise para mudar, a possibilidade de mudar? Qual que é o encaminhamento? Não entendi. E aí, só lembrando que o nome do programa, assim como qualquer ação do executivo, a gente tem diferentes, por exemplo, a gente tem um programa governamental que chama "Rede Cuidar", e existe uma lei, inclusive, com o nome, então normalmente os governos, eles fazem isso, quando eles instituem um programa, se dá o nome, e aí ele passa a existir a partir disso. É só lembrando isso, que tem uma lei, inclusive, um decreto que trata disso, já com nome e tudo. Então não sei se... Eu entendi o argumento, o Daniel trouxe também algumas questões, mas eu não sei se, primeiro que eu não entendi qual que é o encaminhamento em relação ao nome, e o segundo é isso, que eu não sei se vale, assim, entendendo a importância do argumento que foi trazido, mas eu não sei se a gente, se isso é uma questão de a gente colocar aqui. Não sei. Bom, é isso. **PRESIDENTE:** Obrigado, Conselheiro Cristiano. A próxima inscrita seria a Conselheira Luanda. **CONSELHEIRA LUANDA:** Eu acho que até para a gente dar mais nitidez mesmo na proposta, e respondendo a perguntado Cristiano, eu faço uma sugestão, que é... **PRESIDENTE:** Conselheira Luanda, por gentileza. **CONSELHEIRA LUANDA:** Vocês me escutam? Escutam? **CONSOLAÇÃO:** Sim, perfeitamente. **CONSELHEIRA LUANDA:** Acho que é porque o Jaime repetiu meu nome. De a gente poder fazer uma recomendação, de colocar esses problemas que o Hugo pontuou, que o Daniel pontuou, do estigma, do preconceito, e que o CEAS recomenda uma alteração no nome, que a gente entende, não é Cristiano? A gente até fez essa discussão na Comissão de Política, o Hugo estava lá também, você explicou para a gente que muitos desses processos nem passou por vocês, mas que acho que, uma recomendação é possível de se fazer, a gente não tem poder para mudar nada nesse caso, mas uma recomendação acho que a gente pode fazer sim, não é? **CONSELHEIRO DANIEL:** O Jaime disse que a conexão dele caiu novamente. No caso, Patrícia, vice-Presidente. **PRESIDENTE:** Caiu novamente. **CONSELHEIRO DANIEL:** Jaime voltou. **PRESIDENTE:** Por gentileza, o Conselheiro Hugo. **CONSELHEIRO ANTÔNIO HUGO:** Luanda, muito obrigado. Oh Cristiano, você estava na Comissão de Política conduzindo quando eu levantei, pela primeira vez, essa minha discordância com essa nomenclatura, e na época eu já havia falado com você que as pessoas, elas são racistas, as pessoas são excludentes, que as pessoas discriminam, todos nós sabemos, só que ninguém assume. Uma administração, ela, quando não se pauta, faça na sua administração para poder combater esse tipo de

coisa, ela faz com a coisa mais natural da vida, você entendeu? Tanto é que nós, todo dia, quando levanta de nossa cama, quando a gente sai para rua, a gente sabe que iremos sofrer qualquer tipo de preconceito, discriminação, racismo, aquela coisa toda. Nós já estamos preparados. Não que nós gostamos, mas a gente sabe. E quem apanha, chora. Agora, quem bate, ele até esquece. Então quando eu trago, para poder estar tirando esse nome, trazer essa sugestão para trocar essa nomenclatura por outra, isso é uma coisa que cientificamente já está provado, que preconceito e discriminação isso mexe com a saúde das pessoas. Agora, você imagina eu colocar essa Bolsa Merenda no meio desses alunos que estão lá com seus 10, 11, 12 anos, no meio dos outros colegas que não têm acesso, que não necessita de ter acesso a esse Bolsa Merenda, do jeito que está? Então quando a gente coloca para poder estar tirando essa nomenclatura, é justamente pensando nisso, estou pensando nessas crianças, tá? Eu já estou querendo combater aquilo eu, quando criança, sofri, que os meus antepassados sofreram. E, claro, se a administração do Zema vai querer que tira ou que fica, são outros quinhentos, mas cabe a nós trazer essa indignação, a nossa discordância com esse tipo de coisa aqui dentro, porque aqui estamos todos nós aqui, e a democracia é isso. Então eu só estou trazendo para você porque nós já havíamos falado na Comissão de Política, por isso eu agradeço também, concordo com todas as suas falas, que você falou aqui, que você falou lá atrás, mas a gente traz essa preocupação para que todos possam estar refletindo e a gente até mostrar para o governo que tem que se repensar. Ainda fico mais indignado ainda e não podem me falar sobre lei que, infelizmente, as leis do Brasil é tudo feita de cima para baixo, ela não conversa com a base para saber se essa lei, como que vai sair essa lei. Se tivesse conversado com a base, dificilmente essa lei sairia. Tanto é que eu sempre pensei o seguinte: uma lei, antes de ela ser estadual, ela tem que passar pelos municípios, principalmente por nós estamos dentro do controle social, porque, e admiro, por isso que eu citei a Lei 12.288, que é o estatuto da igualdade racial, porque admira ter, se saiu mesmo lá da Secretaria de Educação, os professores encaminharem e deixar estar passando isso sem questionar a própria lei, porque nós sabemos que a lei tem que ser, a lei, ela engessa, ela está falando ali, mas ela não coloca que eu sou obrigado a usar “Bolsa Merenda”, isso eu tenho certeza que ela não manda eu usar isso. Isso cabe à administração. Daí que eu estou trazendo essa reflexão, tá bom? **CONSELHEIRA GABRIELE:** Ficou todo mundo mudo de novo. Sou eu agora? Presidente ou vice? **CONSELHEIRO DANIEL:** Com a fala, Gabriele. **CONSELHEIRA GABRIELE:** Obrigada, Daniel. Eu acho que, assim, só considerando tudo que o Hugo já trouxe ontem, trouxe hoje, Daniel também falou muito desse ponto, eu só, isso também que o Hugo falou agora, o decreto, ele não instituiu o ‘Bolsa Merenda’, esse termo. Então, o decreto, ele fala em benefício temporário, essa é a terminologia do decreto, e aí só, talvez a gente, começar de nós, a gente pode usar esse termo do decreto, a gente não precisa usar o nome do programa. Mas aí o encaminhamento, pelo que eu estou entendendo, é mudar a terminologia para “Apoio Estudantil”, ou recomendar que não se use mais o termo “Bolsa Merenda”, só para a gente fechar o encaminhamento e já votar o bloco. Mas aí esclarecendo que o decreto fala em “benefício temporário”. **CONSELHEIRO ANTÔNIO HUGO:** Posso falar ou tem alguém inscrito? **CONSELHEIRA PATRÍCIA:** Hugo, o Jaime está presente, ele está online, mas deve estar com algum problema. Não tem nenhum inscrito não, então, pode falar. **CONSELHEIRO ANTÔNIO HUGO:** Então, Gabriele, eu estava até vendo, lembrando aqui que, realmente, o decreto, ele não fala, ele fala realmente nesse benefício temporário. Eu, quando eu estou sugerindo que quando você traz,

você traz uma sugestão, que não adianta eu vir aqui falar que eu sou contra “Bolsa Família” e não apresentar nada, você está me entendendo? Aí por isso que eu dei a ideia, pensando em como que é feito na universidade federal, que é uma coisa pública, que eles não falam bolsa, eles falam “Apoio Estudantil”, por isso que eu trouxe. Mas, se quiser deixar esse benefício temporário, isso para mim não tem, não tem nada a ver. Eu só acho que a terminologia “Bolsa”. É que fica, assim, uma coisa muito discriminadora, isso aí vai cair, trazer estigma para essas crianças que estão na sua idade escolar e que a gente tem que combater isso, entendeu? Agora, eu acho que “Apoio Estudantil” seria melhor, entendeu? **CONSELHEIRA PATRÍCIA:** Obrigada, Hugo. Eu acredito que o Jaime tenha voltado, mas não sei se ele conseguiu visualizar o chat, que o Daniel se inscreveu. **CONSELHEIRO DANIEL:** Então, oh Gabriela, foi muito bacana a sua contemplação, nos contemplar com sua sabedoria de informar a lei, só que é uma coisa é o que a lei fala. E outra coisa é como os governantes fazem uso dessa lei para discriminar as famílias que estão necessitadas. E esse é o ponto que a gente está debatendo aqui, que não é, eu sei que alterar a lei é muito difícil, entende? E não existe nem brecha para criar uma resolução nesse caso. Mas, ao menos uma recomendação, enquanto Conselho Estadual de Assistência, falar: “Olha, a gente, enquanto Conselho, não achamos bacana o termo “Bolsa Merenda”, porque vocês vão estar colocando em situação vexatória a família que já está em vulnerabilidade, você vai estar falando para aquela família que ela é pobre, sendo que ela já vê isso cotidianamente no seu dia a dia”. Então o mínimo de dignidade à família, a dignidade pública, deve ser feito, deve ser priorizado. É esse o embate nosso aqui. Eu peço até desculpas, eu não sei se eu estou falando, se é isso mesmo que contempla, mas é o termo que é usado na lei, “Bolsa Merenda”, é você estar falando assim, vamos supor: “Daniel, você tem filho?”, “Tenho”, “Você está em situação de vulnerabilidade?”, “Sim”, “Você é pobre, né?”, você está jogando na minha cara uma coisa que eu já sei, entende? Mas, ao invés de trabalhar a dignidade da pessoa. Esse é o ponto. Agradeço. **PRESIDENTE:** Ok. Como hoje parece que está sendo aquele dia que todo mundo está tendo problemas, ninguém está fugindo disso, aqui caiu, travou, enfim. Só retomando, não sei se tem alguma pessoa inscrita. **CONSELHEIRA PATRÍCIA:** Não tem não, Presidente. **PRESIDENTE:** Não tem? Então tá. **CONSELHEIRA PATRÍCIA:** Não, não. **PRESIDENTE:** Então, foi vencido as discussões, em que ponto que ficou? **CONSELHEIRA PATRÍCIA:** Eu acredito que os Conselheiros já estejam esclarecidos e possamos caminhar para regime de votação, talvez colocar dois blocos, um de 1 a 7 e o outro o 8, que teve uma discussão maior. **PRESIDENTE:** Uhum. Do 1 ao 7. Seria em formato de votação também? Ou poderia ser no formato... **CONSELHEIRA PATRÍCIA:** Acredito que sim porque são deliberações. E geralmente passam por votação. A Consolação pode nos orientar melhor. **PRESIDENTE:** Por gentileza. **CONSOLAÇÃO:** Se tivéssemos presencialmente, aqueles que concordam a gente levantaria o crachá, alguma coisa assim. O Lucas sugeriu que alguns pontos que são mais consensuais, se eu estiver errada, Lucas, me corrija, poderia ser votado assim, que aqueles que concordam, permaneçam, porque se não há, se há um consenso, a gente ganha um tempo também na questão da votação. É uma sugestão. **PRESIDENTE:** Aí seria do ponto 1 ao 7, não é? **CONSELHEIRO LUCAS:** Na verdade, Presidente, seria de 1 ao 5, porque o 6 já foi vencido. Então, de 1 a 5 e 7. E aí o 8 separado. **PRESIDENTE:** Isso. Obrigado, Lucas. Obrigado. O 6 já foi vencido, isso mesmo. Então, encaminhamento? Então, se a plenária assim entender, a gente faz o encaminhamento então dessa forma, quem estiver contrário, que manifeste. Os que concordam,

permaneçam como estão. É difícil isso, Lucas e todos os colegas? É difícil isso, porque se fosse uma plenária presencial, todo mundo conseguiria parar e falar: “Olha, eu sou a favor”, e agora. Agora nós vamos ter que dar um tempinho para que se alguém, isso, exatamente, como o Lucas colocou bloco 1 ao 5, e o 7. Aí com destaque ao 8. Então, bloco 1 ao 5, e o 7, quem concorda com os encaminhamentos, permaneçam como estão. Os contrários, que não concordem, se manifestem no chat no próximo 1 minuto, pode ser? São 15:16, só para deixar tempo para todos poderem se manifestar. **CONSELHEIRO DANIEL:** Já encerrou 1 minuto, senhor Presidente. **PRESIDENTE:** Exato. Tu estás com o mesmo relógio que eu então, as horas estão as mesmas, 15:17, já ia começar a falar. Então está encaminhado o bloco 1 ao 7. Então, o bloco 8, o destaque do 8? O 8 então, a gente coloca então em regime de votação na nossa, na nossa tela. Seria isso que eu entendi. **CONSOLAÇÃO:** Isso. **PRESIDENTE:** Então poderemos chamar então a tela, Gabriele? **CONSELHEIRA GABRIELE:** É que a Consolação precisa parar de apresentar para eu conseguir apresentar, gente. Só 1 minutinho, por isso que demora. **CONSELHEIRO DANIEL:** Isso que é trabalho da SEDESE, viu? **PRESIDENTE:** É. **CONSELHEIRA GABRIELE:** A gente fica revezando, não é Consolação? **CONSOLAÇÃO:** Equipe. **CONSELHEIRA GABRIELE:** Só 1 minuto. Deixa-me ver, está em branco aqui. **CONSELHEIRO DANIEL:** Vocês me permitem só uma pergunta antes? **CONSELHEIRA GABRIELE SILVA:** 1 ao 5... **CONSOLAÇÃO:** Não, aí é só o 8, Gabriele. **CONSELHEIRA GABRIELE:** Quer começar? Quer que eu digite aqui alguma coisa? Só encaminhamento 8 já dá para entender o quê que é, não é? **CONSOLAÇÃO:** Sim. **CONSELHEIRA GABRIELE:** Pode ir aí. Presidente está na sala? **CONSELHEIRA PATRÍCIA:** O Jaime, eu acredito que ele tenha caído, porque está só com o nome dele aqui. Então vamos colocar a proposta 8 em regime de votação. Gabriele, esclarece para mim se ficou a alteração, é uma recomendação, se ficou alteração para “Apoio Estudantil” ou se ficou para “Benefício Emergencial”. Enquanto você esclarece, o Jaime está tentando voltar. **CONSELHEIRA GABRIELE:** Na verdade, eu não consigo... **CONSOLAÇÃO:** Posso ler aqui como ficou a redação? **CONSELHEIRA GABRIELE:** Melhor, melhor, porque eu não consigo sair dessa tela agora. **CONSOLAÇÃO:** Ficou assim: “Envio de ofício recomendando alteração do nome de ‘Bolsa Merenda’ para ‘Apoio Estudantil’, considerando a conotação de preconceito gerado pelo nome.”, tá? Porque o decreto já fala do benefício, como é o nome que está sendo utilizado, que foi bem colocado, todo mundo já falou, então esse nome para pegar como Bolsa Merenda, então seria “Apoio Estudantil”. **CONSELHEIRA GABRIELE:** Recomendando? **CONSOLAÇÃO:** Recomendando. Recomendando. **CONSELHEIRA PATRÍCIA:** Obrigada, Consolação. O Presidente, me parece que ele não conseguiu retornar. Ah, conseguiu retornar agora. Presidente, esclarecimento já foi dado pela Consolação, que seria uma recomendação de alterar o nome de “Bolsa Merenda” para “Apoio Emergencial”, não, “Apoio Estudantil”, a Gabriele está digitando ali agora. Então acho que já seja possível abrir regime de votação. **CONSELHEIRO DANIEL:** O Jaime está mudo, é porque ele está aceitando. **PRESIDENTE:** Não, calma, calma. Eu esperei o senhor voltar, Doutor Daniel. Acontece o mudo de todo mundo. Em regime de votação. Desculpe, Conselheiros. Em regime de votação. Representando a SEDESE, Jaime, reprova. Representando a segunda cadeira da SEDESE, Cristiano de Andrade? **CONSELHEIRO CRISTIANO:** Reprovo. **PRESIDENTE:** Representando a Secretaria de Educação, Silvia Souza? **CONSELHEIRA SILVIA:** Abstenho. **PRESIDENTE:** Representando a SEPLAG, João Victor. **CONSELHEIRO JOÃO VICTOR:** Reprova. **PRESIDENTE:** Representando a Secretaria de

Saúde, Cláudia Hermínia Silva? A suplente seria a Vilma Silva de Sá. **CONSELHEIRA VILMA:** (Inaudível). **PRESIDENTE:** Pela reprovação. **CONSELHEIRA VILMA:** Não, não... **PRESIDENTE:** Oi? Eu não entendi. Aprovação ou reprovação? **CONSELHEIRA VILMA:** É pela aprovação do envio. **PRESIDENTE:** Tá. Representando a Secretaria da Fazenda, Geraldo. **CONSELHEIRO GERALDO:** Reprovo. **PRESIDENTE:** Representando a SEAPA, Cynthia de Oliveira Gomes. **CONSELHEIRA CYNTHIA:** Reprovo. **PRESIDENTE:** Representando o COGEMAS, Ana Amélia não se encontra presente. Conselheiro Aloísio, por gentileza? **CONSELHEIRO ALOÍSIO:** Pela aprovação, Presidente, e reforço aí a grande e valiosa contribuição do Hugo, foi muito importante o que ele trouxe aqui para o conselho. **PRESIDENTE:** Ok. Representando o Conselho Municipal de Assistência Social de Novo Oriente de Minas, a Conselheira Haiandra, ela não se encontra, não é? **CONSOLAÇÃO:** Não. **PRESIDENTE:** Não. Então, o próximo seria representando o Conselho Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte, Conselheiro Domingos Araújo. **CONSELHEIRO DOMINGOS SÁVIO:** Aprovo, aprovo. **PRESIDENTE:** Representando o Conselho Municipal de Assistência Social de Montes Claros, Conselheira Sandra Azevedo. **CONSELHEIRA SANDRA:** Aprovo. **PRESIDENTE:** Representando o Fórum Municipal dos Usuários do SUAS BH, Conselheira Anédia Farias. **CONSELHEIRA ANÉDIA:** Aprovo. **PRESIDENTE:** Representando o Fórum Municipal, calma aí, representando a Associação Quilombola do Suassuí e Pitangueiras, Conselheira Isaura Lopes. **CONSELHEIRA ISAURA:** Pela aprovação. Representando, já vou passar, a justificativa da cadeira das APAE's de ausência, representando a Agência Adventista de Desenvolvimento de Recursos Assistenciais Sudeste Brasileira, Conselheira Dayane Arantes Castro Alves? **CONSOLAÇÃO:** Ela está ausente. **PRESIDENTE:** Está ausente. Representando a Federação das Associações sem Fins Econômicos de Minas, Conselheira Ariadna Silva? **CONSOLAÇÃO:** Ausente. **PRESIDENTE:** Ausente. Como suplente, representante da Cáritas Brasileira Regional, Conselheiro Éleron da Silva? **CONSELHEIRO ÉLERSON:** Pela aprovação, Presidente. **PRESIDENTE:** Representando a União das Associações de Pirapora, UNAPIR, Conselheiro João Alves Crisóstomo? **CONSELHEIRO JOÃO CRISÓSTOMO:** Pela aprovação, Presidente. **PRESIDENTE:** Representando o Conselho Central de Curvelo, Conselheiro Lucas Silva? **CONSELHEIRO LUCAS:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Representando o Conselho Regional de Serviço Social, CRESS, Patrícia Carvalho Gomes. **CONSELHEIRA PATRÍCIA:** Parabenizo a excelente proposta, a contribuição do Conselheiro Hugo, e voto pela aprovação. **PRESIDENTE:** Representando o Fórum Regional dos Trabalhadores do SUAS de Salinas, Conselheira Gabriela Loiola. Ela está na sala? Ela estava com dificuldade na outra votação também. **CONSOLAÇÃO:** Ela está na sala, vou ver se ela vai colocar no chat. **PRESIDENTE:** Conseguiu contato com ela? Bom, eu continuo então. Se até o final da votação ela conseguir entrar, ou ela já é a última? Deixa-me só verificar. Pode descer um pouquinho, Gabriele, por gentileza? Tem mais. Então a gente continua. Ele votou, parece que ele esteve aqui. **CONSELHEIRA PATRÍCIA:** O Hermellis não participou da reunião hoje não, não tem nenhum voto não. **CONSOLAÇÃO:** Ele chegou agora, estou vendo que ele entrou. **PRESIDENTE:** Eu vi o Conselheiro Hermellis. Bem-vindo, Conselheiro. Que bom que conseguiu estar presente. **CONSELHEIRA PATRÍCIA:** Desculpa, Hermellis. **PRESIDENTE:** Eu me lembro que eu vi que entrou, agora estava procurando, mas, então, bem-vindo novamente, Hermellis, é sempre um prazer estar aqui presente na plenária. Então, já passo ao Conselheiro, representando o Conselho Municipal de Campo Belo, Conselheiro Hermellis Campos. **CONSELHEIRO**

HERMELLIS: Obrigado aí, Presidente. Infelizmente não pude estar desde o começo, por isso eu vou abster o meu voto, tá? **PRESIDENTE:** Ok, obrigado Conselheiro. Representando o Conselho Municipal de Juiz de Fora, Conselheiro Antônio Hugo Bento. **CONSELHEIRO ANTÔNIO HUGO:** Aprovo. **PRESIDENTE:** Ok. Agora a Gabriele conseguiu voltar? **CONSELHEIRA GABRIELE:** Gabriela. **PRESIDENTE:** Gabriela. Isso, desculpa, Gabriele. Gabriele é você. Gabriela. A representante suplente da Gabriela, Denise Vilela Silva, ela se encontra? **CONSOLAÇÃO:** Não. **PRESIDENTE:** Não? **CONSOLAÇÃO:** Não. **PRESIDENTE:** Então nenhuma das duas presentes. Então, pode encerrar então a votação, pode passar o resultado, seria 11 votos aprova, 5 votos, reprova e duas abstenções, correto? Então o bloco 8, envio de ofício recomendando a substituição. De imediato então, os encaminhamentos foram todos vencidos, dessa pauta, que foi incluída pela Conselheira Anédia, todos os pontos foram devidamente. Então eu vou acatar as sugestões, que a gente faça um pequeno intervalo. Eu vou pedir um pouquinho mais de... **CONSELHEIRO DANIEL:** Presidente, eu solicitei uma inscrição no final da votação, para uma coisa que eu acho que é de importância de a gente poder tratar. **PRESIDENTE:** Certo. Nós vamos fazer um pequeno intervalo para todo mundo poder ir para o banheiro, mas pode falar se for o caso. **CONSELHEIRO DANIEL:** É que é o seguinte, no regimento interno do Conselho Estadual de Assistência fala a respeito das faltas, e da possibilidade, se o Conselheiro não participar de um certo quantitativo das reuniões de plenária, que ele deixaria o espaço. **PRESIDENTE:** Sim, sim. **CONSELHEIRO DANIEL:** Aí eu gostaria de saber, seguindo o regimento interno, nessa nossa plenária virtual, se isso adequa também, porque a gente tem, eu tenho notado várias vacâncias, várias faltas gradativas de representantes. **PRESIDENTE:** Certo. É pertinente sim a tua colocação, é bem pertinente, eu acho que é uma questão até de a Secretaria Executiva, os colegas da Secretaria, fazerem um levantamento desse ano da frequência, para que a gente possa ter o atendimento do regimento. Obrigado, Daniel, pelas tuas colocações, pelas tuas considerações. Então fazemos um intervalo de 10 minutinhos, pode ser? 10 ou 15 minutinhos. É importante esses 15 minutinhos. Então tá. Às 15:45 retornamos então, está bem? Obrigado e até mais. **PRESIDENTE:** Retornando, tudo bem, tudo bem? Vamos lá então para o segundo ponto. Nem é o segundo ponto, relator por gentileza, é a comissão. **CONSOLAÇÃO:** Agora o retorno do calendário. É, esse aqui. **PRESIDENTE:** Isso. Retornando do calendário de reuniões do CEAS, datas já aprovadas pelo Conselho. O ponto em colocação surgiu Consolação se quiser me ajudar. Então o ponto surgiu em uma última, na extraordinária se não me falhe a memória. Eu acho que foi na última reunião Plenária Ordinária ou se foi em uma Mesa Diretora. Eu não me lembro agora. **CONSOLAÇÃO:** Isso. Isso. **PRESIDENTE:** E que como havia sido conduzido na questão de retornar as questões das plenárias. Então eu acho que é uma forma de referendar que o retorno do calendário das plenárias. Então seria as próximas plenárias. Eu que todos Conselheiros já tem o calendário. Se não tiver, a gente, a Secretária pode fornecer para todos os Conselheiros. Até bom, fazer um reforço, porque às vezes a gente tem tanta matéria no grupo, que às vezes pode passar. Então a próxima plenária seria 16 e 17 Mesa Diretora e comissões no dia 16 e Plenária Ordinária no dia 17. Poder ser assim? Eu gostaria de fazer alguma colaboração Consolação, por gentileza? **CONSOLAÇÃO:** Não, é isso mesmo Presidente. É o retorno porque as pessoas estavam

colocando que precisa ter uma referência de datas para se programar. Então é isso mesmo. Aí nós estamos retomando algo que já foi deliberado. **PRESIDENTE:** Está ok. Então. **CONSOLAÇÃO:** A Sandra pediu inscrição. **PRESIDENTE:** Sandra por gentileza. Conselheira Sandra, por gentileza. Houve uma falha aqui. **CONSELHEIRA SANDRA:** Tudo bem. Eu não vou inserir nesse momento, mas eu vou puxar a discussão, se não for, desconsidere e a gente retoma em um outro momento ou em uma outra reunião. Nós estamos agora apresentando o calendário das reuniões regulares, das comissões e da plenária. Até dezembro. E assim, grandes reuniões nossas, desde a anterior, os Conselheiros, alguns Conselheiros tem pontuado sempre da dificuldade da participação, inclusive, hoje teve essa discussão da questão da internet, das dificuldades de participar. E eu procurando trazer a discussão de que talvez pudéssemos repensar juntamente com a SEDESE aí, você no caso como Presidente do Conselho de como que a gente poderia estar proporcionando essa participação mais de forma igualitária para todos, sabe? Alguns a gente sabe que tem a tranquilidade, tem internet em casa, ou mesmo em um ambiente de trabalho e pode utilizar. Outros não tem essa internet para, aí acaba os créditos, essa coisa toda. E tem toda uma questão que normalmente muitos deles terem que deslocar de sua residência para ir para outro espaço para poder fazer reunião, participar da reunião. E aí tem um custo. Então eu não estou nem referindo, que passe diárias para o Conselheiro, não estou dizendo isso não, porque também não justifica porque a gente não vai deslocar dos nossos municípios, mas talvez pensar nessa questão da internet para algum Conselheiro que precise, tendo em vista uma ajuda de custo, porque ele está deslocando de sua residência, indo para um outro espaço e aí o intervalo de almoço é muito curto. A pessoa às vezes não tem como voltar em casa para poder almoçar. É nesse sentido que eu estou colocando e se a discussão não for nesse momento, não tem problema não. A gente torna a trazê-la em um momento oportuno, tá? Muito obrigada. **PRESIDENTE:** Conselheira Luanda, desculpe, Conselheira Sandra. E Conselheira Luanda se inscreveu agora, por gentileza Conselheira Luanda. **CONSELHEIRA LUANDA:** A gente já está na pauta do calendário, não é? E daí assim, diante de tudo que nós já conversamos hoje em outros momentos da plenária, diante da fala da Sandra também, eu queria, bom e a gente, para a gente poder conversar um pouco sobre essa frequência mesmo das reuniões nesse momento de pandemia com todas essas dificuldades que estão tendo de acesso e aí de dizer que não são só dificuldades com equipamento ou com internet. Ontem na fala da Dona Nédia a também se deu conta que existem aí diversas outras dificuldades mesmo. Tem a questão de estar em casa, de estar cuidando de outras pessoas, de crianças e tal. Então isso tudo compromete muito a nossa participação de qualidade. Eu gosto muito de estar atenta, de estar participando e assim como a maioria e todo mundo. E a gente fica assim, às vezes, chateada de não poder estar participando com toda qualidade necessária. Então diante disso eu penso que pautas assim de extrema relevância, como e que exigem

muito da nossa atenção como, por exemplo, avaliação orçamentária, a gente deve pensar com muito cuidado, como que isso deve ser feito para os próximos. E aí eu fico me perguntando, eu sei que é uma obrigação nossa fazer isso anualmente. Avaliar, apresentar a avaliação da prestação de contas e consta no nosso Regimento que tem uma avaliação, uma apreciação que deve ser feita trimestralmente, mas e aí eu gostaria muito que a gente até fizesse uma consulta mesmo a Secretaria Executiva, essa interpretação do Regimento se a gente teria que fazer essa análise trimestralmente, obrigatoriamente, ou se ao final do mandato, ao final do ano, a gente tem essa obrigação de apresentar a avaliação e aí, porque tem esses dois termos no Regimento que se confundem porque caso a gente não tenha essa obrigação mesmo e a minha proposta é que gente deixe essas prestações de contas que são muito complexas, para quando a gente puder retornar os trabalhos presenciais e a aí eu nem estou dando perspectiva, não é gente? Porque eu sei que a situação está muito complicada, inclusive, agora eu acabei de ver uma reportagem, Belo Horizonte voltou a fechar todo o comércio, voltou à estaca zero da flexibilização. Então eu sei que a situação nossa é muito complicada mesmo, não é? **PRESIDENTE:** Ok Conselheira Luanda, obrigado pelas suas colocações. Deixa-me ver se tem algum inscrito. A Conselheira Patrícia, Vice-Presidente, quer passar um reforço, acho que é bem pertinente. Eu não sei se a Conselheira Patrícia gostaria de falar. **CONSELHEIRA PATRÍCIA:** Senhor Presidente, só para complementar a fala da Luanda. Só para complementar porque o artigo 2º do Regimento Interno, a Consolação está até projetando, no inciso XIV, ele fala que tem que apreciar e deliberar trimestral e anualmente relatório de execução físico-financeira. E o artigo, o inciso XV fala de acompanhar e avaliar a execução orçamentária e financeira e aprovar a prestação de contas ao final de cada exercício. Então a gente ficou um pouco em dúvida se seria trimestral ou se seria ao final de cada entidade. Então para consultar a Secretaria Executiva para esclarecer esse ponto para a gente. **CONSOLAÇÃO:** Posso Presidente? **PRESIDENTE:** Claro. À vontade Consolação. **CONSOLAÇÃO:** Eu vou falar dessa questão do que sempre foi interpretado. Não nem um lugar muito confortável, porque às vezes a gente fala, aconteceu várias coisas que a gente sempre fez não significa que foi do melhor modo ou interpretação. Mas o entendimento que a gente sempre teve é a deliberação da prestação. A gente entende isso aqui não é uma coisa ou outra. A gente tem que deliberar trimestralmente e também anualmente a execução, era a interpretação da Secretaria Executiva. O Lucas, Conselheiro Lucas ele pode complementar porque em uma das reuniões passadas, ele trouxe essa questão com uma outra interpretação e aí o que eu posso dizer nesse momento é o entendimento que a Secretaria Executiva tinha e trabalhou até então, era da necessidade da gente fazer trimestralmente essa deliberação, ok? **PRESIDENTE:** Ok. Secretária Executiva Consolação. E temos duas inscrições sobre o tema. A inscrição da Gabriele, por gentileza. **CONSELHEIRA GABRIELE:** Acho que essa discussão, a gente, em todas as plenárias

virtuais que a gente fez até agora isso sempre perpassa. Então o primeiro ponto, só reafirmar que é o objetivo de todos nós garantir a participação de todos. Então a gente tem que pensar de fato em ferramentas e formas de fazer isso. Na verdade, assim de alinhamento das informações entre todos os Conselheiros, então é importante que todos os Conselheiros saibam de todos os esforços que estão sendo feitos e aí por exemplo, houve um levantamento da Secretaria Executiva, mas na data X e essa situação pode ter mudado. E aí é aquela coisa também, eu posso estar aqui 100%, tenho acesso, tenho internet, tenho computador e certo dia, ele para que é comum, acontece com todo mundo. Então pensar em como a gente mantém um alinhamento de informações, mas atualizado desses casos para que quando chegue essa questão na plenária, ah, tal está sem acesso. Que isso seja uma informação que todos os Conselheiros tiveram acesso em tempo hábil para poder solucionar, porque mais uma vez é a nossa intenção, não faz sentido fazer plenária se as pessoas não estão conseguindo acompanhar e não estão conseguindo participar. Sobre a prestação de contas. A minha leitura do Regimento Interno, mas não sou advogada, minha formação em administração pública. Mas lá está escrito trimestral e anualmente. Então também fico com isso que o trimestral seria em tese obrigatório. Outro ponto é que assim, se caso a interpretação for que o trimestral não é obrigatório, eu só chamo a atenção que esse instrumento ele é a forma da gente trazer as informações ao longo do ano do que está sendo executado pela gestão. Porque é o Conselho que aprova. Então assim, eu fico temerosa assim da gente deixar para o fim do ano a aprovação de tudo que foi feito, cada gasto, tudo que foi executado ao longo do ano inteiro, se isso não vai dificultar a análise. Eu acho que é um instrumento para além de ter que ser aprovado, ele serve para que o Conselho acompanhe o que a gestão está fazendo, o que a gestão está entregando. Então só a gente pensar nessa variável também. O quê que esse instrumental representa. Ele é mais do que uma aprovação, ele é uma forma da gente acompanhar e fazer controle social. Então é isso que eu queria trazer na minha fala. **PRESIDENTE:** Ok. Conselheira Gabriele. Tem a inscrição da Cláudia, Lucas e Márcio. Então depois eu vou me inscrever também. Por gentileza Conselheira Cláudia. **CONSELHEIRA CLÁUDIA FALABELLA:** É só completando isso que a Gabi falou mesmo, essa questão que eu acho importante até, inclusive, a avaliação das prestações de contas trimestrais do exercício do controle social. Outra coisa é que quando a gente encaminhar a prestação de contas para o Tribunal de Contas da União, do Estado, uma das coisas que eles solicitam da gente é a apreciação das resoluções de Conselho, inclusive, a gente coloca isso no documento, entendeu? A aprovação das prestações de contas do Conselho. E, outra coisa, é que se a gente deixar para fazer uma análise de prestações de contas, visto se esse cenário perdurar. Quando chegar em dezembro, vamos ter que fazer de todos, porque senão nós vamos justificar no Tribunal de Contas que a gente não fez, porque não conseguia fazer em cima de plenária virtual e pandemia? Não sei, tá? Isso é só para

reflexão mesmo de todo mundo para a gente alinhar isso e fazer uma análise de quatro instrumentos no ano, de uma só vez? Vai ser assim terrível. A informação fica muito longa. A gente tem por base esse levantamento que foi feito se Bolsa Família entrava ou não entrava para gasto com conferência. Ano passado a gente estava todo mundo junto e esse levantamento veio para a plenária de uma coisa que a gente estava todo mundo lá e participou dessa discussão. Então quanto mais tempo a gente leva para aprovar, mais distante a gente fica da informação. Então eu acho que a gente tem que levar essas coisas todas em consideração para tomar essa decisão de não fazer as análises da prestação de contas. **PRESIDENTE:** Ok. Conselheira Cláudia. Conselheiro Lucas, por gentileza. **CONSELHEIRO LUCAS:** Bem gente, quando a gente traz esse artigo 2º, a gente tem que ter em mente o caput dele, que ele traz justamente as competências do Conselho. E quando ele traz competências do Conselho, as competências elas são previstas na 12.262 que é a lei que cria o CEAS e que dita um pouquinho sobre a política de assistência social. E quando a gente faz uma análise dessas competências que estão previstas nesta legislação e que o Regimento Interno traz tão somente um compilado dessa [...]. NESSE MOMENTO HOUVE QUEDA DA GRAVAÇÃO PELO APLICATIVO GOOGLE MEET. A RETOMADA DA GRAVAÇÃO OCORREU TÃO LOGO O PROBLEMA FOI IDENTIFICADO. **CONSOLAÇÃO:** 7 horas Patrícia, podemos retomar? **VICE-PRESIDENTE:** Sim, podemos retomar. A Cláudia já está a postos para a apresentação? **CONSELHEIRA CLÁUDIA FALABELLA:** A Consolação pegou para mim Patrícia. **VICE-PRESIDENTE:** Aham, está certo. Consolação, por favor, então. **CONSOLAÇÃO:** Obrigada. A comissão ela trabalhou naquele instrumento que vocês viram hoje que foi apresentado pela Cláudia, ali é o modelo antigo, vamos falar assim. Ela discutiu cada daquelas atas, o quê que seria necessário. Nós consultamos, trabalhamos também com a ex-Conselheira Juanita que fez as contribuições em relação ao que seria de mais essencial. Então a gente discutiu isso também. A ordem das planilhas. A ordem do que está sendo apresentado dentro da planilha, do conteúdo de cada uma dessas abinhas aqui, como que poderia ser informado e então o quê que a gente fez? Em cada ação, vocês devem ter visto, foi encaminhado para todo mundo, propõe-se retirar as páginas que contêm aquelas telas como foto printada. Então aquilo que fala da ação, mas que não é digitado dentro do documento. Então aquilo foi retirado. Inclusão de informações sobre o PPAG em uma planilha, porque aí, que é isso aqui. A gente tem condição de ver quais são as ações do orçamento, porque aquela prestação de contas aprovada hoje, ela tem uma nomenclatura, o nome de ações diferentes das ações desse ano. Então ela já vem a prestação vem com essa relação aqui das ações do PPAG. Ainda, fizemos unificação dos quadros de valores. Tiramos algumas informações que estavam demais, repetitivas e fizemos essa inserção. Então vem a sequência, uma capa que vem o nome aí do relatório, de quem que ele foi remetido, o período. Porque, inclusive, os relatórios eles já são e serão impressos. Tem todos os anexos,

tudo para a gente guardar na Secretaria Executiva. Depois a gente tem, ah, e aqui, inclusive, é assinado. A apresentação vai ter a assinatura. Um índice, um sumário, detalhando aqui o que que é cada uma dessas abas. Uma apresentação com assinatura, data e assinatura do gestor. Essa relação aqui das ações do PPAG, o quadro de detalhamento LOA ele permanece que é aquele resumão que tem todas as informações que a gente utiliza, inclusive, para as nossas resoluções, a gente tira aqui esse resumo. E aí entra na ação. Aqui vocês vão ver o resumo da ação, isso continua. A gente coloca a dotação, como foi apresentado, ela tem o que que foi aprovado. Se houve suplementação, anulação, somatória disso e a meta também. E aí gente já entra com o quê? Imediatamente com a execução. Antes a gente tinha um texto aqui explicando. Então agora a gente já entre direto no detalhamento orçamentário. Então você olhou aqui os dados, já vai ver aqui a execução. Então para ficar mais fácil, inclusive, de visualização. Depois a gente vê o detalhamento da meta. Então ali a gente viu o recurso que foi utilizado. Aí a gente vê a meta, como que ela foi, o que que foi a meta atingida, e o consolidado aqui, foi o acumulado dos trimestres. Então as planilhas ficaram juntas. Depois, a gente vai ter aqui um campo com as informações sobre as despesas realizadas. O objetivo da ação, a descrição aí que a gente vai para justificativa e avaliação da ação. Então vocês veem que ficou em uma sequência que a comissão entendeu que está mais lógica, mais visual. A gente já pega aqui a dotação, vê o quê que foi utilizado. Vê a meta física, o acumulado. Aí a gente entra nas questões descritivas. Depois que a gente vê aqui e vai até a justificativa e avaliação. Os anexos permanecem, tá? Então com essas informações, aí com tudo que a gente já falou que é mencionado, o decreto, as coisas vão estar anexadas para encaminhamento presente recurso gente. Então é esse o modelo simples. **CONSELHEIRA CLÁUDIA FALABELLA:** Consolação, só lembra também essas duas abas que a gente incluiu dos saldos, eu não consigo ler. É porque essa não tinha, não é? Que a gente incluiu aquele saldo do anterior. Consolação caiu. **CONSELHEIRA GABRIELE:** Gente, hoje está danado. A gravação para. Todo mundo cai. **VICE-PRESIDENTE:** Uai gente, Consolação não pode cair não. **CONSOLAÇÃO:** Voltei, voltei. Aqui. Qual que é Cláudia? Eu não entendi. **CONSELHEIRA CLÁUDIA FALABELLA:** É esse que você está, você está nele aí olha. Essa aba, essa coluna que está sem preenchimento, ela não existia. Lembra? **CONSOLAÇÃO:** E essa aqui foi, exato. Cláudia, obrigada. Aqui foi acrescentado uma coluna, porque além da gente ver o valor aprovado, o valor orçado da LOA, nós vamos ter em cada trimestre, o saldo do trimestre anterior. Então aqui, o saldo orçamentário anterior deduzido o valor empenhado. Então a gente já vai bater o olho aqui, verificar o que que teve de saldo para saber a execução daquele trimestre. Então teve X saldo, então o que que foi empenhado, liquidado pago e o saldo ainda restante depois do que tirado ou empenhado. Então eu tenho saldo anterior do trimestre anterior e eu tenho depois um saldo final, ok? Então essas duas colunas foram inseridas nesse quadro aqui. **VICE-**

PRESIDENTE: Consolação, obrigada. A gente tem inscrição da Gabriele. **CONSELHEIRA GABRIELE:** Muito rápido assim, só para, acho que a Consolação já falou, a gente, claro, vai ter que alterar alguns campos por causa da alteração do PPAG, outra LOA, número de ação, nome de diretoria que mudou, o decreto de 2019. Então assim, algumas alterações vão ter que acontecer, mas o instrumental ele mantém com relação com o instrumental antigo, foram poucas alterações no sentido de simplificar e já ir direto no que precisa ser analisado e aí o qualitativo vem depois. E aí eu acho que vai facilitar quando a gente for trazer por exemplo, o primeiro trimestre. Aí ele já vai vir todo preenchido? Acho que é mais fácil de visualizar, porque aí ainda tem uns campos que vão ser alterados, essa coisa que eu falei de texto. Então é como eu falei na capacitação de orçamento. Acho que a prestação de contas a gente vai criar o hábito, aprender a analisar fazendo mesmo. Não vai ter jeito. Quando a gente trouxer a primeira, a gente vai campo por campo e aí eu acho que o instrumental vai ficar mais claro para todo mundo. **VICE-PRESIDENTE:** Ok. Gabriele, obrigada. Não temos mais nenhuma inscrição no momento. Eu queria até lembrar que esta construção foi muito bacana dentro da Comissão de Orçamento. Contamos e a proposta também contou com a contribuição da Gabriele, que ela não era da Comissão de Orçamento e também da ex-Conselheira Juanita. E a gente passou por e-mail para todos os Conselheiros, me parece que não teve nenhuma contribuição. Então eu acredito que a gente, que os Conselheiros já estejam esclarecidos em relação ao instrumental. **CONSOLAÇÃO:** Patrícia. **VICE-PRESIDENTE:** Sim Consolação, por favor. **CONSOLAÇÃO:** Só lembrando, você falou. A gente teve a contribuição da Gabriele e da Suzane também. Na última reunião que a gente teve finalização do instrumental a Suzane, da diretoria também de vigilância, que trabalha com a Gabriele, ela esteve presente e contribuiu também com esse instrumental. Então foi uma construção muito interessante. **VICE-PRESIDENTE:** Muito bem lembrada, obrigada viu? E aí agradecer a todos os envolvidos. A Juanita, a Suzane também. Bom, então se os Conselheiros tiverem esclarecidos em relação ao instrumental apresentado, obrigada Consolação por apresentar. Então eu gostaria de colocar em regime de votação. Estou olhando aqui no chat, não teve nenhuma inscrição. Então a Gabriele poderia transmitir. Se bem que tem aquela questão, se, havendo consenso que não precisaria de fazer a votação nominal. Então os Conselheiros que aprovam este novo instrumental, permaneçam como estão. Havendo alguma, o Daniel se inscreveu para votação. Daniel por favor. **CONSELHEIRO DANIEL:** Na realidade, eu acho que você não entendeu Patrícia que eu me inscrevi para votar, somente isso. Mas assim, só deixar claro se for possível depois, me darem uma capacitação a respeito da Comissão de Orçamento, porque eu fico perdidinho com tanto número por gentileza. **VICE-PRESIDENTE:** Ok Conselheiro, obrigada. A gente vai continuar estudando a necessidade de capacitação na comissão. Então os Conselheiros se tiverem alguma coisa contrária, por favor se inscrevam. E aí eu vou dar um minutinho, caso

não tenha nenhuma objeção, a gente vai considerar aprovado. **CONSELHEIRO DANIEL:** Só para esclarecer, já foi aprovado? **VICE-PRESIDENTE:** Então, Daniel eu dei um minutinho para os Conselheiros manifestarem. **CONSOLAÇÃO:** Mas esse um minuto já está correndo, Senhora Vice-Presidente. **VICE-PRESIDENTE:** Já deu 60 segundos certinho? Eu não consegui acompanhar. **CONSOLAÇÃO:** Agora deu. **VICE-PRESIDENTE:** Muito obrigada Consolação. **CONSELHEIRO DANIEL:** Agora deu. **VICE-PRESIDENTE:** Temos mais alguma pauta da Comissão de Orçamento? Acredito que não, não é? **CONSOLAÇÃO:** Não. Não temos. **VICE-PRESIDENTE:** Podemos passar para a Comissão de Apoio, então? Para o Coordenador-Adjunto Daniel apresentar para a gente a proposta de questionário da comissão. **CONSELHEIRA CLÁUDIA FALABELLA:** Obrigada Consolação. **CONSOLAÇÃO:** De nada, eu que agradeço. Pronto Daniel, você quer que já desça o ponto, quer ver quem estava presente. Os pontos. **CONSELHEIRO DANIEL:** Se você quiser colocar lá nos participantes que estavam pode ser. Aí obrigado. Então, boa tarde. E estou representando aqui o segmento enquanto Coordenador-Adjunto da Comissão de Apoio. Na data do dia 17 de junho, às 15 horas a gente se reuniu em videoconferência como estamos fazendo aqui em plenária e tivemos a participação de vários atuantes, o Aloísio Soares da Lima, Damião Braz, eu, a Denise Viela, o Domingos Sávio, a Haiandra Pereira, a Isaura dos Santos Lopes, o Márcio Alves Evangelista e a Rosária Aparecida Martins Diniz. Estavam presentes porque a gente debruçou a respeito do questionário. Você desce um pouco por favor, Paula? Obrigado Consolação. Então. Que foi até um dos pontos, dos pontos de conteúdo do resumido, foi de revisão do questionário direcionado ao CMAS, finalizado o questionário da Comissão de Apoio que será enviado para apreciação aqui na plenária e possíveis contribuições, no caso, dos demais Conselheiros. E dando um prosseguimento, recebidas essas contribuições, das Conselheiras também Sandra e Noelle em 24 de junho, ficou acordado pela comissão que o questionário elaborado pela comissão seria apresentado nesta plenária de hoje juntamente com as contribuições recebidas até a presente data para a validação da plenária. E se não for possível fazer essa apreciação e aprovação e tendo mais informações, mais contribuições ao questionário, que vai se fazer, volta para a Comissão de Apoio para que a gente possa fazer essa finalização e assim colocar para apreciação na próxima plenária. No caso, esse questionário tem um intuito informativo. Que é o quê? A gente ter, enquanto conselho estadual, informações do município para a gente conseguir mapear, quais são os pontos fortes e os pontos fracos que a política de assistência social tem tido mediante as dificuldades enfrentadas pelos conselhos municipais de assistência social nessa pandemia. Uma vez que o usuário está sendo impactado de forma negativa. Uma vez que o trabalhador ele se sente um pouco que desolado. As entidades elas precisam dessa parceria também. Então assim, mostrar aos municípios, aos conselhos municipais, a nossa preocupação em obter essas informações para que a gente possa melhorar a atuação junto com eles. Então assim, as

respostas obtidas serão objeto de discussão e reflexão para os Conselheiros, no intuito de construir e deliberar orientações que possam subsidiar aos Conselheiros municipais na importante tarefa do controle social. Sobe um pouco que não está dando para continuar a ler, obrigado. Não, aí está ótimo. Obrigado Consolação. Solicitamos que esse questionário, foi uma data que foi estipulada pela gente de dar 15 dias. Por quê? A gente enxergou que é um tempo, mesmo que seja irrisório, ao mesmo tempo é um prazo legítimo que dê tempo para a pessoa responder de forma tranquila. Tanto que abaixo, todos vocês vão poder verificar que o formulário estará disponível através de link. E que reflete a possibilidade de resposta de vários âmbitos. Seja presidência, seja vice, membro titular, ou até mesmo a Secretaria Executiva, membro suplente, Secretaria Executiva que vem fazendo um papel importante, até mesmo de resposta entendeu? Que muitas das vezes, um Conselheiro, ele não tem tanta propriedade, às vezes, para falar a respeito de tal tema, e ele se abstém. Mas a Secretaria Executiva, ela já acompanha o processo desde o início. Entendeu? Por mais que as eleições acontecem para Presidente, para ser conselheiro municipal, a Secretaria Executiva continua intacta. Eu achei essa metodologia muito bacana, porque independente do mandato, a Secretaria Executiva consegue acompanhar tudo que está acontecendo. Então ela se faz necessário também na até mesmo, caso o Presidente, o vice, o membro titular ou suplente não puderem responder, a Secretaria Executiva tem esse espaço aberto para poder responder também. E que é muito importante. No caso, os demais, todos os Conselheiros, não sei se é da apreciação de todos que eu faça uma leitura de todos e depois a gente vem com as considerações? As contribuições? Ou quer ir pausadamente? **CONSELHEIRO LUCAS:** Daniel. Lucas. **CONSELHEIRO DANIEL:** Sim? **CONSELHEIRO LUCAS:** Eu acho que como já foi encaminhado para os Conselheiros, eu acho que a gente já poderia passar direto para as contribuições e até mesmo para a gente poder otimizar o tempo, haja vista que vocês já encaminharam isso para a gente já tem um pouquinho de tempo, não é? Eu acho que a gente pode já passar para as contribuições. Eu mesmo gostaria de apresentar algumas contribuições. **CONSELHEIRO DANIEL:** Por favor. Sim, quer dizer, se for da apreciação de todos que a gente já passe. Quem, vou pegar o formato de metodologia apresentada pelo Conselheiro Lucas na reunião passada. Quem está favorável continua em silêncio e quem não estiver, por favor se pronuncie no chat, por favor. Um minuto de prazo. **VICE-PRESIDENTE:** Obrigada Daniel. Obrigada Lucas. Eu acredito que o Lucas é o primeiro inscrito, não é? Enquanto esse um minuto rola, o Lucas está com a palavra para apresentar já as suas considerações. **CONSELHEIRO LUCAS:** Obrigado Presidente. Na verdade, eu estava fazendo na análise do questionário. Eu sugeriria que ele fosse organizado em dois blocos, que seriam constantes no primeiro bloco sobre o CMAS, ou seja, perguntas direcionadas especificamente ao CMAS que é com relação ao funcionamento, a toda a estrutura do CMAS e o segundo bloco, que seria sobre a assistência social durante a

pandemia. Eu acho que está bem, dá para a gente poder fazer essa divisão bem clara nos questionamentos. Eu acho que seria interessante essa divisão dos blocos até mesmo para a gente até mesmo conseguir identificar melhor a partir das respostas que forem produzidas a partir desses questionários. E aí eu gostaria de apresentar perguntas adicionais. E aí eu vou ser um pouquinho mais lento na contribuição, até mesmo para a Consolação conseguir acompanhar. Seria a primeira pergunta, seria direcionada ao funcionamento do CMAS que seria no sentido de a alternância, sociedade civil e governo na gestão do Conselho? Com que frequência e como se dá essa alternância? Consolação, você quer que eu encaminhe isso para você? Eu já tenho tudo digitado. **CONSOLAÇÃO:** Prefiro. Você podia ler, encaminha e a gente abre. **CONSELHEIRO LUCAS:** Beleza, eu vou te mandar aí agora. Você prefere por onde? **CONSOLAÇÃO:** E-mail. **CONSELHEIRO LUCAS:** Beleza. Então só mesmo para ir adiantando o processo. Se há alternância entre governo e sociedade civil na gestão do Conselho. Com que frequência se dá essa alternância. Se o Conselho possui uma Secretaria Executiva e se sim, ela conta com apoio técnico e administrativo? Que é importante a gente ter essa ideia que são dois atores fundamentais na gestão, da Secretaria Executiva. A outra pergunta seria, houve aumentos nas demandas do Conselho? O município possui um Comitê de Monitoramento da pandemia? E aí seria, é uma pergunta mais direcionada para o âmbito do município mesmo, sabe? Esses comitês de gerenciamento da crise, compostos por diversos atores. E aí vem a pergunta, o Conselho participa dessas deliberações? E quais ações o município tem adotado para proteção social da população mais vulnerável e a outra, quais ações foram adotadas/implementadas para a proteção da população em situação de rua. Eu acho que quando a gente coloca só o questionamento se a população de rua fica muito vago. A gente precisa também dar esse retorno também que tipo de ação que foi feita com foco na população de rua. É isso, as minhas contribuições. **CONSOLAÇÃO:** Você mandou para o CEAS? **CONSELHEIRO LUCAS:** Vou mandar no seu. **VICE-PRESIDENTE:** Obrigada Conselheiro Lucas. Não tem mais nenhuma inscrição. Daniel, você queria retornar à apresentação, mais alguma questão? **CONSELHEIRO DANIEL:** Obrigado. Obrigado Lucas pela sua contribuição, é que nem eu falo, eu acredito muito na importância contributiva aqui da plenária que assim a gente consegue exercer de uma forma democrática e mais inclusiva que se assemelhe em todas as diretrizes. Até mesmo essa importância que não só comumente como as pessoas em situação de rua, mas situação de vulnerabilidade social como um todo. Porque não é só o usuário que está na rua que é o usuário da assistência, mas todo o segmento. No caso, então continuando, foi feita uma inclusão pela Noelle Lana após o item 05 que seria inserir uma pergunta no sentido de verificar se os atendimentos estão sendo realizados em conformidade com alguma diretriz legal. Se caso positivo, que se tenha diretrizes e caso negativo, solicitar que explique o motivo da não realização. Aí deixo para apreciação e aprovação se for o caso, para inclusão da mesma no questionário. Quem

que quiser se pronunciar no chat, um minuto. Presidente, até peço desculpas, Vice-Presidente Patrícia por estar comandando assim. **VICE-PRESIDENTE:** Não, no momento da pauta da reunião é o próprio coordenador que coordena, apresenta a pauta, então sinta-se à vontade.

CONSELHEIRO DANIEL: Um dia eu chego lá. A Gabriele se inscreveu? **VICE-PRESIDENTE:** Por favor Gabriele. **CONSELHEIRA GABRIELE:** Não, só para, na verdade, assim estou acompanhando, mas não é específico nessa pergunta não. O questionário como um todo. A gente sabe que algumas perguntas, iguais algumas até que o Lucas sugeriu agora, elas já estão contidas nos questionários do Censo SUAS. Só que assim, o Censo SUAS que a gente tem a base disponível hoje, ele é referente a 2019. Então não é referente a este momento de pandemia especificamente. Então assim, só para a gente avaliar, pode voltar lá no questionário, não? Mas enfim, só para avaliar o objetivo de fato do questionário, para a gente fazer as perguntas direcionadas a esse objetivo. E aí só colocar a importância de uma introdução boa sabe? A introdução do questionário normalmente é o mesmo corpo do e-mail que envia ele, para ele poder ser chamativo, para as pessoas compreenderem a importância do preenchimento, enfim. Só essas contribuições. **VICE-PRESIDENTE:** Muito obrigada Conselheira. A próxima inscrição é da Conselheira Gabriela. **CONSELHEIRA GABRIELA:** É, boa tarde gente. Eu só queria. Tem algumas situações que eu tenho observado que, por exemplo, quando um município declara *lockdown*, as atividades da saúde continuam, mas a da assistência são interrompidas. Então acho que poderia colocar alguma coisa nesse sentido também. No caso de quando o município declara *lockdown*, se a assistência social é vista como prioridade, e o atendimento é garantido, mesmo que seja de forma remota. Porque a gente tem vivenciado isso e eu penso que é uma situação séria, porque as necessidades básicas dos usuários continuam existindo independente de *lockdown* ou não. **VICE-PRESIDENTE:** Ok. Conselheira, muito obrigada. Daniel. **CONSELHEIRO DANIEL:** Me tira uma dúvida por favor, o quê que significa *lockdown*? Até agora eu não estou sabendo. Todo mundo fala isso, eu nem sei o quê que significa. **CONSOLAÇÃO:** Eu não sei nem se eu escrevi certo. **VICE-PRESIDENTE:** Está certo Consolação. Alguém gostaria de responder o que é *lockdown*. **CONSELHEIRO CRISTIANO:** Eu não sei se ajuda Patrícia, se quiser assim, eu posso tentar, mas assim, é de uma maneira bem geral. **VICE-PRESIDENTE:** Sim, eu pensei em explicar só que eu não sabia direito assim, como falar. Obrigada Cristiano. **CONSELHEIRO CRISTIANO:** É, o que se tem chamado de *lockdown* é o fechamento completo da cidade. É o completo no sentido de um estado bastante avançado nesse caso, nesse contexto de pandemia, em um estado muito avançado de disseminação e contaminação da doença. Então é a restrição ao máximo de funcionamento de serviços e de circulação de pessoas nas ruas. Porque a gente tem algumas medidas que são medidas que já vem sendo adotadas de distanciamento físico, e de utilização de máscaras pela população, mas quando se decreta ou quando se instala uma situação de *lockdown*, é porque a situação

foi agravada, existe um risco de aumento muito significativo de disseminação da doença e de contaminação e aí se declara uma situação de extrema restrição, inclusive, com barreiras sanitárias, restrição na locomoção das pessoas, porque aglomerações já é um indicativo de uma situação menos crítica, mas quando se declara o *lockdown* é porque a situação está bastante crítica e é necessário restringir ao máximo a circulação de pessoas e manter em funcionamento somente serviços muito essenciais. Então se fecha comércio, se fecha todos os serviços considerados não essenciais, mas quando se está em *lockdown* que é a palavra que vem sendo usada é porque realmente há um risco muito alto e aí tem-se um fechamento maior da cidade. Não só do fechamento dos serviços e de comércio, mas, inclusive, com a restrição de circulação das pessoas nas vias públicas. Assim, não sei se ajudou, mas resumidamente é um pouco isso. **CONSELHEIRO DANIEL:** Ajudou muito, muito obrigado. A Gabriela, a Gabi Loiola, não é? Gabriela, por favor. **CONSELHEIRA GABRIELA:** É, eu queria trazer outra contribuição, vocês me desculpem, que às vezes eu vou trazer uma contribuição que já está aí, mas é porque eu não estou, eu estou com o celular. Eu quero o seguinte, para a gente verificar se o município, quais são as estratégias que o município está utilizando para poder divulgar os telefones de contato para as famílias, os usuários terem acesso aos serviços, quais são as estratégias de divulgação por exemplo, de telefone, de whatsapp, de redes sociais que o município está utilizando. Aí eu acho que a gente poderia descrever essas inúmeras ferramentas aí para poder termos, vislumbrar mesmo como é que os municípios estão se comportando diante disso. **VICE-PRESIDENTE:** Muito obrigada Gabriela, muitíssimo obrigada Cristiano pelo esclarecimento. Élerson também colocou uma matéria aqui no chat para nos ajudar conhecer o atendimento. Então Conselheiro Daniel mais alguma questão com relação ao questionário? **CONSELHEIRO DANIEL:** Quanto a isso não, mas assim, posso continuar? Passar para o outro ponto, uma vez que, volta no ponto da Noelle, Consolação, por favor, parece que ele foi aprovado, não é? Então já assim implementado ao questionário. Então, o próximo foi uma contribuição da Conselheira Sandra que foi dificuldade em acompanhar os usuários que não conseguiram acessar o benefício, o Auxílio Emergencial de R\$ 600,00. No caso está aberto para quem, até mesmo para a própria Sandra caso ela queira, eu acho assim que essa é uma questão que ficou um pouco objetiva. Se for o caso assim, esclarecer um pouco melhor até mesmo para facilitar assim o entendimento. Ah tá, entendi aqui agora. Falta de monitoramento no recebimento de R\$ 600,00 pelos usuários do SUAS e fazer a troca no caso. Entendi aqui agora. Para apreciação de todos, quem quiser se inscrever. Eu acredito que foi aceito. Então foi incluso a alteração. Eu só acho que a gente poderia só melhorar um pouco o que está descrito na segunda opção para se tornar uma coisa mais objetiva. Seria da apreciação de todos porque se a gente coloca nesse questionário dificuldade em acompanhar os usuários, ela se torna uma pergunta subjetiva e, às vezes, uma palavra, uma letra que às vezes pode ser alocada, muda completamente todo

o contexto e até auxilia no entendimento. O quê que acham? **CONSOLAÇÃO:** Daniel, posso?

CONSELHEIRO DANIEL: Por favor. **CONSOLAÇÃO:** Aqui está na pergunta 11, no atual cenário de pandemia, quais os principais desafios enfrentados pelo Conselho Municipal. Um dos desafios é “dificuldade de acompanhar os usuários que não conseguindo acessar o Benefício Emergencial”? Entendeu? Se você olha sozinho, aí fica realmente. Mas aqui está dentro da 11 para marcar. Se essa é uma das dificuldades no cenário atual da pandemia, ok?

CONSELHEIRO DANIEL: Ok. Obrigado Consolação. Gabriela? **CONSELHEIRA GABRIELA:** É, porque assim, eu fiquei, está escrito R\$ 600,00 na frente. Mas eu tenho ouvido falar também de muita dificuldade das famílias em ter acesso ao Auxílio Merenda. Então eu acho que quando a gente coloca os R\$ 600,00, a gente talvez, o município nem entenda que está falando do Auxílio Merenda também. Então complementar isso aí também porque o Auxílio Merenda tem sido uma dificuldade muito grande para o acesso das famílias. A sugestão seria essa. **CONSELHEIRO DANIEL:** Eu tenho uma outra proposta. Se for o caso, para ficar bonitinho, eu me inscrevi. **CONSELHEIRA GABRIELE:** Eu me inscrevi primeiro que você Daniel. **CONSELHEIRO DANIEL:** Desculpa, por favor. **CONSELHEIRA GABRIELE:** Eu estou brincando. É só corroborando com o que a Gabriela falou. Se é nossa intenção saber a informação do acesso aos dois auxílios, é melhor separar. Que sejam duas perguntas. Se a gente colocar na mesma opção, a gente não vai saber. Só uma sugestão. **CONSELHEIRO DANIEL:** Obrigado. Eu só queria fazer uma contraproposta que ao invés da gente fazer essa separação, e faz uma unificação tipo, em vez de colocar Auxílio Emergencial e Auxílio Merenda, que coloque assim, “os diversos auxílios emergenciais disponibilizados pelo poder, pelo Governo”. Que eu acho que assim já inclui não só o Bolsa Merenda, como também a cesta, a cesta básica, mas também o Auxílio Emergencial de R\$ 600,00. Entendeu? Então assim, acredito que assim a gente consegue fazer essa inclusão de todos os benefícios ofertados pelo Estado, pelo ente federativo. Pelos três entes, no caso, município, Estado e União frente a pandemia. O que vocês acham? Aí a gente já estaria incluindo o Auxílio Emergencial de R\$ 600,00, o Bolsa Merenda, me perdoem. Eu faço a questão, mas assim, eu enquanto usuário eu não me sinto confortável em falar em voz alta tal termo. Então o auxílio estudantil, e também a questão da cesta básica, que aí já coloca tudo em uma só e não fica uma coisa tão assim, pontual. Aí se houver alguma coisa assim, alguma dificuldade, assim coloca embaixo, qual o benefício está sendo difícil de ter esse acompanhamento? Qual que não está contemplando a todos? Porque aí especifica no caso. O quê que vocês acham? No caso temos uma inscrição da Gabriela. **CONSELHEIRA GABRIELA:** Bom Daniel, eu acho que isso, eu acho bacana a sua proposta. Mas qual que, eu penso que a gente pode aproveitar essa ferramenta depois para fazer uma análise dos impactos de cada benefício e a dificuldade dos usuários em cada benefício se a gente separa. Porque, por exemplo, talvez 10% dos municípios vão falar que tiveram dificuldade de ter acesso ao auxílio merenda. E

50% de 600. A gente vai ver que talvez a estratégia adotada pelo Estado foi diferente da estratégia adotada pelo Governo Federal e aí assim a gente pode até alinhar depois outras estratégias, entendeu? Então eu penso que quando a gente coloca separado a gente pode pensar no termômetro aí de fazer uma avaliação do impacto de cada um desses dois benefícios. Então eu penso que talvez seria mais interessante para essa análise aí, a separação mesmo dos dados. **CONSELHEIRO DANIEL:** Obrigado pela contribuição. Próxima inscrição é Gabriele. Espera aí. Consolação ela retirou, não é? Você ainda quer falar Consolação? Você retirou a sua inscrição? **CONSOLAÇÃO:** Retirei porque foi o que a Gabriela falou. **CONSELHEIRO DANIEL:** Obrigado. Silvia, por favor. **CONSELHEIRA SILVIA:** É Daniel, também retiro, faz aí também a fala da Gabriela porque é bom a gente ter esse termômetro, separar tudo. O que é emergencial para gente poder quantificar. Às vezes, a pessoa tem dificuldade em nenhum, mas não tem dificuldade no outro. Então acho que separando vai ser melhor para a gente identificar isso aí. **CONSELHEIRO DANIEL:** Obrigado pela contribuição Conselheira. Sandra por favor. **CONSELHEIRA SANDRA:** Eu já fui contemplada na fala da Gabriele. **CONSELHEIRO DANIEL:** Obrigado. Márcio Caldeira, por favor. **CONSELHEIRO MÁRCIO CALDEIRA:** Também contemplado na fala da Gabriela, obrigado. **CONSELHEIRO DANIEL:** Gente, vocês estão bonzinhos demais. Aloísio está com a palavra. **CONSELHEIRO ALOÍSIO:** Eu queria sugerir, eu acho que é importante o que o Daniel propõe, porque aí nós estamos avaliando um benefício concedido pela União, um benefício concedido pelo Governo do Estado e na terceira opção, seria dificuldade em acompanhar os usuários que não conseguiram acessar demais benefícios eventuais ofertados pelo município. Porque aí a gente sabe de três situações distintas. **CONSELHEIRO DANIEL:** Obrigado pela contribuição. Gabi Loiola. **CONSELHEIRA GABRIELA:** Outra coisa que eu gostaria de sugerir, de verificar se o município ele tem dado prioridade ao benefício eventual e em qual modalidade. Se tem sido nessa questão da transferência direta de um recurso financeiro ou se através de cestas básicas, porque a gente tem visto aí um movimento de ampliação dessas discussões com relação a cesta básica então eu acho que talvez valeria a pena colocar isso aí na tentativa até de mostrar para o município de que o benefício ofertado em recurso financeiro, vai trazer mais benefícios para a família do que talvez a cesta básica. **CONSELHEIRO DANIEL:** Muito obrigado pela contribuição. Cristiano? **CONSELHEIRO CRISTIANO:** Oi. Volta na 12, por favor. Que aí foi feito uma inclusão aí, eu queria só ver. Eu não sei vai ficar grande demais, mas quando pergunta das dificuldades. Tem três perguntas, dificuldade de acompanhar os usuários que não conseguiram acessar, dificuldade de acompanhar os usuários que não conseguiram, dificuldade de acompanhar os usuários que não conseguiram acessar demais benefícios ofertados pelo município. Eu não sei se valeria a pena deixar em aberto para saber qual foi a dificuldade, porque assim, para monitoramento isso acaba sendo importante para entender que tipo de orientação

complementar que pode ser dada de apoio para o município para que ele consiga superar essa dificuldade. Qual foi, não sei se valeria a pena deixar um campo aberto para que ele fale sobre qual a dificuldade encontrada. Não sei se vale a pena, obrigado. **CONSELHEIRO DANIEL:** Obrigado pela contribuição Cristiano. Eu acho que você deve ter uma bolinha de cristal, você pegou o que eu ia falar, mas tudo bem. Obrigado pela contribuição. Eu acho que isso seria uma coisa interessante no momento da alocação, porque quando a gente coloca no questionário para que o segmento que vai estar respondendo o questionário escrever a dificuldade do serviços e benefício que não está conseguindo ser ofertado de forma (áudio ruim) e contemplatória a todos, acredito que a gente consegue ter um entendimento melhor. E até mesmo para a gente ter um norte de como atuar. Isso foi muito importante a contribuição. Mais alguma inscrição? Não? Podemos passar para o próximo? Quem está favorável fique como está, seguindo o Conselheiro Lucas, (áudio ruim). Vai virar mania isso. Vai pegar. Então foi aprovado as contribuições e o questionário 11. Questionário, antes do 15 foi feita alguma alteração Consolação, tem como verificar, por favor? **CONSOLAÇÃO:** Como? **CONSELHEIRO DANIEL:** A gente estava no 11. Aí, isto aqui no 12. **CONSOLAÇÃO:** Foi a fala da Gabriela só que eu coloquei aonde fala em benefícios eventuais para a gente colocar a pergunta que ela quis, falou assim o quê que é ofertado, tem benefício que se fala da regulamentação, mas o quê que foi, mas o quê que é ofertado pelo município e se o benefício é em pecúnia. Eu só coloquei aqui, mas foi aquela fala dela anterior. **CONSELHEIRO DANIEL:** Eu entendo. Mas é uma boa colocação, porque referente a pergunta está aberta a palavra para quem quiser, o item 12. Caso não tiver nenhuma observação, ou tiver alguma contribuição a gente já passa para próxima. Consolação, só quero que você me ajude a controlar o tempo de 01 minuto, por favor. Bom, não houve até o momento nenhuma informação no chat, então podemos passar para o 15. O 15 o CMAS tem acompanhado a disponibilização de EPI's para os trabalhadores do SUAS. Sim, não. Aí foi até uma, aí eu não sei de quem que foi a contribuição, que falou assim, se sim. Melhorou? Aloísio, agora vocês estão me escutando bem? Ah, então ótimo. Voltando lá no início do 15 por favor, Consolação. Então, item 15, o CMAS em local tem acompanhado a disponibilização de EPI's para os trabalhadores do SUAS? Sim ou não. Aí colocaram a contribuição se sim, quais EPI's estão sendo disponibilizados: Máscara descartável, máscara em tecido, luva, álcool em Gel 70%, outros, quais. Senão o município não tem ofertado EPI's para os trabalhadores do SUAS? O CMAS não tem acompanhado a distribuição de EPI's para trabalhadores do SUAS. Até a proposta da Conselheira Sandra. Está aberta a fala. Inscrição é Gabriele. **CONSELHEIRA GABRIELE:** Só assim gente, sou bastante leiga com relação a essas questões de saúde, mas máscara, eu adorei a contribuição do Lucas. Acho que é bom a gente saber que tipo de EPI, mas máscara em tecido a gente pode considerar como EPI? Eu fico, só uma questão. **CONSELHEIRO CRISTIANO:** Não, Gabi. **CONSELHEIRA GABRIELE:** Porque eu tenho

medo do questionário como se fosse assim, direcionar uma coisa errada, mas também não estou afirmando que é errado ou não. Só para a gente entender e talvez melhorar.

CONSELHEIRO DANIEL: Algo mais Gabi? **CONSELHEIRA GABRIELE:** Não, só isso. Só a máscara de tecido que me chamou a atenção aqui. **CONSELHEIRO DANIEL:** Ok. Cristiano.

CONSELHEIRO CRISTIANO: Oi. Obrigado. Era justamente isso que eu dizer. Eu queria propor uma melhoria, não sei se, porque assim, a pergunta é o Conselho Municipal local tem acompanhado a disponibilização dos EPI's para os trabalhadores do SUAS, sim e não. Aí o primeiro ponto é esse. Retirar a máscara de tecido porque a máscara de tecido não é considerada como equipamento de proteção individual. O que pode fazer de repente é mudar, em vez de escrever EPI's deixar só proteção individual. Tem acompanhado a disponibilização de proteção individual. Não sei. É só para não incluir máscara de tecido porque não é considerado como um equipamento de proteção individual. E se for listar os principais equipamentos de proteção individual, eu colocaria protetor facial também que é aquele, tem um nome em inglês que *Face Shield*, acho que. **CONSELHEIRO DANIEL:** A famosa viseira. Aquele visor. **CONSELHEIRO CRISTIANO:** É, aquela viseira. É. E a outra sugestão é que na sequência vem, se não o município não tem ofertado EPI's para os trabalhadores do SUAS? Ok. Mas aí a segunda questão, o CMAS não tem acompanhado. Eu acho que repete o título. Então eu sugiro, acho que não precisava ter esse segundo tópico aí, está vendo. Porque o título já pergunta, sim ou não. Se não, não sei se está dando para entender, está a mesma pergunta do título. Não faria muito sentido. Eu acrescentaria se não, quais os motivos. Porque não está fazendo esse acompanhamento. Porque às vezes tem algum motivo. Se não, não, a primeira pode continuar. É a segunda, a segundo que eu sugiro retirar porque está repetindo o título, então, o título e a pergunta, sim ou não. Isso. **CONSELHEIRO DANIEL:** Algo mais?

CONSELHEIRO CRISTIANO: Por quê? Qual motivo? Qual o motivo, sim. **CONSELHEIRO DANIEL:** Algo mais Conselheiro Cristiano? **CONSELHEIRO CRISTIANO:** Eu não sei se vale a pena mencionar a questão da máscara caseira, apesar de não ser EPI's. Mas não sei com inserir aí para não ficar dentro do grupo EPI's porque não é considerado. Mas é isso, é para análise aí, obrigado. **CONSELHEIRO DANIEL:** Obrigado pela colocação Conselheiro. Eu tinha me inscrito. Eu acho que é importante salientar a informação que a máscara descartável, ela foi constatada pelo Ministério da Saúde que ela não tem tanta eficácia uma vez que ela só tem uma duração muito irrisória de duas horas para durar que te mantém protegido, depois era necessário fazer a troca. E que até mesmo o Ministério da Saúde estava recomendando o uso da máscara de tecido, por essas de pano, que haveria uma segurança maior e a pessoa não precisaria tanto fazer a troca se não tivesse a possibilidade, não é? Aí entra a questão que até muitas entidades elas fizeram a adequação disso para a distribuição de máscaras de tecido para usuários e trabalhadores e que a população vem utilizando e tem obtido, e tem dado um efeito positivo. Então acho que ela entraria sim como um EPI, uma vez

que foi feito de forma caseira, mas é muito mais eficiente que a máscara descartável e, assim, acredito que seria interessante a inclusão dela que até mesmo as entidades, elas fazem essa distribuição para os seus trabalhadores, a máscara de tecido. Obrigado. Próxima inscrição, Patrícia. **VICE-PRESIDENTE:** Na verdade, eu fui contemplada na fala do Daniel que eu queria reforçar a importância de colocar a máscara, mesmo que não seja no campo de EPI, mas em algum outro campo porque eu acredito que grande parte aí dos trabalhadores do SUAS esteja utilizando a máscara de tecido mesmo para se proteger. Então eu já fui contemplada. **CONSELHEIRO DANIEL:** Obrigado Conselheira Patrícia. Gabriela. **CONSELHEIRA GABRIELA:** Eu não sei se tem um ponto que daria para colocar isso no questionário, porque o que a gente tem observado aqui na nossa região, que muitos profissionais do SUAS estão sendo deslocados para a política pública especialmente a política de saúde. Tem uma normativa que fala dessa possibilidade até para poder evitar as demissões e etc., e tal. Só que aí eu acho que a gente poderia verificar, por exemplo, uma questão que converse com o município no sentido, tem sido direcionado para outras políticas públicas como barreira sanitária, essas coisas. E se isso tem impactado na oferta das atividades do SUAS, porque o que a gente tem ouvido falar é que muitas vezes os profissionais estão indo para as unidades básicas de saúde, estão indo para as barreiras sanitárias e as unidades do SUAS que estão fechadas. Eu não sei se já contempla que nos outros questionamentos que já foram colocados, mas é só para mencionar sobre essa realidade. **CONSELHEIRO DANIEL:** Obrigado pela contribuição Conselheira. Mais alguém? Cristiano se inscreveu novamente. **CONSELHEIRO CRISTIANO:** Nossa gente, desculpa, mas é porque eu queria aproveitar isso que a Gabi falou. Essa é uma discussão que a gente tem feito sobre profissionais do SUAS sendo direcionados em barreiras sanitárias. Então é um negócio bem complexo isso. E aí é só dar uma contextualizada porque a Gabi fala com muita propriedade, porque ela está vivendo uma situação complicada lá em Salinas. Ela que trouxe, inclusive, essa questão do *lockdown*, então apesar de isso estar em outras regiões do Estado também. Mas aí é só lembrando que assim, em situações de emergência muito extrema, que é o caso que a gente está vivendo em algumas situações, a gente tem uma reorganização dos serviços considerados essenciais e a assistência está dentro disso, mas principalmente os serviços de saúde. Mas é importante deixar claro, eu não me lembro, não sei se eu vi isso em algum, acho que tem uma pergunta que fala sobre plano, gabinete de crise, gabinete de emergência, porque essa tem que ser uma decisão tomada em conjunto pelo Poder Executivo do Município ou por esse gabinete de crise que foi instalado para que não se também se aproveite, não é a palavra, mas que se utilize de uma situação de emergência para poder passar por cima de normativas, legislações e outras coisas, não é? Se o município tem um plano de contingência elaborado pela saúde e lá prevê algumas circunstâncias e se o gabinete de crise foi instalado no município assim como há no Estado o COE que é o Comitê

de Operações de Emergência, ou salas de situação implantadas e ela está emitindo normativas e regulando o funcionamento do município durante a situação de emergência, é importante que essas coisas estejam previstas nesses instrumentos para dar legalidade até e não desvirtuar também o trabalho dos profissionais. Cobrir um lado e descobrir outro, obrigado. **CONSELHEIRO DANIEL:** Obrigado pela contribuição Conselheiro Cristiano. Mais alguém? Ana Cláudia. **CONVIDADA ANA CLÁUDIA:** Oi, boa tarde gente. Eu fiquei pensando em relação a essa discussão sobre EPI, sobre garantir segurança para os profissionais da assistência, sobre garantir que os profissionais da assistência atuem na pandemia nos serviços assistenciais e não sejam direcionados a outros serviços, eu fiquei pensando que a gente está colocado, inclusive, na resolução nacional como serviços essenciais, mas eu acho que a gente ainda precisa de uma atenção que a gente não consegue ter enquanto política, enquanto os profissionais da assistência. E aí eu fiquei pensando também que não era o caso de a gente estar vendo a questão de sensibilizar ou mobilizar as gestões municipais na perspectiva também da vacinação contra a gripe para os profissionais de assistência, porque a gente teve agora uma etapa para os profissionais de saúde, os profissionais de segurança, os profissionais da educação que, inclusive, estão sem funcionar as escolas, e não existe essa perspectiva dos profissionais de assistência. Aí não sei como é que poderia, se caberia alguma coisa no questionário, mas eu acho que a gente podia pensar alguma coisa nesse sentido. Era isso, obrigada. **CONSELHEIRO DANIEL:** Obrigado você Gabi, Ana Cláudia pela contribuição. Gabriela. **CONSELHEIRA GABRIELA:** Gabriela, eu estou aqui esquecendo de falar que eu sou Gabriela do Fórum Regional de Salinas. São duas questões, uma que a Ana Cláudia colocou muito bem, eu fico em uma situação que eu acho que é muito séria mas além das vacinas, os profissionais que estão de frente do trabalho, como que tem sido os testes com esses profissionais, porque os profissionais da saúde tem tido a garantia de ser testados. Mas e os profissionais da assistência social? Então eu acho que além da vacina, a gente tem que discutir sobre isso também, porque os profissionais que estão na ponta, com o serviço aberto, fazendo a oferta dos serviços, eles também precisam ser testados. Uma outra questão que eu iria colocar, que eu me recordo é em cima da fala do Cristiano, que falou muito bem também. É tão importante se a gente analisar essa situação dos profissionais do SUAS estarem sendo deslocados, por quê? A assistência social é tida como uma política pública que resolve o que as outras não resolvem porque tudo se deságua lá. Por exemplo, na nossa região a gente não vê muita movimentação de “reutilizar” os profissionais da educação que não sou poucos, são inúmeros e a educação pelo menos dentro do município, ela não tem sido tão, não está, as atividades não estão tão intensas. Daria para deslocar os profissionais. Então eu acho que vale muito a pena. Só mesmo para poder colocar essa angústia a respeito dessa questão aí da assistência social ser responsável por tudo e estar se deslocando em qualquer momento, em todos os momentos independente de uma avaliação mais criteriosa

sobre a nossa política pública. **CONSELHEIRO DANIEL:** Obrigado pela contribuição Gabi. Aloísio. **CONSELHEIRO ALOÍSIO:** Eu acho muito importante essa contribuição da Gabi e até eu queria ver se os nossos companheiros da SEDESE podem nos auxiliar nesse processo, porque existe um discurso, acho que uníssono em todos os municípios pelos trabalhadores da vigilância epidemiológica de que existe um protocolo que as pessoas só podem ser testadas caso apresente algum sintoma. Então isso é uma dificuldade muito grande, porque toda vez que nós trazemos uma argumentação para a Secretaria de Saúde no município, existe esse discurso de que não pode ser testado o profissional, somente caso ele apresente algum sintoma, porque eles alegam que isso trata-se de um protocolo da Secretaria de Estado da Saúde. Então a gente fica em dúvida em quem acreditar e, principalmente, a quem recorrer.

CONSELHEIRO DANIEL: Obrigado pela contribuição. Mais alguma inscrição?

CONSELHEIRO CRISTIANO: Daniel, posso só fazer um comentário em cima da fala do Aloísio?

CONSELHEIRO DANIEL: Por favor. Depois eu falo, pode ir. Pode falar Cristiano.

CONSELHEIRO CRISTIANO: Aloísio, então, essa é uma preocupação realmente. A saúde possui protocolos muito rígidos assim. Como a gente está em teletrabalho, a gente tem tido contatos virtuais com a Secretaria de Saúde para alguns pontos específicos, como essa questão dos EPI's, mas eu cheguei a participar de algumas reuniões de um grupo que foi formado que chama o comitê de integração, que participam diversos órgãos que estava tratando, inclusive, de um assunto bem pesado que é um plano de contingência de óbitos, e nessa oportunidade eu ouvi algumas coisa sobre essa questão das vacinas e realmente essa questão das vacinas ela é super delicada assim, porque primeiro que os testes rápidos que tem disponíveis hoje, eles não são, eles não garantem muita coisa não, porque eles podem dar o tal do falso negativo. E o fato de dar negativo também não significa muita coisa, porque ele só é eficaz em determinadas condições. Tem toda uma questão em relação a testes que vem do Governo Federal. E existe também uma precaução não só em relação aos testes, mas em relação aos EPI's também de que há uma necessidade de, eu não sei se é estoque a palavra, mas é uma reserva de emergência que é uma coisa de protocolo de saúde mesmo, caso uma situação possa vir a se agravar muito mais, de se ter essa questão de uma reserva de emergência. Mas tem essa preocupação, mas até onde eu me lembro, mas eu não sei se é bem isso, mas enfim, a gente pode continuar essa discussão e tentar buscar também junto com a Saúde mais informações.

CONSELHEIRO DANIEL: Obrigado pela contribuição. Eu me inscrevi. Eu acho muito importante salientar a necessidade que a gente enxerga, enquanto Conselho, de que os trabalhadores do SUAS sejam reconhecidos como serviço essencial, uma vez que estamos atuando, mantendo os atendimentos a que esses profissionais, esses que estão em formato presencial mesmo em escala reduzida e que é necessário que a Saúde ela se empenhe também não só em manter os seus suprimentos de testes, mas também os trabalhadores do SUAS que ambos são seres humanos e que competem a necessidade de

serem testados e terem a sua saúde preservada. Tendo dito isso, eu acho que seria interessante, não se seria da apreciação de todos, até mesmo no final algum ofício de recomendação de que fosse incluído nas testagens os trabalhadores do SUAS, uma vez que é reconhecido pelo CNAS o Conselho Nacional de Assistência, os trabalhadores do SUAS e a assistência social como serviço essencial. E que seria muito interessante esse ofício partindo do Conselho Estadual junto à Secretaria Estadual da Saúde para haver essa sensibilização. Eu não sei assim, eu estou pensando aqui por alto e isso eu acho que seria uma coisa interessante. No caso, temos mais alguma? Inscrição? A Consolação está pedindo aqui para a Ana Cláudia, qual ponto que pediu inclusão no questionário. Patrícia falando que é para a gente ir lembrando que já são 18 horas e 13 e que o prazo para o término da reunião era 18 horas e temos mais pautas. A Ana Cláudia respondendo à questão de mobilização de gestores municipais para a vacinação contra H1N1 para os profissionais da assistência social. Ana Cláudia e Gabriela, Aloísio Lima se inscreveu. Por favor Aloísio. **CONSELHEIRO ALOÍSIO:** Rapidamente, mais uma vez. É só para, é porque como a gente, já é conhecido por nós que a maioria dos profissionais do SUAS não estão sendo testados, nós vamos ter certeza de 99,9% de que todos vão responder que os profissionais não estão sendo testados. Então eu acho que para ajudar na deliberação posteriormente aqui nossa, talvez seja interessante colocar assim, se existe alguma recomendação da Secretaria de Saúde ou está seguindo algum protocolo, para a gente saber a motivação dos profissionais não estarem sendo testados. Porque a resposta, não, a gente já tem certeza de que vai ocorrer. **CONSELHEIRO DANIEL:** Obrigado pela contribuição Conselheiro Aloísio. Só deixando claro, a Vilma vai ter que se ausentar devido a ela ter uma filha de 09 anos e ela está auxiliando-a em uma prova virtual. Muito obrigado Vilma e fique à vontade para participar com a gente, viu? **CONSELHEIRA VILMA:** Só tem eu para poder instruí-la aqui. Por isso que eu peço licença a vocês. Muito obrigada. **CONSELHEIRO DANIEL:** Nada, obrigado a você. Mais alguma inscrição? Só para a gente já avançar. (Áudio ruim). **CONSOLAÇÃO:** Aqui acabou. As contribuições acabaram, não é? **PRESIDENTE:** Gente, eu só peço desculpas pela minha saída assim. Eu não pude nem acompanhar para ver se o processo, agradeço a Patrícia por ela ter continuado, pelo Daniel, enfim. Surgiu uma ordem, uma questão de ordem pessoal que eu tive que resolver agora e estou resolvendo ainda. Então eu peço desculpas por ter saído, não é nenhum pouco da minha forma de conduzir, mas infelizmente algumas coisas acontecem e eu estou resolvendo ela ainda. Peço só desculpas por ter saído. Vamos ver, se eu puder retomar a reunião, eu não sei em que ponto ficou. Secretária. **CONSELHEIRO DANIEL:** Estamos na Comissão de Apoio. **CONSOLAÇÃO:** Comissão de Apoio. Já acabou o levantamento das conclusões do questionário e a Patrícia ela se inscreveu. **PRESIDENTE:** Ok. Conselheira Patrícia, por gentileza, obrigado Daniel pela condução. Daniel, pelo que eu estava conseguindo pegar assim, muito bem conduzida. **CONSELHEIRO DANIEL:** Eu estou

aprendendo com vocês a coordenar. **PRESIDENTE:** Que bom, que bom Daniel, a gente fica contente. Pois não. Conselheira Patrícia. **CONSELHEIRA PATRÍCIA:** Como durante a apresentação do questionário a maior parte eu estava dirigindo, eu não consegui me concentrar muito na apresentação. Então pode ser que tenha alguma pergunta que eu faça que já tenha sido respondido. Bom, chegou ao fim do questionário. Ele tem 05 páginas e aí eu queria saber como que as respostas vão ser compiladas, quem que vai ser o responsável pela análise dos dados e aí como que a gente vai trabalhar nesses dados também. Aí eu queria essa informação. **PRESIDENTE:** Ok Conselheira Patrícia. Eu não sei se o Conselheiro, o Daniel poderia responder por gentileza. **CONSELHEIRO DANIEL:** Posso sim. Então, posso responder Presidente? **PRESIDENTE:** Sim, ah vontade. **CONSELHEIRO DANIEL:** Então Conselheira. Deliberamos esse questionário Conselheira Patrícia no intuito de obter essas informações corretas e assim a gente poder fazer que ela vai voltar para a Comissão de Apoio e o que for do âmbito da Comissão de Política, a gente vai encaminhar para a Comissão de Política. O que for de encaminhamento que compete à Comissão de Normas, a Comissão de Orçamento, a Comissão de Apoio, aí a gente vai fazer os encaminhamentos devidos para os devidos acompanhamentos. E assim como eu disse inicialmente, a gente não está querendo, foi uma das preocupações nossas, enquanto Comissão de Apoio, não querer se meter na política municipal. Porque eles têm autonomia, a gente não tem esse poder. Então tendo dito isso, o nosso intuito nesse questionário é intuitivo, informativo, até mesmo para a conscientização, para que a gente possa melhorar, saber como atuar enquanto Conselho Estadual que muitas vezes as informações chegam para a gente picotadas e não muito oficiais. Então assim, para que a gente possa filtrar e até mesmo ter uma metodologia melhor de trabalho frente a essa pandemia. Não sei se. **CONSELHEIRA PATRÍCIA:** Daniel, só para complementar, para ver se eu entendi direito. Porque vai ser enviado para todos os municípios, não é? **CONSELHEIRO DANIEL:** Sim. **CONSELHEIRA PATRÍCIA:** Aí vamos supor que seriam, são 18 perguntas? **CONSELHEIRO DANIEL:** Sim. **CONSELHEIRA PATRÍCIA:** São 18 perguntas vezes 853 municípios? Então a gente vai ter um volume muito grande de respostas. E isso vai ser a Secretaria Executiva que vai compilar para poder falar assim, X por cento dos municípios estão nessa situação? X por cento não está? Para poder tratar essa informação para encaminhar para as comissões entendeu? Essa que é a minha dúvida assim. **CONSELHEIRO DANIEL:** Entendi. Aí fica a critério da apreciação da plenária para decisão de como vai se dar esse compilado das respostas. No caso a gente infelizmente, até peço desculpas, a gente enquanto Comissão de Apoio, a gente não pensou em algo, a gente, não fizemos essa pergunta, que ela não surgiu no momento ali, infelizmente mas assim, se faz necessário sim essa resposta e eu coloco para apreciação de todos e votação do que seria o mais agradável possível. No caso temos algumas inscrições. Consolação. **CONSOLAÇÃO:** Esclarecendo. Eu acredito que esse questionário igual o

Cristiano falou, vai ser virtual. A gente vai fazer aquele questionário do Google que depois ele gera também uma planilha, fica mais fácil da gente tratar os dados. E é isso, a Secretaria Executiva vai ficar responsável por isso e aí em vez de encaminhar o questionário dessa forma, vai encaminhar o link para os conselhos municipais para eles estarem preenchendo e facilitar aí a nossa e também essas perguntas estão meio fora de ordem, a Secretaria Executiva vai organizar esse documento, da forma que foi colocado aqui, separando os dois blocos. E nós vamos fazer o devido encaminhamento. **CONSELHEIRO DANIEL:** Obrigado pela sua ótima contribuição Consolação. Jaime. **PRESIDENTE:** Eu acho que a resposta também vai ao mesmo encontro, que para sistematizar o processo de uma maneira mais ágil, mais dinâmica e até com mais qualidade, seria mesmo a criação do formulário no Google. Eu só não sei como é a situação dos conselhos, situação estrutural até vocês podem até colaborar, a situação estrutural dos conselhos municipais, dos municípios, se eles possuem a infraestrutura. Se eles têm a condição de poder fazer o preenchimento. Só para poder até pensar nessa situação se por acaso não tiver, teria que disponibilizar alguma outra forma de ele poder fazer o acesso. Mas eu acho que a forma mais prática hoje, mais segura, até mesmo de poder validar os e-mails das pessoas para poder ter além da segurança, que a pessoa que está respondendo corresponda a pessoa que é responsável pelo conselho municipal daquela localidade para ter a segurança também. Então isso são critérios que tem que ser observados na hora de enviar esse formulário. Mas eu não sei ainda como são as estruturas dos próprios conselhos municipais hoje mineiros, obrigado. **CONSELHEIRO DANIEL:** Obrigado pela contribuição, Senhor Presidente. Eu ia falar, mas eu vou abrir espaço para a Consolação poder falar e depois eu falo depois dela. **CONSOLAÇÃO:** O que a gente tem, isso antes da pandemia, a gente já utilizava essa forma, não só com outros questionários, a própria conferência estadual, os relatórios municipais eles foram preenchidos também via sistema. A gente criou determinados instrumentos. Então a gente já tem esse hábito de fazer isso junto aos municípios. Com a pandemia, logicamente, talvez até com o teletrabalho de alguns ou uma redução, a gente possa ter um pouco mais dessa dificuldade no preenchimento, o que também vai ser levantado quando a gente fizer os encaminhamentos. Garantir que seja respondido por aquela pessoa, quer dizer, vai ser respondido pelo Conselho. Mas muitos municípios pequeno que a gente tem também o e-mail, às vezes, quem faz, quem secretaria os conselhos, também do órgão gestor, muitas vezes assume a responsabilidade pelas respostas, mais até do que os próprios Conselheiros, principalmente, agora acredito, considerando a pandemia e muitos não reunindo, as informações podem vir muito mais de técnico, dos trabalhadores do que propriamente de Conselheiros nessa questão. **CONSELHEIRO DANIEL:** Obrigado pela contribuição. Eu acho que seria interessante assim eu pedir novamente a todos os Conselheiros e todas as Conselheiras que forem falar que se apresentem, que essa, a nossa plenária está sendo

gravada e para ser transcrita, e é necessário à nossa apresentação, como a gente fazia inicialmente. Peço que a gente possa se empenhar para facilitar assim a galera da ata para que eles possam estar fazendo os direcionamentos às falas das pessoas. Agradeço. No caso, a Conselheira Gabi ela falou uma sugestão que inseri no final da identificação de quem respondeu o nome, cargo, município e responder que aí no item 02, se você puder visualizar já está constando. Quem está respondendo, se é o Presidente, se é o vice-Presidente, se é um Conselheiro titular, Conselheiro suplente ou se, às vezes, Secretária Executiva que já vai estar assinalado. Eu acho que saber o nome, sabe? Eu acho que não é tão necessário que às vezes só você marcar um X dentro dos parênteses entende? E eu o acho interessante também é deixar, eu acho que quando houver a resposta do município, automaticamente o município pelo e-mail dá para se situar, saber de qual cidade que ele está se referindo, que ele está respondendo. Aí eu acredito que seja assim, a Consolação pode até me tirar essa dúvida senão a gente pode incluir, de qual município. **CONSELHEIRA GABRIELE:** Não, só assim. O município eu vi que tem e se era Secretaria Executiva, se era o Presidente. Não tem o nome, então não identifica a pessoa que respondeu, mas se o nome for desnecessário pode ignorar, mas o e-mail Daniel, como vai ser um *Google forms*, só vai aparecer o e-mail se a gente pedir essa informação. Então quando você faz o formulário lá, você pode colocar o e-mail como obrigatório ou não. O município, eu sugiro colocar como lista suspensa porque aí já vem as opções lá, para não ter um digita com acento, um digita sem acento. Mas isso aí é coisa técnica que a Secretaria Executiva pode olhar depois. **CONSELHEIRO DANIEL:** Obrigado pela resposta. No caso temos mais alguma inscrição? Se não, só avançar. Se for da apreciação de todos, só para finalizar o que já foi ao final, que eu não mencionei, mesmo não tendo alteração, eu acho que seria interessante para a contemplação que está sendo gravada, para ficar registrado, que a gente tratou até o item 15, só que ainda tem o item 16, 17 e 18, só para listar ele no caso. No caso o 16. Obrigado. O CMAS tem monitorado o acesso remoto aos usuários do PAIF, PAEF, demais serviços? Sim ou não. 17, a política municipal de assistência social, prefeitura ou entidade socioassistencial tem conseguido cestas básicas para a população vulnerável da cidade? Sim ou não. Se sim, o CMAS tem monitorado essa distribuição? Sim ou não. Na sociedade, existem pessoas em situação de rua? Que muitas cidades, muitos municípios ainda não foram impactados com essa realidade. Se sim, a política de assistência tem ofertado serviços para os mesmos? Que eu acho que são perguntas que são pertinentes, não é? No caso a Ana Cláudia está sugerindo substituir cestas básicas por benefícios eventuais. Por mim tranquilo. **CONSELHEIRA GABRIELE:** Mas eu acho que já tem uma pergunta lá em cima sobre benefício eventual gente. **CONSELHEIRO DANIEL:** Sim, porque nesse. Entendi. É porque ela está, quando ela fala benefício eventual municipal. No caso é auxílio-funeral, dentre outros benefícios que a política municipal ela se baseia. O Lucas pediu a inscrição. **CONSELHEIRO LUCAS:** Eu acho que a pergunta é mais

voltada nas dificuldades, não seria isso não? Aquela discussão que a gente estava? Com relação aos benefícios eventuais municipais, era sobre as dificuldades, não? Ah não, Consolação está com ela aqui na tela, perdão. **CONSELHEIRO DANIEL:** Obrigado pela contribuição. A 12 e a 17 estão idênticas no caso. Então seria fazer a supressão de uma para não ficar repetitivo. O que acham? O Lucas está fazendo a proposta de retirar a 17, é a de apreciação de todos? Estão, dois Conselheiros se posicionaram no chat, três. Então estamos de acordo então, está suprimido o item, o antigo 17, o que era 18, passou a ser 17 então. No caso o questionário foi finalizado. Podemos passar para o próximo ponto de pauta? Só em nível de informação. Que é da *live*? Eu não vou tratar dela. **CONSOLAÇÃO:** Não tem não, hoje é só deliberação Daniel, só esclarecendo. A Súmula determina aqui mesmo, só tem esse ponto de deliberação. **CONSELHEIRO DANIEL:** Eu entendi, mas se for possível, só para em nível de informação, existe essa possibilidade de alocar? Não, não é? Consolação? **CONSELHEIRA PATRÍCIA:** Conselheiro Daniel. **CONSELHEIRO DANIEL:** Sim. **CONSELHEIRA PATRÍCIA:** Considerando que já são 18:25 e que tem esse entendimento de que vem para a plenária somente os pontos para deliberação, então eu acredito que seja importante a gente seguir com a pauta, que tem Comissão de Normas ainda apresentar. E o questionário tem que ser aprovado ainda também. **CONSELHEIRO DANIEL:** Ok. Então podemos passar para o processo de votação, Senhor Presidente, me dá essa honra de fazer o processo de votação. **PRESIDENTE:** Conduzir o processo. **CONSELHEIRO DANIEL:** Pela primeira vez na minha vida. Podemos passar para o processo. **PRESIDENTE:** Eu só vou perguntar para a nossa Secretária Executiva se não tem problema, porque daqui um pouquinho a gente invalida, mas Daniel, mas podemos fazer. **CONSELHEIRO DANIEL:** Não, tranquilo. O Lucas pediu uma questão de ordem. **PRESIDENTE:** Ah sim, Lucas, por gentileza. **CONSELHEIRO LUCAS:** Não, eu ia fazer igual o Hugo, falar do horário. O Hugo até chegou aqui agora, está aí junto conosco. É para poder justamente falar da gente se ater ao horário para poder finalizar a pauta. **PRESIDENTE:** É, nós já passamos do horário, inclusive, mas vamos lá então. Conselheira, a nossa Secretária Executiva, podemos conduzir então em conjunto Daniel? O Daniel. **CONSOLAÇÃO:** Isso, porque a condução da votação é da Presidência, é do Presidente. **PRESIDENTE:** Isso, ok. **CONSELHEIRO DANIEL:** Ah então, por favor, Senhor Presidente. **PRESIDENTE:** Mas Daniel, vamos fazer algo democrático, o senhor quer chamar o governamental e eu chamo o não governamental? Também? **CONSELHEIRA GABRIELE:** Aquele quem concorda, não fala nada, não é melhor não? **PRESIDENTE:** Isso. **CONSOLAÇÃO:** É isso que eu ia falar. Nós acordamos que os consensos votariam, porque aqui que foi construído junto. Os consensos, aí dá 01 minuto para as pessoas se manifestarem, em vez de chamar um a um. **CONSELHEIRO DANIEL:** Ok, podemos fazer assim, Senhor Presidente? **PRESIDENTE:** Podemos. Vamos fazer então. **CONSELHEIRO DANIEL:** Então tá. Tempo de 01 minuto. Deixando gravado, 18:26. Quem se

posicionar a favor fica em silêncio, caladinho e quem se pronunciar desfavorável, favor no chat. 18:27, como não houve nenhuma informação no chat, podemos passar para a aprovação. **PRESIDENTE:** Então tá, proclamo então aprovado o questionário. Então parabéns Daniel pela condução. Parabéns a todos que me substituíram nesse período de ausência. Parabéns, é muito bom quando a plenária construída com várias mãos e a gente sempre espera não o resultado melhor, não é? E me senti orgulhoso poder estar dividindo essa condução e também pela Patrícia por ter parado, inclusive, o carro para poder que eu li assim agora, enfim, obrigado por ter feito essa, em um outro momento eu explico o que está acontecendo, por isso que eu peço que só compreendam. **CONSELHEIRO DANIEL:** Eu que agradeço a todos pela paciência. **PRESIDENTE:** Imagina. Passamos então para a Súmula da Comissão de Normas. O coordenador é o Conselheiro Márcio. Ele se encontra? **CONSOLAÇÃO:** Sim, ele se encontra. **CONSELHEIRO MÁRCIO CALDEIRA:** Obrigado Presidente. A Comissão de Normas tem apenas um ponto para aqui dar uma devolutiva aqui para a plenária. Vai estar sendo apresentada a Súmula Consolação? **CONSOLAÇÃO:** Isso. Eu estou projetando já. **CONSELHEIRO MÁRCIO CALDEIRA:** Ok obrigado. Então nós tivemos aí a participação, a reunião das Conselheiras Cynthia, da Conselheira Daiane teve uma consulta médica, a Gabriele sabia do trabalho, tinha a presença do Conselheiro Lucas, Márcio e da Conselheira Noelle, que também está com ausência em função de trabalho. Bom. Nosso ponto de pauta a trazer para a plenária foi relacionado a resoluções *ad referendum*. Durante a 252ª Plenária Ordinária do CEAS ocorrida no dia 28 de maio de 2020, virtualmente, foi encaminhado à Comissão de Normas a solicitação de análise da necessidade ou não de publicação de nova resolução sobre a validação do ato *ad referendum* do CEAS, já publicadas por resoluções. A partir da discussão da referida plenária, houve a elaboração de uma nota técnica sobre o assunto e colocaremos em discussões conforme o anexo. Aí é vou ler a nota técnica, ok? Por favor. Bom. A ementa da nota é aprovação dos atos *ad referendum* do CEAS. “Introdução. A presente nota técnica a ser apresentada a plenária versa sobre a necessidade ou não de publicação de nova resolução de validação do ato *ad referendum* do CEAS já publicizado por resoluções. A referência durante a 252ª Plenária Ordinária do CEAS ocorrida no dia 28/05/2020 virtualmente, foi encaminhada à Comissão de Normas a solicitação de análise da necessidade ou não da publicização da resolução sobre validação do ato *ad referendum* do CEAS já publicizado por resoluções. Na avaliação. Consultando o histórico do CEAS/MG resta verificado que as resoluções aprovadas *ad referendum* pelo Presidente do Conselho, são referendadas por outras resoluções como substrato da aprovação daquela pela plenária. A consulta que se estabelece perante a Comissão de Normas, é se esse procedimento tem o seu embasamento regimental e se seria a melhor leitura para a aprovação dos atos *ad referendum* desse Conselho. Antes de tudo, é preciso se verificar o respaldo para a prática de tal ato e saber se ele se dá da maneira correta. A

Resolução 358/2010 que dispõe sobre o Regimento Interno do CEAS/MG confere a competência de comissão de ato *ad referendum* da plenária e da Mesa Diretora somente ao Presidente do Conselho por força do artigo 21, inciso XI. O artigo 21, compete ao Presidente do CEAS MG sem prejuízo de outras atribuições previstas em lei ou regulamento.”, ok? “Do inciso XV decidir acerca dos assuntos emergenciais quando houver impossibilidade de consulta a plenária e aos demais membros da Mesa Diretora *ad referendum* submetendo a sua decisão à Mesa Diretora e à plenária na reunião seguinte. Por força do artigo 20, o inciso III do mesmo diploma normativo, a Mesa Diretora terá a competência de apenas deliberar sobre a matéria *ad referendum* vejamos. Artigo 20, compete à Mesa Diretora na condição de coordenadora das ações político-administrativa do CEAS. III, deliberar matéria *ad referendum* da plenária. Conclusão. A partir da leitura dos citados artigos compreende-se que o ato *ad referendum* neste caso, é ato simples decorrendo da vontade de um único órgão, a Mesa Diretora do CEAS, representada excepcionalmente por seu Presidente, mas com caráter precário devendo ser referendado pela plenária. Por mais que as atas do Conselho sejam públicas e que tenha o respaldo jurídico legal para evidenciar o referendo dos atos *ad referendum*, é de se evidenciar que o Regimento Interno exige que as manifestações da plenária se deem através de resoluções, mantendo assim as atas do poder necessário para referendar os atos *ad referendum*. Nesse sentido, o procedimento adotado para o referendo dos atos *ad referendum* está correto e encontra respaldo regimental. Belo Horizonte”, a data aí que nós trabalhamos, “15 de junho de 2020.” Essa é a nota técnica Presidente, que a Comissão de Normas elaborou com a contribuição de todos os seus componentes para que se fosse apresentada aqui à plenária. **PRESIDENTE:** Ok Conselheiro e coordenador, muito bem fundamentada, muito bem concebida. Parabéns à comissão, também parabéns a todos os integrantes e é importante essa forma de dar segurança para todo o Conselho nesse sentido. Existe a inscrição do Conselheiro Hugo, por gentileza. **CONSELHEIRO ANTÔNIO HUGO:** Então Márcio, parabéns a você e toda a comissão por ter debruçado, expandido o tempo de vocês para tentar fazer essa leitura do Regimento. E pelo que nós havíamos manifestado no dia da plenária, onde foi até um ponto controverso, a gente está falando, eu até lembrei que aqui, como que se dá a aprovação em *ad referendum* aqui em Juiz de Fora, o que se percebe que ela está viciada aí, no para o Regimento Interno. Porque aqui como que a gente faz o *ad referendum*? O *ad referendum* não é aprovado pelo Presidente, que o Presidente ele sozinho não está aprovando. Ele está deliberando por alta deliberação dele. Aí depois ele vai me trazer esse *ad referendum* para a comissão. Que aí não deu para eu entender direito. Como que plenária aprova *ad referendum* do jeito que está ali, você entendeu? Então eu acho que o que precisa ser, a Comissão de Normas, o que precisa dela debruçar é em cima desse Regimento Interno e fazer essa alteração, porque o *ad referendum* no meu entendimento, para isso o Conselho ele é dividido em que? Na plenária, nos

Conselheiros, e tem a sua Mesa Diretora. Essa Mesa Diretora ela tem autonomia para poder estar referendando em *ad referendum* qualquer pauta e depois remeter para a plenária. Que é o correto ao meu ver. O Lucas que é advogado, tenho certeza que vai poder falar se eu estou errado ou ele poder até me corrigir e se tiver um outro advogado que pode fazer. Que eu acho que o Presidente sozinho, ele não tem, ele não pode, a meu ver, ele estar fazer, no meu entendimento não seria nem *ad referendum*. Porque para isso que nós temos, já está disciplinado, tanto na lei quanto no Regimento Interno, a Mesa Diretora. Então cabe a ela estar fazendo essas análises. Ou então como nós estávamos falando agorinha mesmo em relação aos ofícios. Para isso a Secretária Executiva do conselho estadual juntamente com todo o seu corpo técnico, ela vai estar elaborando esses ofícios e vai apresentar para quem? Para a Mesa Diretora. Tanto é que quando a Consolação falou Presidente, então eu até fiquei assim. Agora estou até entendendo porque está dando muita autonomia para o Presidente independente dele ser governo ou sociedade civil. Eu acho que tinha que ser autonomia, tem que ser pela Mesa Diretora. Eu acho que é assim que eu entendo que deveria ser, está bom?

PRESIDENTE: Ok. Conselheiro Hugo, obrigado pelas contribuições. Deixa-me só ver se nós estamos perdendo. A Conselheira Patrícia, ela pediu, falou que, inscrito então, vou passar então para o Lucas. Conselheiro Lucas, por gentileza. **CONSELHEIRO LUCAS:** Oi Hugo, eu lembro que quando a gente apontou esse questionamento, eu fiz coro com você na última reunião. E trouxe também essa questão da possibilidade das atas validarem, não é? Contudo, fazendo uma análise mais profunda mesmo, o procedimento que foi, que é adotado e foi adotado pelo Conselho ele está correto mesmo sabe? E assim, pegando por base tudo que é escrito sobre isso, doutrina jurídica que escreve sobre isso, quem tem poder de emitir ato *ad referendum* é somente uma pessoa que é somente o Presidente, a Presidência, de qualquer órgão. Então é sempre a figura do Presidente que tem essa prerrogativa. Então nenhum outro órgão por exemplo, a Mesa Diretora, poderia emitir esse ato. Por quê? O ato *ad referendum* é um ato precário, ou seja, um ato pobre que ele não tem força por si só. Por isso que ele precisa ser referendado pelo órgão Colegiado, ou seja, pela plenária. Por isso que é um ato que é estritamente permitido a tão somente o Presidente daquele órgão que o autoriza a fazer. E isso não é só dentro do nosso Conselho, isso é dentro de qualquer outro órgão que tenha um Colegiado que tenha como órgão máximo de deliberação, que é o exemplo do nosso Conselho. Então, por isso, que a gente fez essa leitura mais aprofundada e está correto sim, o procedimento adotado pela Secretária Executiva de ter essa necessidade, de ter uma resolução aprovando a resolução que deu uma aprovação *ad referendum*, por exemplo.

PRESIDENTE: Ok. Conselheiro Lucas, obrigado pela sua contribuição. A próxima inscrição é do Conselheiro e coordenador Márcio, por gentileza. **CONSELHEIRO MÁRCIO CALDEIRA:** Conselheiro Hugo. Eu acho que é muito importante as contribuições que você traz e eu acho que é muito importante colocar que um dos procedimentos, aliás, uma das propostas de

trabalho da Comissão de Normas é se debruçar em cima de uma atualização do Regimento Interno. Eu acho que na medida em que a gente estiver caminhando nessa discussão, a gente vai se debruçar sim em relação a essas questões, todas que estão sendo colocadas ao longo das plenárias para identificar onde é que possam haver os vícios do Regimento e a gente possa apresentar a uma plenária, uma atualização para que a gente possa realmente tecer com mais tranquilidade as nossas discussões. Eu acho que um caminho que a gente percorreu aqui nessa análise do *ad referendum* nos mostrou que realmente precisamos, sim, atualizar o Regimento. Mas em relação ao Regimento vigente agora, o que a gente constatou é que realmente o Conselho tem agido de forma adequada de acordo com a orientação do seu próprio Regimento, conforme o Conselheiro Lucas já externou aqui, antes de mim. Então eu acho que é um caminho longo que a gente tem que percorrer para fazer essas atualizações. E na medida do possível, a Comissão de Normas vai apresentar esse resultado aqui para todos na plenária. Obrigado Presidente. **PRESIDENTE:** Ok. Conselheiro Márcio concluiu? É que eu só não sei, deu uma falha bem no final, não sei se o Conselheiro já concluiu? **CONSELHEIRO MÁRCIO CALDEIRA:** Não, já concluí. **PRESIDENTE:** Ah sim, obrigado Conselheiro. O próximo inscrito, seria a Conselheira Patrícia. Por gentileza, Patrícia. **CONSELHEIRA PATRÍCIA:** Hugo, eu acho até importante registrar na ata que o Regimento Interno ele coloca que a Mesa Diretora delibera *ad referendum*. É somente na impossibilidade de consultar a Mesa Diretora que o Presidente delibera sozinho. Então você colocou essa questão, então eu acho que é importante esclarecer o que que o Regimento Interno do CEAS traz. Obrigada. **PRESIDENTE:** Ok Conselheira Patrícia, obrigado pelas contribuições. O próximo inscrito é o Conselheiro Hugo, por gentileza. **CONSELHEIRO ANTÔNIO HUGO:** Muito obrigado Patrícia. Então Márcio, eu acho que politicamente essa forma que está sendo conduzida não é legal. Para nós, enquanto controle social. Eu não estou aqui falando que não foi legal, não é isso não. Entenda bem o que eu estou falando. Politicamente para nós, tanto é que gerou conflito. Então não é legal. Então que se poderia fazer é amarrar, alinhar melhor esses artigos e seus incisos que estão no Regimento Interno, porque eu acho que 90%, 99% das aprovações de *ad referendum* tem que ser pela Mesa Diretora. Mas nós sabemos que nada é 100%. Naquela impossibilidade de fato, aí sim o Presidente poder fazer e submeter à Mesa Diretora, e posteriormente, para a plenária. E outra coisa, eu acho que não tem necessidade de se fazer duas resoluções para poder estar aprovando. Que uma vez que nós confiamos nos nossos pares. Todos nós fomos eleitos, nós temos a nossa responsabilidade. Eu acho que não tem essa necessidade de estar fazendo uma outra resolução para aprovar a resolução que foi aprovada em *ad referendum*. Faça-se a resolução normal, claro que você vai apresentar para a plenária, e vai estar colocando que a tal resolução foi aprovada através de *ad referendum*. Estou te falando pela experiência que nós fazemos aqui em Juiz de Fora, e depois de muita discussão, não foi fácil não, você entendeu? Mas que pode estar se

pensando dessa forma. Gostaria que constasse essa minha fala na ata para que depois nós possamos discutir isso melhor, está bom? Era isso Presidente que eu tinha que estar falando e muito obrigado. **PRESIDENTE:** Ok Conselheiro Hugo. Foi feito então a apresentação. Existe mais alguma colocação, inscrição? **CONSELHEIRO MÁRCIO CALDEIRA:** Parece que encerrou Presidente. **PRESIDENTE:** Encerrou. E deliberação e encaminhamento da plenária? Há algum encaminhamento? **CONSELHEIRO MÁRCIO CALDEIRA:** O encaminhamento é essa devolutiva para a plenária Presidente, que foi solicitado à Comissão de Normas. **PRESIDENTE:** Ok. **CONSELHEIRO MÁRCIO CALDEIRA:** A comissão está apresentando essa devolutiva aqui. Acho que é a questão de aprovação. **PRESIDENTE:** Não é ponto de aprovação. **CONSELHEIRO MÁRCIO CALDEIRA:** É, a gente está pensando que não, aí a gente está até discutindo aqui para ver se todos os Conselheiros tem o entendimento do que foi apresentado aqui pela comissão. **PRESIDENTE:** Eu acho que é um ponto bem relevante, que eu acho que vem ao encontro do que o Conselheiro Hugo, do que o Conselheiro Márcio e o próprio Conselheiro Lucas, tem debatido muito uma questão de uma revisão do Regimento. Eu acho que no momento ele, o Regimento, como está lotado, como é bom poder fazer as atualizações para ficar mais próximo das realidades. E isso eu acho muito interessante, eu sei que o Lucas já conversou, o Márcio também já conversou em outras oportunidades, que temos que fazer. Então esses, às vezes, o Regimento no momento que foi construído ele atendia, mas daqui a um pouquinho ele já não atende. Então com tanta clareza. Então é interessante que fosse como pauta de colocar uma nova, mas eu acho que isso já está caminhando não é Conselheiro, se não me falhe a memória. **CONSELHEIRO MÁRCIO CALDEIRA:** Com certeza. Já faz parte da pauta da comissão nesse avanço no Regimento. **PRESIDENTE:** Isso. Isso. Eu sei que eu já acompanhava e eu achava e é muito rico essa construção. **CONSELHEIRO MÁRCIO CALDEIRA:** Presidente, será um prazer o senhor retornar para a comissão. **PRESIDENTE:** Eu vou lhe dizer que eu externando assim, foram momentos assim muito ricos. Eu vou lhe dizer que não, que nem eu falei, não podendo desmerecer nem comissão A, B ou C, mas o espaço de construção na Comissão de Normas, para mim enriqueceu aqueles poucos dias que a gente se encontrou, foi muito interessante. Conselheira Patrícia pediu inscrição. Por gentileza Conselheira. **CONSELHEIRA PATRÍCIA:** Eu só gostaria de solicitar que quando a Comissão de Normas fosse tratar da pauta da revisão do Regimento Interno ou da lei de criação do CEAS, que divulgasse para os Conselheiros, porque eu tenho interesse de participar das reuniões da comissão que tratarem dessa temática. **CONSELHEIRO MÁRCIO CALDEIRA:** Conselheira Patrícia, isso já está no nosso ponto, porque já foi feita uma solicitação dessa em plenária anterior e já está em registro nosso para que haja essa ampliação e convite aos demais Conselheiros. Já está no registro nosso. **PRESIDENTE:** Ok, que ótimo. Muito bem, encerramos esse ponto. Teríamos um ponto, eu gostaria só que nós. **CONSELHEIRO MÁRCIO CALDEIRA:** Foi solicitado aqui

Presidente, só com licença, é uma sugestão de encaminhamento colocado aqui.

PRESIDENTE: Ah sim, Conselheiro Lucas, por gentileza. **CONSELHEIRO MÁRCIO**

CALDEIRA: Encaminhar a todos os Conselheiros. **PRESIDENTE:** Conselheiro Lucas,

gostaria de? **CONSELHEIRO ANTÔNIO HUGO:** Eu fiz inscrição. **PRESIDENTE:** O Hugo fez

inscrição? **CONSELHEIRO LUCAS:** Na verdade, Presidente, é sobre esse encaminhamento,

essa gestão que Consolação trouxe para a gente, para poder encaminhar para o

conhecimento de todos os Conselheiros. **PRESIDENTE:** Ok. Obrigado Conselheiro Lucas

pela participação. Conselheiro Hugo, por gentileza. **CONSELHEIRO ANTÔNIO HUGO:**

Então, uma vez que a Patrícia manifestou o desejo de estar participando da Comissão de

Normas, eu não estou aqui manifestando esse desejo, só que eu gostaria que quando fosse

fazer revisão do Regimento Interno, fosse fazer revisão da Lei Estadual, que fosse remetido

para todos os Conselheiros para que eles possam manifestar e encaminhando para a

comissão, que aí vai até facilitar os trabalhos para poder a gente poder participar. Eu gostaria

muito de participar dela, tanto da reformulação do Regimento Interno quanto da Lei Estadual

porque eu acho que esse mandato de 02 anos, nós precisamos estar fazendo revisão dele,

porque ele já não está mais adequado com o tempo. Você entendeu? Era isso que eu queria

estar colocando. **PRESIDENTE:** Ok Conselheiros. Nós estamos, 18:50. Nós estamos com 02

dias chegando às 19 horas. E sinceramente assim, a gente fica até, assim bem cansado para

uma sexta-feira. Eu teria o ponto, Termo de Doação, não existe a coordenação de Comissão

de Ética? Seria ela, não entendi, não concluiu as comissões? **CONSELHEIRO ANTÔNIO**

HUGO: Aí é a doação de cesta básica aí não é não? **PRESIDENTE:** Isso, não, mas tem um

texto abaixo que a coordenação, a Comissão de Ética. **CONSELHEIRA PATRÍCIA:**

Presidente, é que o Conselheiro Lucas no início da reunião, ele pediu para incluir essa pauta,

porque na plenária passada, seria estabelecido o nome do coordenador dessa comissão. Só

que a plenária deliberou para a própria comissão discutir e encaminhar o nome. Na sua

ausência eu havia até colocado no chat a questão do horário e que a gente ainda tinha mais

algumas pautas e a Secretária Executiva Consolação havia sugerido que a gente concluísse a

pauta da Comissão de Normas., inclusive, a Conselheira Luanda que foi quem trouxe essa

proposta de pauta, ela já se ausentou da reunião. Então a minha proposta é que a gente

apenas formalize o nome do Conselheiro que irá coordenar a Comissão de Ética e a pauta da

cesta básica seja o primeiro ponto de pauta da próxima reunião. **PRESIDENTE:** Perfeito. Eu

ia também concordar contigo, porque a proponente ela também e nós estamos 17 horas

também e eu vou lhe dizer que eu infelizmente eu também não consegui concluir, enfim, que

a gente, só peço que compreendam também. Podemos então seguir, Conselheiro Hugo pediu

uma inscrição, por gentileza Conselheiro. **CONSELHEIRO ANTÔNIO HUGO:** Senhor

Presidente, eu concordo que a gente está cansado, aquela coisa toda. E eu gostaria só de

fazer uma pontuação se for possível. Se não for, não tem problema nenhum não, que

enviasse para nós Conselheiros antes essa que foi falado muito, foi 173, 174, não recorde aqui o número. 1000 cestas básicas e que seria distribuído nos 853 municípios, você entendeu? Aí o que eu iria, estava até conversando com o pessoal lá no Conselho, o que eu iria pedir, sugerir é para ver se vem essa cesta básica aqui para Juiz de Fora e qual o número. Eu até falei para eles, saúde só estou colocando porque eu falei que na segunda-feira eu iria dar resposta para eles, se for possível fazer isso por mim, eu agradeço e muito. Está bom. **PRESIDENTE:** Claro. Está Conselheiro. Pode deixar que eu já anoto aqui. Então, podemos então concluir com a questão da coordenação de Comissão de Ética? Existe alguma, Conselheira Patrícia colocou a mesma coisa, terminou às 23:15 a reunião da sociedade civil, não é? É gente, eu vou dizer para todos vocês, vou externar aqui, o meu ouvido, ele está em eterno apito. Eu não desligo, eu tenho, vocês não imaginam o drama que é dormir a partir dos últimos dias. Porque a gente não tem mais como dormir, mas enfim estamos juntos. Eu só externo que deve ser igual para todos vocês também, enfim. Com coordenação da Comissão de Ética. Obrigado Geraldo. O Conselheiro Cristiano também, a Silvia não tem mais coluna, ouvido não existe. É, Conselheiros, essa pandemia é um trabalho maior ainda do que gente espera. Vamos então a indicação da coordenação da Comissão de Ética, eu acho que seria esse ponto. O Conselheiro Lucas que trouxe esse ponto? É isso? Presidente Patrícia. Foi isso? É que eu não sei se foi no período? **CONSOLAÇÃO:** Foi, foi isso. Presidente. Foi isso. **PRESIDENTE:** Ah sim, Consolação obrigado. Como que a gente faria uma, existe, é uma coordenação seria uma pessoa ou é um grupo? **CONSOLAÇÃO:** Eu vou esclarecer. **PRESIDENTE:** Claro. Ótimo. **CONSOLAÇÃO:** A Comissão de Ética então ela é composta por dois Conselheiros da sociedade civil e dois do Governo. A gente criou um grupo de whatsapp para que fosse verificado quem que poderia ser o coordenador. De acordo com o Conselho de Ética do Estado, ele faz o seguinte, ele sugere, ele fala que tem que ter um coordenador e uma pessoa para acompanhar os trabalhos que é o planejamento da comissão. Então isso foi colocado esse grupo virtual para que fosse escolhido o coordenador. Em verdade, no grupo, dois Conselheiros manifestaram desejo pela coordenação e aí estamos trazendo aqui para que a plenária decida. Posso, você quer falar alguma coisa Lucas? Ou quer completar? **CONSELHEIRO LUCAS:** Não, pode conduzir Consolação. **CONSOLAÇÃO:** Então nós temos o Conselheiro Lucas e o Conselheiro Daniel. Foi explicado na comissão que a Comissão de Ética ela não é uma comissão temática, ela não participa da Mesa Diretora, ela tem uma atividade, o Lucas até utilizou o termo correto, eu não vou lembrar, ela tem uma atividade diferente e isso foi esclarecido que nessa coordenador e o trabalho que ela faz paralelo realmente ao Conselho observando todas as suas ações. Não é isso Conselheiro Lucas? **CONSELHEIRO LUCAS:** Isso. Ela não tem o caráter integrador às competências de deliberação. Ela é uma comissão atípica das demais e ela só é convocada em situações excepcionais. **CONSOLAÇÃO:** Isso. Então nós temos dois nomes para a

coordenação. Então aí seria definir o coordenador, nós temos essas duas possibilidades um de coordenação e outro de monitoramento, acompanhando o plano, mas poderia ser discutido. **PRESIDENTE:** Uhum. Só uma informação, deixa, quantas vagas seriam? Seria uma para coordenador? **CONSOLAÇÃO:** Isso. E vou ver o termo que eles utilizam aqui. Porque é uma pessoa que vai acompanhar, monitorar o plano de atividades da Comissão de Ética. **PRESIDENTE:** É que você só pode repetir quantas pessoas seriam? É que eu não estou conseguindo visualizar. Quantos, o coordenador e mais? Não sei se eu consegui pegar Consolação, deu um ruído aqui no final. Pode-se repetir, por gentileza? **CONSOLAÇÃO:** É um coordenador, Presidente, e um que vai monitorar as ações da comissão. **PRESIDENTE:** Um coordenador e um monitor das ações, não é? **CONSOLAÇÃO:** Isso. **PRESIDENTE:** E esse coordenador ele tem alguma composição obrigatória de ser governamental. Enfim, que eu li as perguntas, só para poder ver se há algo? **CONSOLAÇÃO:** Não, é eleito no grupo. **PRESIDENTE:** Certo. E a proposta seriam dois nomes e quantos são os integrantes totais da Comissão de Ética? **CONSOLAÇÃO:** São quatro pessoas, dois representantes do governo e duas da sociedade civil. **PRESIDENTE:** Então há algum acordo entre os dois que se propuseram? Entre o Lucas e o Daniel? Acho que o Daniel nem se encontra para que a gente possa harmoniosamente de uma maneira consensual. **CONSOLAÇÃO:** Até o ponto que conversamos no grupo, não houve o acordo não. Aí foi me solicitado a orientação e eu disse que seria então trazer para a plenária, porque a Secretaria Executiva não pode decidir sobre essa questão. **PRESIDENTE:** O Conselheiro Hugo pediu uma inscrição. Conselheiro Hugo, vamos ver se a gente consegue fazer um acordo, não é Conselheiro? **CONSELHEIRO ANTÔNIO HUGO:** Então, eu já ia propor, sabe o que eu ia propor? Já que são quatro, remete lá para a comissão, e eles deliberam lá quem vai ser, porque quem vai estar na frente e quem vai estar para a Secretaria. Mas aí a Consolação já jogou um balde d'água. **PRESIDENTE:** Mas a Consolação. **CONSELHEIRO ANTÔNIO HUGO:** Mas eles não fizeram acordo lá, trouxe para aqui. Mas o Daniel não está aqui para poder falar. Olha só que situação. **PRESIDENTE:** Pois é, eu estava na mesma esperança Conselheiro Hugo. Eu falei assim, vamos fazer, vamos jogar para lá, aí a Consolação nos retorna dizendo que nós que temos que deliberar. Olha a qualidade dos dois. Como vai ser difícil para nós. O Lucas com a sua expertise toda, com a sua, a sua forma pontual, sempre muito apropriada da legislação e hoje o Daniel também deu uma demonstração da sua capacidade, de todo o seu envolvimento. Gente, que situação difícil para as 19 horas de sexta-feira, não teria uma pauta menos problemática para o último ponto? Consolação, nos salva Consolação. **CONSOLAÇÃO:** Não, a questão é que os outros dois Conselheiros não manifestaram sobre essa questão entendeu? **PRESIDENTE:** Ah sim. **CONSOLAÇÃO:** Então é essa que é a questão. É lógico que informaram que talvez eles não fiquem na Comissão de Ética, mas até então, eles estão na comissão, mas eles não manifestaram. Então assim, para resolver, a gente tem que

resolver. A questão da coordenação. Por isso a plenária, no Regimento Interno, ela é soberana para todas essas situações. **CONSELHEIRO ANTÔNIO HUGO:** E não pode ser na próxima plenária não Consolação? Tem que ser hoje? **CONSOLAÇÃO:** A plenária é soberana Conselheiro. Eu não, não é? **CONSELHEIRO ANTÔNIO HUGO:** Presidente, vamos conduzir para a próxima plenária, se o Lucas concordar. **PRESIDENTE:** Conselheiro Lucas, quem sabe, como são os quatro que são. Quem sabe vocês tentam mais uma rodada, poderia ser Conselheiro? **CONSELHEIRO LUCAS:** Por mim tudo bem, Presidente. **PRESIDENTE:** Então graças a Deus. **CONSOLAÇÃO:** É engraçado mesmo. **PRESIDENTE:** Vamos fazer assim. Que aí se retornam os quatro. Conselheiro Hugo. Aí ele tenta de novo, um chat virtual e aí eles chegam e trazem um consenso. Concorda Conselheiro Hugo? **CONSELHEIRO LUCAS:** (Trecho incompreensível) Presidente. **CONSELHEIRO ANTÔNIO HUGO:** Concordo, o caminho é esse. Concorda, Márcio? **CONSELHEIRO MÁRCIO CALDEIRA:** Concordo. **CONSELHEIRO ANTÔNIO HUGO:** O Márcio também aí. **CONSELHEIRO MÁRCIO CALDEIRA:** Presidente, eu acho que essa é uma questão da comissão. A comissão tem que conseguir avançar nesse ponto. **CONSOLAÇÃO:** Exato. **CONSELHEIRO MÁRCIO CALDEIRA:** É uma prática de comissões, não é? **CONSOLAÇÃO:** Isso. **CONSELHEIRO MÁRCIO CALDEIRA:** Trazer para a plenária, isso já indica que a comissão tem algumas dificuldades de encaminhamento. **PRESIDENTE:** A Conselheira Patrícia, ela colocou um ponto bem importante, até para não invalidar as ações. Então esse ponto de pauta pode ser retirado assim. Então se a plenária deliberar que pode ser encaminhado para a próxima plenário e a comissão elenque entre eles a coordenação, salvo processo que não consiga chegar em um consenso, que aí sim nós teremos, Conselheiro Hugo, Conselheiro Márcio, aí não teria como. Mas pode ser assim. Então se a plenária estiver de acordo com a indicação. Eu sei que o Presidente não é bom ficar indicando, fazendo o encaminhamento, mas vou propor, se a plenária assim entender, pode ser feito assim? **CONSELHEIRO ANTÔNIO HUGO:** Por mim está aprovado. **CONSELHEIRO LUCAS:** Tem um pedido de inscrição do Geraldo. **PRESIDENTE:** Ah sim, isso desculpa. Conselheiro Geraldo. **CONSELHEIRO GERALDO:** Boa noite. Eu gostaria só de esclarecer uma questão, eu até conversei previamente com a Consolação e assim, ela foi muito solícita nas informações que me passou e é o seguinte, ainda que tenha sido aprovada a Resolução que houve a indicação do meu nome como um dos representantes governamentais na última plenária, eu não sei se em razão dessa questão de ser virtual, me passou despercebida essa questão da menção ao meu nome. Eu até havia em um primeiro momento conversado porque eu sabia que o Wilson era membro da comissão anterior, da Comissão de Ética anterior. E eu não percebi e acabei aprovando e houve um desencontro dessa informação. Na verdade, é o seguinte, o Subsecretário da Receita me indicou para uma coordenação de um núcleo que trabalha com processos judiciais, uma atividade bastante estressante, faz já a interface com a

Advocacia Geral do Estado, e eu já sou Presidente da Comissão de Ética da Secretaria do Estado da Fazenda e assim, eu sei que é uma questão que agrega muito para a gente, essa participação nossa na questão da ética, questão da conduta ética, mas assim, eu não teria condições de realmente assumir a participação em duas comissões de ética mais essa nova atividade que eu vou assumir. Então assim, eu ia levar isso para a Presidência do CEAS em um segundo momento eu ia formalizar essa questão, pedindo a minha substituição como representante governamental, e, por esse motivo, eu não manifestei quanto a coordenação em relação ao Daniel e ao Lucas. Mas assim, deixando já registrado que se houver a votação, eu faria a opção pelo Lucas, eu já tinha definido isso aí, mas eu entendi por bem não me manifestar exatamente em razão dessa questão que eu vou pontuar posteriormente para a Presidência do CEAS. Então é só mesmo para esclarecer que a minha não manifestação em relação a um ou outro coordenador, eu acho que os dois tem competência para isso, mas eu ficaria com o Lucas, tá? E a questão de levar à Presidência do CEAS a questão de me substituir como representante governamental em razão desses pontos que eu coloquei, eu vou levar em um segundo momento. Eu nem quis trazer para dentro da plenária, até porque não estava em pauta, eu achei. Mas como a Consolação mencionou, aí eu entendi por bem que era hora de manifestar em relação a isso aí. Apesar de gostar da questão da Comissão de Ética, eu já estou há 05 anos na Comissão de Ética da Fazenda, como titular e atualmente como Presidente. Lá o termo é Presidente e não coordenador, tá? E agradeço essa indicação e posteriormente eu levo por escrito para a Presidência do CEAS. Obrigado. **PRESIDENTE:** Ok Conselheiro Geraldo, obrigado pelas manifestações. Mas eu acho que então aí, eu até vou na mesma linha do Aloísio Lima, que é mais um motivo para ficar para a próxima plenária, aí pode ser essas composições. Então estando a plenária satisfeita com a questão da transferência desse ponto para a próxima plenária? Há alguém que não esteja de acordo, pode se manifestar. **CONSELHEIRO MÁRCIO CALDEIRA:** Gente, ainda não e 23 horas não, ainda tem tempo. **CONSELHEIRO ANTÔNIO HUGO:** Márcio, você já salvou a gente hoje, parabéns. Mas depois do que o Geraldo me traz essa informação, lavou a alma. Então vamos conduzir Presidente, vai deixar para a próxima plenária. **PRESIDENTE:** Por favor não, por favor não Conselheiros. Bom, eu acho que pelas manifestações estão de acordo, a grande parte está de acordo. Isso. **CONSELHEIRO ANTÔNIO HUGO:** Eu também já manifestei que estou de acordo, transferir para a próxima plenária. **PRESIDENTE:** Certo. Isso. Então e sendo assim, então fica para a próxima plenária. Eu queria só agradecer imensamente a presença de vocês todos, agradecer a disponibilidade de vocês todos. Perdoem-me as gafes que não são poucas. Os erros, eu procuro cada vez mais tentar me espelhar nos exemplos bons, exemplos de vocês todos que sempre me ajudam a construir e coletivamente a gente pode avançar nessas construções. E eu vou agradecer a Secretaria Executiva, a toda a sua equipe que ficou até agora na atenta, proporcionando a gravação, de gravação e queria agradecer a

toda a Mesa Diretora que sempre é parceira e desejar assim que esse final de noite seja bem abençoado para todos vocês, um final de semana muito produtivo e que se Deus quiser, iniciamos a nossa semana com boas notícias e bastante esperançoso que essa situação toda da pandemia, a gente consiga, fica naquela esperança de que Deus daqui a pouquinho vai dar uma luz para chegarmos nessas, ao fim dessa situação. Ótimo final de semana a todos e até uma próxima oportunidade. Obrigado pela presença de todos. **CONSOLAÇÃO:** Obrigada a todos. **CONSELHEIRO ANTÔNIO HUGO:** Boa noite a todos igualmente e desculpa aí alguma coisa. **CONSELHEIRO MÁRCIO CALDEIRA:** Boa noite Conselheiros, grande fim de semana a todos. Um abraço. **CONSOLAÇÃO:** Vocês também. Tchau. Não havendo mais nada a tratar, em função do término da plenária, lavra-se a presente ata que será assinada pelos os conselheiros que estiveram presente.

Nome	Representatividade	Assinatura
Aloísio Soares Júnior	Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social do Estado de Minas Gerais - COGEMAS	
Anédia Miranda Farias	Fórum Municipal dos Usuários do SUAS de BH	
Antônio Hugo Bento	CMAS de Juiz de Fora	
Cláudia Maria Bortot Falabella	Secretaria de Estado Desenvolvimento Social – SEDESE	
Cristiano Andrade	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDESE	
Cynthia de Oliveira Gomes	Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA	
Damião Braz (Irajá)	Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste – APOINME,	
Daniel Santos da Cruz	Movimento Nacional de população em situação de Rua	
Denise Vilela Silva	Conselho Regional de Psicologia- CRP	
Domingos Sávio de Araújo	CMAS de Belo Horizonte	
Elerson da Silva	Cáritas Brasileira – Regional MG	
Gabriela de Almeida Loiola	Fórum Regional dos Trabalhadores do SUAS/ Salinas	
Gabriele Sabrina da Silva	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDESE	
Geraldo Amarildo da Silva	Secretaria de Estado de Fazenda - SEF	
Hermellis Messias Tirado Campos	CMAS de Campo Belo	
Isaura dos Santos Lopes	Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais	
Jaime Alvino Starke	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE	

João Alves Crisóstomo	União das Associações de Pirapora-UNAPIR	
João Victor de Almeida Chaves	Secretaria de Estado de planejamento e Gestão - SEPLAG	
Laureci Alves de Paula	O Movimento Graal no Brasil	
Luana Castro Lopes	Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG	
Luanda do Carmo Queiroga	Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS	
Lucas Estevão Riberio da Silva	Conselho Central de Curvelo da SSVP	
Marcio Alves Evangelista	CMAS de Itabira	
Marcio Caldeira	Associação Profissionalizante do Menor – ASPROM	
Patrícia Carvalho Gomes	Conselho Regional do Serviço Social - CRESS	
Sandra de Fatima Veloso Costa Azevedo	CMAS de Montes Claros	
Silvia Gracia Oliveira de Souza	Secretaria de Estado de Educação - SEE	
Vilma da Silva Sá Costa	Secretaria de Estado de Saúde - SES	